



Companhia das Lezírias

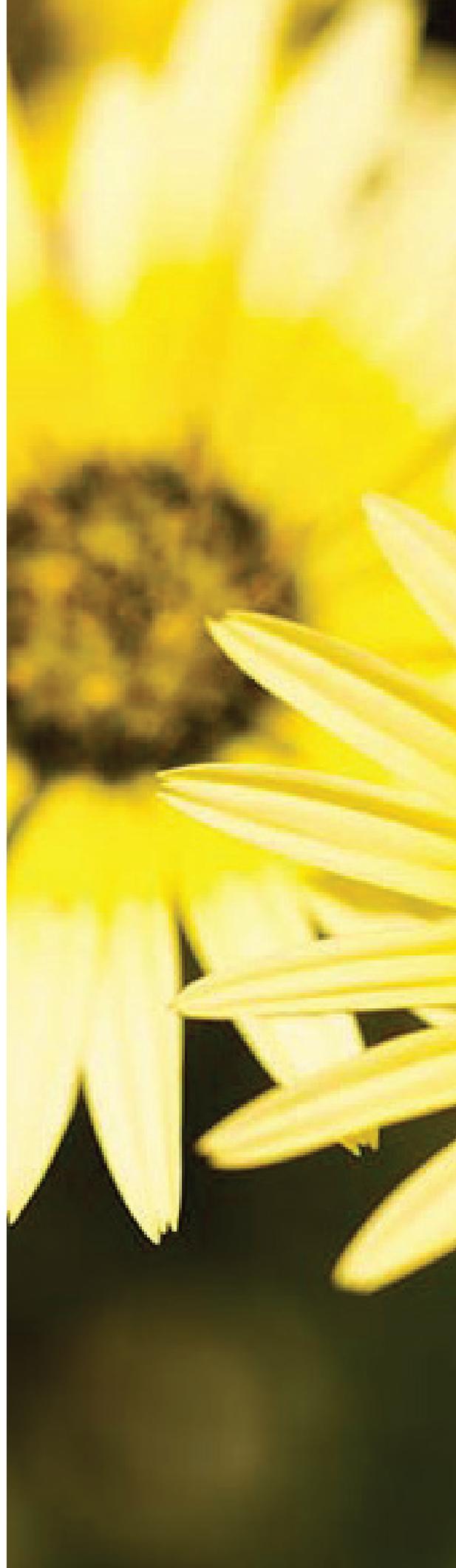
RELATÓRIO

E CONTAS 2014

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGÃOS SOCIAIS	05
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	06
2. ACTIVIDADE DA EMPRESA	08
2.1. Produção agrícola e animal	08
2.2. Produção orizícola	09
2.3. Produção vitivinícola e oleícola	11
2.4. Produção florestal, recursos silvestres e agro-turismo	12
2.5. Património, investimento e boas condições agrícolas e ambientais	24
2.6. Produção equina e complexo desportivo	24
2.7. Coudelaria de Alter	27
2.8. Serviços técnicos	34
2.9. Comunicação e imagem	34
2.10. Responsabilidade social	35
3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	36
4. RECURSOS HUMANOS	36
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	37
5.1. Contas do Exercício	37
5.2. Controlo Orçamental	42
6. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	43
7. PERSPECTIVAS FUTURAS	58
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	59
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
10. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	60
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	118
13. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	120





“Para os bons resultados da Companhia das Lezírias contribuiu a produção vitivinícola que voltou a crescer no exercício 2014 como resultado de um processo de transformação em curso e que teve o seu início em 2012.

Através da replantação de algumas áreas, melhorias na adega e loja de atendimento aos visitantes tem-se reformulado a oferta e criado vinhos e marcas que têm merecido o reconhecimento de críticos, líderes de opinião e dos nossos consumidores.

A edição do R&C de 2014 tem como tema o local onde são produzidos os nossos vinhos e se desenvolve a actividade de um dos sectores mais dinâmicos da CL.





ORGÃOS

SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Eng.º Armando José Cordeiro Sevinate Pinto

Secretário:

Eng.ª Sara Leitão Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Eng.º António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Vogal:

Dr. Diogo Supico de Faria e Silva

Vogal:

Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

FISCAL ÚNICO

Efectivo:

Patrício Moreira, Valente & Associados,
SROC n.º 21, representada por Dr. José Carlos Nogueira
Faria Matos, ROC n.º 1034

Suplente:

Patrício Moreira, Valente & Associados,
SROC n.º 21, representada por Dr. Joaquim
Patrício da Silva, ROC n.º. 320

1. SUMÁRIO

EXECUTIVO

A Companhia das Lezírias teve em 2014 um dos melhores exercícios da sua actividade, quer no que respeita ao crescimento das suas receitas e aos resultados operacionais alcançados quer no que concerne à notoriedade da sua marca e reconhecimento público do seu papel.

Tudo isto foi conseguido através do continuado desenvolvimento das actividades principais, rentabilizando, valorizando e preservando os vastos recursos colocados à sua disposição (fundários e biológicos), num quadro de sustentabilidade e rentabilidade a curto e longo prazo.

No último ano do triénio 2012-2014, correspondente ao mandato do Conselho de Administração, deu-se seguimento à implementação da estratégia definida para o período, o que permitiu reforçar a posição da Companhia das Lezírias, como uma empresa de referência no sector agro-pecuário e florestal, no caminho definido pela sua visão:

- Implementar e promover as melhores práticas agrícolas, pecuárias e florestais, no desenvolvimento das suas actividades operacionais;
- Manter-se na vanguarda em termos técnicos e tecnológicos;
- Procurar constantemente novas oportunidades de negócio, que possibilitem a criação de valor para a CL;
- Reforçar no mercado a sua imagem de excelência, de empresa cumpridora dos seus compromissos comerciais e financeiros, que mantém um excelente relacionamento com os seus clientes, fornecedores, rendeiros e bancos;
- Continuar a aprofundar, com o seu vastíssimo universo de rendeiros, uma relação estreita, profícua e transparente, com vantagens mútuas;
- Continuar a desenvolver um excelente e saudável relacionamento com as entidades públicas, nacionais e autárquicas, bem como com as forças vivas da Região onde se insere.

No capítulo 2, serão expostas algumas das actividades desenvolvidas pelas várias áreas da empresa no ano de 2014. Este ano será recordado pelos aspectos mais salientes do exercício que a seguir se descrevem:

- Desempenho muito favorável das culturas de Primavera-Verão na CL apesar da intensa pluviosidade

que dificultou as sementeiras e fez estender os ciclos culturais, afectando o período das operações de colheita com inerentes perdas de produtividade. Com efeito, os meses de Setembro e Outubro foram os mais chuvosos dos últimos oitenta anos. Contrariamente aos graves problemas de muitos dos agricultores da região e do país, em culturas como o tomate para indústria, o arroz e o milho, a Companhia registou resultados nas suas culturas do milho e arroz bastante superiores ao expectável;

- Um acréscimo em vendas e serviços prestados de 11% em relação ao ano anterior, passando de 4,835 para 5,365 milhões de euros, isto é, mais 530.000 euros, superando o que estava orçamentado em 5,2%;

- Ganho por política de preços na comercialização de vinhos (+141 mil euros) e por melhor remuneração do arroz vendido à Orivárzea (+56 mil euros), num ano em que o mercado não apresentou crescimentos dos preços destes e de outros produtos agrícolas;

- Na cultura do milho a Companhia registou o seu melhor resultado de sempre (lucro líquido de 184.400 euros), em virtude do excelente preço obtido na venda do milho grão acompanhado das melhores produções/ha alcançadas por esta cultura em Catapereiro, bem como de poupanças significativas nos custos de produção;

- Na produção animal, foi possível implementar uma política de controlo de custos ao nível das rações, com resultados significativos na diminuição dos consumos per capita, bem como na reformulação da composição das rações, o que originou poupanças substanciais na ordem dos 205.000 euros em 2014;

- Subida do EBITDA de 29%, para 2,46 milhões de euros, e de 94% do Resultado Operacional para 1,28 milhões de euros, principalmente devido ao aumento de receitas de aproximadamente 0,8 milhões de euros (Vendas e Serviços Prestados, Subsídios Agrícolas e Rendas Agrícolas);

- Construção da nova Loja de Vinhos, anexa à reabilitada Adega de Catapereiro (2013) num investimento total de aproximadamente 147 mil euros, completando a infraestrutura de uma área importante para a promoção dos vinhos e crescimento das vendas, à qual afluem a generalidade dos visitantes da Companhia e que permite o desenvolvimento de actividades de Enoturismo ao melhor nível;

- O reconhecimento externo da qualidade do trabalho desenvolvido pela CL com a atribuição do prémio EBAE “Empresas pela Biodiversidade”, associado ao EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves, a conquista dos Green Project Awards 2014 na categoria “Agricultura, Mar e Turismo” com o projecto “Gestão Florestal em prol da biodiversidade”, a visita do Presidente da República à CL e, em particular, à floresta, no âmbito da iniciativa do Ministério da Agricultura e

do Mar “Portugal pela Floresta” para comemoração do dia Internacional das Florestas e a exposição que estas e outras situações permitiram através do interesse dos órgãos de comunicação pelas actividades da CL com diferentes reportagens ao longo do ano;

- Efectuaram-se, no 1.º Trimestre de 2014, as renegociações dos contratos fundiários que se vencerão no último trimestre de 2015, actualizando-se as rendas mais antigas e que se encontravam abaixo do valor de mercado, e integrando os contratos na nova Lei do Arrendamento Rural (Decreto-Lei Nº 294/2009).

- Fruto das iniciativas em matéria de arrendamento tomadas em anos anteriores e em 2014, o valor do arrendamento por hectare aumentou de 428 €/ha em 2013, para 438 €/ha em 2014, isto é, mais 2,3%. Prevê-se no futuro, uma subida gradual deste valor, à medida que os contratos de arrendamento actuais forem chegando ao seu término, e, portanto, for possível proceder à sua renegociação;

- No total o montante das rendas fundiárias e urbanas aumentou de 2.368.000 euros em 2013 para 2.422.000 euros em 2014, isto é, cerca de 53.000 euros (+ 2,3%);

- A reestruturação da Coudelaria de Alter, após a sua integração na Companhia das Lezírias, quer ao nível do seu funcionamento e pessoal afecto quer no que diz respeito a investimentos realizados e extensa recuperação de edifícios, maquinaria e demais equipamentos; Uma vez que a incorporação da Coudelaria de Alter se deu apenas a 2 de Agosto de 2013, a comparação entre exercícios não é plena pelo que ainda faz sentido apresentar um resumo em base comparável, isto é, excluindo das contas da Companhia das Lezírias os proveitos e custos resultantes da Coudelaria de Alter.



Valores em contas	Período						
	2012	2013	2014	Variação (2012/2013)		Variação (2013/2014)	
				Valor	%	Valor	%

Vendas e serviços prestados	3 996 162	4 834 989	5 364 791	838 827	21%	529 802	11%
EBITDA	1 683 659	1 910 776	2 463 232	227 116	13%	552 456	29%
Resultado líquido do período	629 764	667 946	1 025 984	38 182	6%	358 039	54%

Unidade: Euros

Valores em Contas corrigidos do efeito integração Coudelaria de Alter	Períodos						
	2012	2013	2014	Variação (2012/2013)		Variação (2013/2014)	
				Valor	%	Valor	%

Vendas e serviços prestados	3 996 162	4 799 179	5 118 953	803 017	20%	319 774	7%
EBITDA	1 683 659	2 155 578	2 902 008	471 919	28%	746 430	35%
Resultado líquido do período	629 764	847 831	1 354 776	218 067	35%	506 945	60%

Unidade: Euros

De realçar que, a não ter existido a incorporação da Coudelaria de Alter, o EBITDA da Companhia teria subido 35% relativamente ao verificado em 2013, e os lucros líquidos 60%.

2. ACTIVIDADE

DA EMPRESA

2.1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL

Quer o destino da produção de milho fosse grão ou silagem, no ano de 2014 manteve-se a tendência para baixas cotações do mercado, tendo chegado aos baixos valores de ± 155 €/t para grão e ≤ 27 €/t para silagem.

A aproveitando uma excelente oportunidade de negócio, conseguiu neutralizar o impacto negativo dos baixos preços verificados na campanha. Este facto permitiu, a par dum rigoroso controlo dos custos de produção, obter um resultado histórico nesta cultura duplicando a previsão orçamental.

O prado permanente biodiverso de regadio, instalado em 2010/11, no âmbito de candidatura ao “Projeto Terraprima” continua a apresentar um excelente vigor e diversidade vegetativa, produzindo uma pastagem de grande qualidade forrageira, pastoreada pelos bovinos numa 1ª fase de acabamento, com um excelente índice de encabeçamento.

Para fazer face à habitual e necessária suplementação outono/invernal do efectivo pecuário – manadas e engorda – colheram-se e armazenaram-se 1.779t de feno (4,8t/ha) entre aveia e vegetação espontânea de pastagens naturais.

Efectuada revisão de manutenção/limpeza aos furos de captação de água de rega, respectivos grupos de electrobombas e suas colunas, JK 4 e JK 6 que abastecem, respectivamente, os pivots dos talhões 3-4 (prado) e 5 (milho) em Catapereiro.

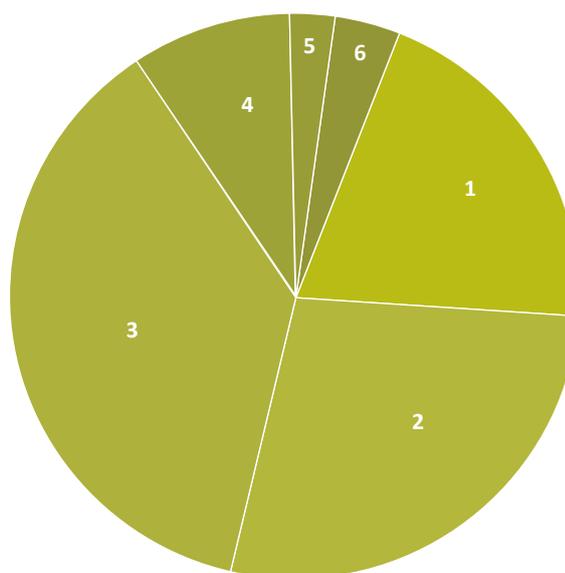
A meio do ano, deixou de se produzir bovinos de carne segundo o caderno de encargos que permitia a comercialização da carne com a referência “Ómega 3” para a actual marca “Carne Companhia das Lezírias – A Excelência da Carne Ribatejana”.

Esta transição deu-se de modo natural sem perturbações comerciais, permitindo continuar no mercado com um produto diferenciado, considerado e valorizado.

Devido a alguma redução de custo das matérias-primas mas, essencialmente, pela já citada conversão Ómega 3/Carne Companhia das Lezírias, registámos de 2013 para 2014, uma significativa redução do custo com as rações, sobretudo na de acabamento que representam cerca de 51% do volume anual, na qual se alterou a formulação.

O ano de 2014 fechou com um efectivo total de 3.364 cabeças naturais, distribuídos da seguinte forma:

EFFECTIVO BOVINO 2014

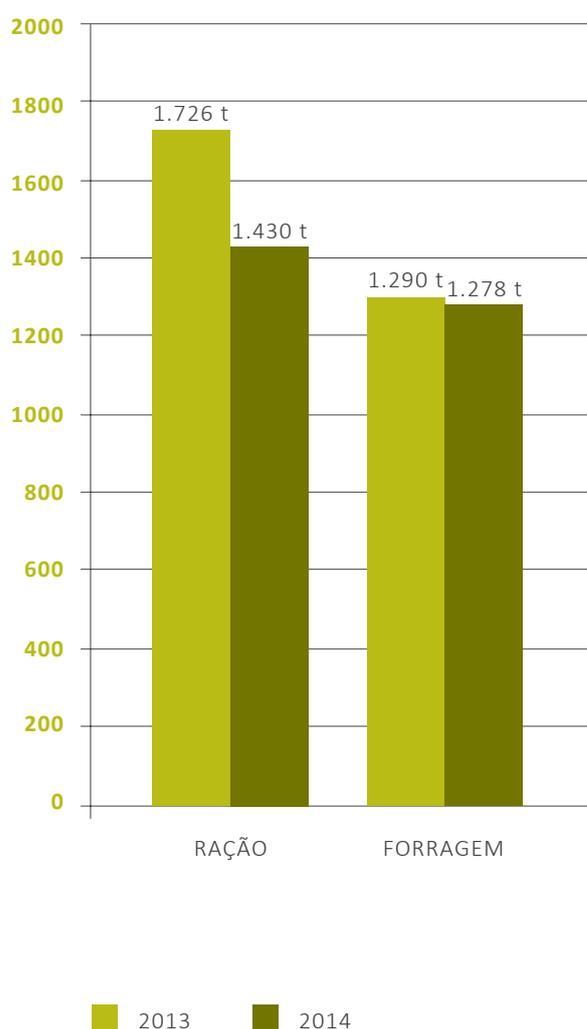


- 1 ■ MERTOLENGO- 691
- 2 ■ PRETA- 928
- 3 ■ CRUZADO- 1241
- 4 ■ TRABALHO (CABRESTOS)- 9
- 5 ■ ENGORDA- 309
- 6 ■ CHAROLÊS- 78
- 7 ■ LIMOUSINE- 108

Nos dois últimos anos, salienta-se um rigoroso controlo do consumo de rações, quer bio, quer convencionais, que conduziu a uma substancial redução de consumo (-17%) vs. 2013.

O facto de se apascentarem os animais de engorda em pastoreio, no prado permanente de Catapereiro numa 1ª fase, complementando-os com um ligeiro consumo de ração, encurtando assim o período de confinamento, tem sido determinante para o sucesso de um dos principais objectivos – economia/optimização do consumo de rações.

CONSUMO ALIMENTAR – EFECTIVO BOVINO TOTAL



Com a finalidade da melhoria do abeberamento do efectivo bovino executaram-se acções de relevante importância, quer na Charneca, quer na Lezíria, que consistiram:

- Execução de furos de captação de água (Charneca – Vale de Cabras e Belmonte)
- Construção de tanques de abeberamento (Charneca – Vale de Cabras e Belmonte)
- Para abastecer de energia estes pontos de abeberamento, instalaram-se painéis fotovoltaicos que abastecem depósitos de 10.000 litros, convertendo desta forma algumas fontes energéticas, como por exemplo; bombagens a gásóleo, moinhos de vento, numa fonte energética “limpa”.

Salienta-se o importante contributo para a biodiversidade, participando no “Projeto Terraprima – Fundo Português de Carbono” (sequestro de CO2) através da manutenção de prados permanentes biodiversos, ricos em leguminosas. Os quatro contratos de financiamento, celebrados entre a CL e a “Terraprima” entre 2006 e 2014, renderam 111.384,81 €.

Deu-se seguimento à colaboração contínua com as associações de criadores de bovinos na melhoria e evolução do património genético bovino da CL e participação num projecto de investigação com a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta. Colaboração com a ADS no âmbito das acções constantes no programa nacional de sanidade animal.

Durante o ano de 2014, a CL viu novamente representados os seus produtos e imagem, através da presença em notórios eventos de dimensão nacional e regional, como por exemplo:

- Mega Picnic Sonae na Avenida da Liberdade – Lisboa, Junho de 2014.
- Participação dos nossos campinos e jogo de cabrestos em habituais e tradicionais eventos festivos e cerimónias protocolares na zona de Lisboa e Vale do Tejo.

2.2. PRODUÇÃO ORIZÍCOLA

A produção orizícola na Companhia das Lezírias, S.A. encontra-se instalada em dois campos de cultivo, Lezíria Sul com 300,5ha e Paúl das Lavouras com 220ha, totalizando 520,5ha.

A selecção das variedades de arroz procurou satisfazer as indicações da Orivárzea relativamente às necessidades da comercialização e teve em consideração as características do solo e clima da Lezíria Sul e Paúl das Lavouras.

O ano de 2014 apresentou condições de tempo muito adversas para a cultura.



Durante o mês de Abril registaram-se valores de precipitação superior ao normal, um mês considerado chuvoso a muito chuvoso nas regiões do Centro e Sul do País pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, que atrasou os trabalhos de mobilização do solo e respectiva sementeira.

Esta cultura também foi muito prejudicada, principalmente durante os meses de Julho e Agosto, pelas temperaturas baixas para a época, como se pode verificar nos indicadores nos boletins do Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Na fase final da cultura, mês de Setembro os valores de precipitação foram muito elevados, classificando-se o mês como extremamente chuvoso com valores de quantidade de precipitação em geral cerca de duas a oito vezes superiores aos valores médios para o mês, tendo sido ultrapassados os maiores valores mensais nas regiões de Lisboa e Península de Setúbal.

As condições descritas reflectem as contrariedades e dificuldades com que fomos confrontados durante a campanha orizícola do ano agrícola. As condições ideais para esta cultura implicam tempo seco de Julho a Setembro, carecendo a cultura de condições de luminosidade e calor durante praticamente todo o ciclo.

A produção na Companhia das Lezírias, S.A. registou uma quebra de cerca de 8,63% relativamente ao ano anterior, com uma média de 7.023 kg/ha.

Produções obtidas no último triénio:

Variedade	2012			2013			2014		
	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)
Agulha	-	-	-	152,07	1.217	8,000	132,40	995	7,515
Carolino	520,55	4.050	7,781	368,49	2.785	7,557	388,15	2.661	6,856
Total	520,55	4.050	7,781	520,55	4.001	7,687	520,55	3.656	7,023



Em todas as fases da cultura, existiu um rigoroso controlo e contenção de custos, tendo-se verificado uma redução de -6,86% relativamente ao orçamento e -5,12% relativamente ao ano anterior.

A redução de custos e o aumento do preço de venda foi muito importante para compensar a quebra de produção e obtenção de um resultado final próximo das expectativas.

2.3. PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA E OLEÍCOLA

De acordo com alguns números divulgados, tem-se verificado uma tendência do mercado para o aumento das exportações de vinho em valor (1,2%), no entanto verificou-se uma quebra (5,6%) em quantidade (pressionado pela queda de 31,8% das exportações de vinho a granel). No mercado nacional houve uma inversão relativamente às vendas em valor (1,3%), mais acentuada no canal HORECA (3,7%)

Quanto à variação do preço médio para vinhos exportados registou-se uma subida de 7,3%.

O mercado nacional continua a sofrer mudanças profundas fruto da conjuntura económica do país e conseqüente alteração de hábitos de consumo. A importância continuamente crescente do “off trade” e do número de promoções de artigo observadas têm levado o consumidor a “desvincular-se” da compra associada à marca.

No ano 2014 as vinhas da CL produziram um pouco menos do que no ano anterior. A quebra foi muito significativa nas vinhas não regadas, e um pouco compensada noutras. Note-se que a vinha de 95/96/97 foi replantada ao abrigo do novo VITIS.

Uva produzida (kg)	2013	2014
Total	773.180	665.620

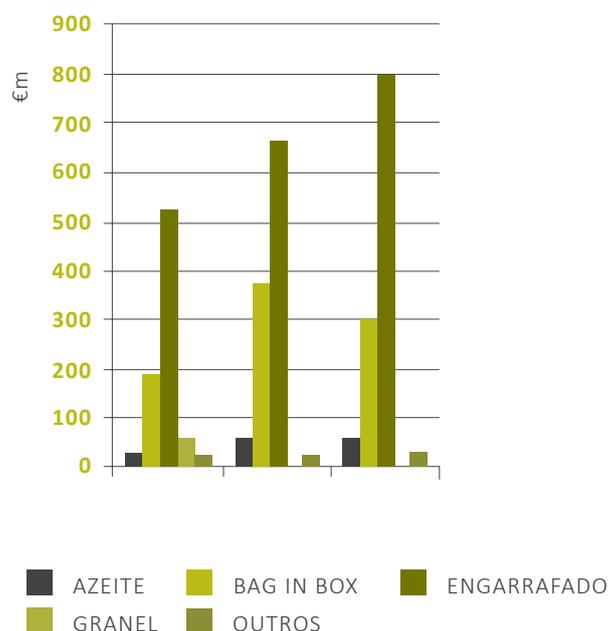
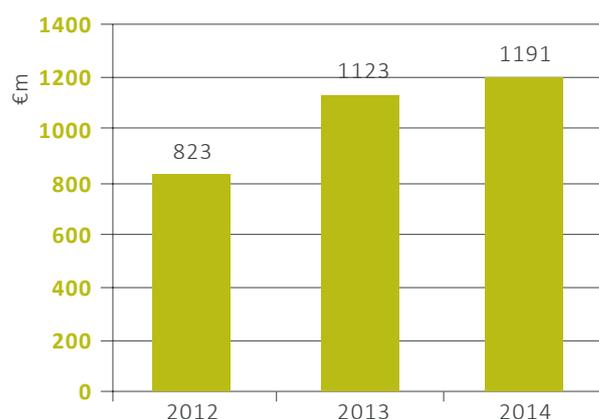
Qualitativamente, tal como no ano anterior, garantiu-se um bom nível médio dos vinhos resultantes e começou-se a colocá-los desde muito cedo no mercado (vinhos brancos em Novembro e tintos em Dezembro). As reacções recolhidas no mercado continuam a ser muito positivas tendo sido enviados a vários concursos e provas. Quais?

Relativamente ao olival, a produção de azeitona subiu consideravelmente (apesar da quebra verificada em Portugal de cerca de 20%), resultado do início de produção de novo olival (Arbosana) e de diversas medidas que foram implementadas (essencialmente podas, planos de fertilizações e irrigação)

Azeitona colhida (kg)	2013	2014
Total	243.264	336.448

As vendas de vinho e azeite têm crescido de uma forma consistente. Apesar da quebra significativa nas vendas de bag-in-box (comparativamente a 2013), as vendas de vinho engarrafado compensaram, registando uma subida expressiva.

TOTAL VENDAS VINHO E AZEITE



Num dos parâmetros mais importantes avaliar – preço médio por litro – também se tem vindo a confirmar um aumento. Este, claramente em contraciclo com a realidade do sector, em que o factor promoção se tem vindo a impor como argumento de vendas.

A exportação de vinhos ganhou peso absoluto e relativo representando os EUA cerca de 25% dos volumes exportados.

	% de total 2013	% de total 2014
--	--------------------	--------------------

	% de total 2013	% de total 2014
Mercado Nacional	92,7%	86,8%
Exportação	7,3%	13,2%

Durante o ano 2014 foram feitas acções promocionais nas lojas da grande distribuição, como sejam, descontos em produto reflectidas ao consumidor e com resultados muito animadores.

O ano ficou também marcado pelo início da distribuição através de distribuidores regionais nalgumas das regiões mais importantes do país (Grande Lisboa, Grande Porto, Minho, Algarve e Açores) com as gamas Herdade de Catapereiro, *Tyto alba* e 1836 Grande Reserva.

Inaugurada em Agosto de 2014, a adega da Companhia das Lezírias passou a contar com um novo espaço de loja preparado para potenciar vendas e enoturismo.

A ambição do Conselho de Administração e da liderança do Departamento aposta na melhoria da margem de contribuição do sector, dispondo de planos que potenciam as vendas e o sucesso comercial bem como outras iniciativas promotoras de acrescida eficiência operacional.

O objectivo é contribuir para que o ano fiscal de 2015 constitua um passo decisivo na direcção de garantir o equilíbrio da Conta de Resultados do sector.

2.4. PRODUÇÃO FLORESTAL, RECURSOS SILVESTRES E AGRO-TURISMO

A Coordenação de Produção Florestal e Recursos Silvestres, através das suas duas áreas de actividade, a gestão da área florestal e o turismo e lazer reforçou em 2014 o seu âmbito de actuação, desde logo pela entrada em funcionamento do Centro de Interpretação da Charneca. Desta forma e mantendo a aposta nos investimentos de melhoria na produção florestal e nas diversas actividades turísticas, a CPFERS reafirma a vocação central da CL na gestão de recursos naturais

e na estruturação de actividades que valorizam essa gestão, quer pela comercialização de bens agrícolas e florestais quer pelo fornecimento de serviços turísticos. Do ponto de vista comercial, de referir a melhoria dos resultados em ambas as áreas o que se traduziu num resultado consolidado positivo. Como pontos altos do ano de 2014, de referir, em 21 de Março, a visita do Presidente da República à CL e, em particular, à floresta, no âmbito da iniciativa do Ministério da Agricultura e do Mar “Portugal pela Floresta” para comemoração do dia Internacional das Florestas, o prémio EBAE “Empresas pela Biodiversidade” e a candidatura aos Green Project Awards que conquistou o 1º prémio da sua categoria logo no início de 2015.

Produção Florestal

O ano de 2014 manteve a tendência de melhoria significativa relativamente ao ano anterior. A actividade da indústria florestal não caiu e, no caso da Corticeira Amorim, principal cliente da CL, atingiu mesmo um pico em termos de resultados. Ainda assim, a melhoria do desempenho da produção florestal na CL ficou a dever-se à produção de madeira de pinho e, principalmente, à venda da pinha mansa e de eucalipto.

Manteve-se o apoio e abertura para a realização de diversos projectos de investigação sobre silvicultura, ecologia e biodiversidade, reforçando a imagem de área de interesse público, com a ambição de apresentar uma gestão de excelência e com características ideais para o ensino e investigação nas áreas dos estudos florestais e biodiversidade. A par destes trabalhos e de um conjunto de linhas de monitorização, continuaram-se os investimentos para melhorar a mancha florestal da CL quer em termos produtivos quer em matéria de conservação dos recursos naturais.

Continuaram-se a levar a cabo as acções de monitorização das operações florestais em moldes a que permitissem dar cumprimento às directrizes constantes na norma de certificação de gestão florestal a que voluntariamente a CL aderiu (FSC). Estas acções privilegiaram a salvaguarda dos recursos naturais existentes, a execução dos trabalhos de acordo com o que foi contratualizado, a Higiene e Segurança no Trabalho dos trabalhadores envolvidos e a defesa dos seus direitos.

Com esse intuito, e para além do acompanhamento diário das operações e da constante verificação de documentos exigidos aos prestadores de serviços, foram produzidos/preenchidos mais de:

- 83 mapas/figuras;
- 41 fichas de planeamento de operações;
- 22 relatórios de início de operação;
- 14 fichas de verificação de EPI'S;
- 36 fichas de acompanhamento;
- Oito check-lists
- Quatro relatórios de intervenção pontual;

Foi enviada uma carta de sensibilização para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores às associações de caçadores e titulares de direitos em áreas florestais no âmbito do certificado da CL.

Foram realizadas cinco sessões de formação em sala que abrangeram tanto trabalhadores da CL como prestadores de serviços e abrangeram as áreas de saúde e segurança no trabalho, boas práticas florestais, conservação dos recursos naturais, certificação da gestão florestal e técnicas específicas às operações.

Montado de sobreiro

No que diz respeito ao montado, principal objecto de intervenções na floresta, foi beneficiada uma área total de 3.453ha (51% da área total de montado).

Em termos produtivos, de referir a produção de cortiça, extraída numa área de 843ha (Taxa Fina-Cabeço da Aranha-Adique-Bexiga-Carro Quebrado), tendo-se obtido uma produção total de 37.071@ das quais 2.156@ de cortiça virgem e 8.729@ de refugo e bocados.

Foram, como habitualmente, cortados os pinheiros bravos e sobreiros secos em toda a área de montado.

Quanto aos protectores da regeneração natural do gado bovino, foram colocados mais 2.000 em toda a área que vai desde os Montinhos, passando pelo Calado, Moita do Ourives até Belmonte inclusive e na área a norte do Catapereiro, totalizando 22.233 desde 2006.

Pinhal bravo

As operações no pinhal bravo abrangeram 11% da sua área de ocupação total, num total de 102ha.

As operações levadas a cabo foram, na sua maioria, geradoras de receitas. Sobressai o aproveitamento da regeneração natural que deverá assumir nos próximos anos um maior relevo devido à necessidade de substituir as áreas cortadas.

Em termos de produção, de realçar um franco aumento em quantidade da madeira de serração (63%) e uma estabilização da rolaria (-1%). Mais relevante foi a manutenção da diminuição de 29% da madeira sintomática, o que indicia um maior domínio da doença da murchidão do pinheiro.

Pinhal manso

Foram intervencionados 135ha de áreas com pinheiro manso o que corresponde a 23% das áreas em que a espécie domina.

Procedeu-se à plantação de 21ha de terreno na área conhecida por Vinha Velha. A plantação, executada com plantas produzidas no nosso viveiro e com material genético da CL, foi feita em compasso 10x10 m. Esta

plantação implicou uma preparação prévia do terreno com equipamento da CL. Foram removidas manchas de chorão das praias (*Carpobrotus edulis*), uma planta invasora, que vegeta em diversas zonas de Catapereiro e posteriormente foi executada uma ripagem, apenas com um ferro, na linha de plantação.

Na campanha 2014/2015, a produção de pinhas foi bastante superior à das duas campanhas anteriores, tendo ultrapassado no final de Fevereiro de 2015 as 300 toneladas.

Eucaliptal

Decorrendo da clarificação da situação contratual com o grupo Portucel Soporcel, retornaram à gestão da CL, 64ha de eucaliptal já depois da terceira rotação, situado em Catapereiro. Esta área foi cortada em Janeiro. Após o verão, em Novembro-Dezembro foram cortados os povoamentos de eucalipto do Paul de Magos (8,2ha). Em termos de valor, de referir que a diferença de preço prendeu-se apenas com a bonificação da rolaria certificada, uma vez que o eucalipto de Catapereiro está incluído no certificado da CL e o do Paul de Magos não. Posteriormente, foi desmatada a área de Catapereiro.

Sequestro de Carbono por alteração do método mecânico de controlo dos matos

Projeto promovido pela Terraprima Ambiental e financiado pelo Fundo Português de Carbono, a que a CL aderiu, teve início em 2011 e uma duração de quatro anos.

O projecto visou promover o sequestro de carbono por alteração do método de controlo mecânico dos matos, promovendo a substituição da grade pela utilização do destroçador de mato. Neste âmbito, a CL desmatou, em 2014, 541ha de áreas florestais tendo desmatado, desde o início do projecto, uma área de 2.331ha.

Em termos de sumidouro de carbono, esta alteração da prática traduz-se num acréscimo de 2.160t de CO₂eq, num total para o horizonte do projecto de 7.376t de CO₂eq.

Outras iniciativas

- Protocolo para a avaliação da viabilidade do aproveitamento comercial de medronhos provenientes da charneca do Infantado

Foi celebrado, em Outubro, um protocolo com vista à experimentação da comercialização do medronho para consumo em fresco. O acordo contempla a cedência da produção de medronho da Charneca a troco de informação sobre quantidades apanhadas, custos e resultados de venda em fresco. Este acordo visa obter informação sobre o valor de um produto existente na Charneca do Infantado que neste momento não tem qualquer aproveitamento. Uma vez que o objectivo era comercializar medronho produzido em modo biológico, foram certificadas áreas num total de 203,8ha naquele modo de produção.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A CL manteve as diversas linhas de trabalho que tem vindo a desenvolver com a FCUL e o LabOr. Iniciou uma outra com o Centro de Estudos Florestais do ISA no sentido de estabelecer métodos mais eficientes de instalação por sementeira/plantação de sobreiros. Paralelamente, decorreram diversos trabalhos integrados em teses de mestrado e em Maio aconteceu a já habitual semana de campo do curso de 'Ecologia e Conservação de Mamíferos' no âmbito do mestrado em Biologia da Conservação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A 5 de Maio realizou-se a sessão anual de divulgação dos resultados dos projectos relativos a 2013 e a consulta às partes interessadas na gestão florestal.

Protocolo com a Carnívora

A monitorização dos mamíferos, em curso desde 2008, foi continuada, em 2014 com um maior enfoque nas linhas de água e sebe viva, nas áreas de exclusão de pastoreio e nas áreas onde se iam realizar operações florestais para avaliar eventuais impactes em espécies com interesse de conservação. A estratégia de amostragem de larga escala foi estratificada por tipos de habitat. Foi dada especial atenção às espécies com estatuto de conservação mais preocupante como o rato de Cabrera, o toirão e o gato-bravo, e às arborícolas com efectivos reduzidos e directamente afectadas pelas actividades florestais como a fuinha e a geneta. A equipa da Carnívora levou a efeito os transectos e as faroladas para contagem de indícios e coelhos, trabalho que era habitualmente levado a cabo pelo CIBIO.

Protocolo com o LabOr

O protocolo com o LabOr/UE para 2014 previa as seguintes acções, que são a continuação do trabalho iniciado em 2008:

- Monitorização das áreas florestais (pinhais e montado);
- Monitorização de efectivos de Coruja-das-torres;
- Monitorização da recuperação da linha de água e sebe viva.

De referir que a linha de acção "Monitorização da população de noitibós", por não ter sido bem sucedida em 2013, foi repetida em 2014.

Recuperação da Linha de água de Vale Zebro (Proder 17023)

A data prevista para conclusão da execução deste projecto era 17/04/2014. A transferência da última tranche foi efectuada a 31-12-2014. Em 2014 as acções de restabelecimento da vegetação continuaram, tendo-se plantado 22 Pilriteiros (*Crataegus sp.*), 80 Freixos (*Fraxinus angustifolia*), 776 salgueiros (*Salix sp.*) e 49 choupos (*Populus nigra*) numa extensão de cerca de 1.240m de linha de água. O material genético usado é todo da CL. Foi vedado mais um troço de linha água com 500 metros tendo-se construído, para o efeito, 1.125m de vedação.

Sebe viva (INAlentejo)

No início do ano foram levadas a cabo diversas acções de plantação na área vedada para estabelecimento da sebe viva.

Experimentação de uma nova estratégia de reflorestação do sobreiro na CL

A CL celebrou um protocolo com o Centro de Estudos Florestais do ISA para avaliar e demonstrar técnicas de instalação de sobreiro. Os resultados preliminares das instalações primaveris dão conta de emergências superiores a 80%, perdas devidas a coelhos e javalis negligenciáveis e crescimentos superiores às instalações pelos métodos tradicionais. No outono (Inverno - dias 22 e 23 de Dezembro) foi realizada nova sementeira em 1.040 buracos previamente abertos com broca a 18, 24 e 25 de Novembro em 2,8ha.

Outras iniciativas

- A Pequena Companhia acolheu durante o mês de Fevereiro a equipa da "Spring migration of Black-tailed Godwits in Iberia 2014" no âmbito do projecto sobre a "Partly colour-ringed breeding population of Black-tailed Godwits *Limosa limosa* in SW Friesland, The Netherlands, Universidade de Groningen.

- Representação da CL no Grupo de Stakeholders da Região Alentejo no Projeto StarTree, financiado pela União Europeia através do FP7 Cooperation Work Programme e que se destina a mostrar como as árvores de uso múltiplo e os produtos florestais não lenhosos podem ser usados para fortalecer e diversificar as actividades económicas nas áreas rurais.

Apoio a projectos de I&D

Projeto GENOSUBER (genosuber.com) através da facilitação na recolha de material vegetal de sobreiro.

Título: "Ecological thresholds for seedling establishment and recruitment of Mediterranean oak forests ecosystems in Portugal"

Instalação de parcelas para avaliar a concorrência exercida pela vegetação espontânea lenhosa sobre a regeneração natural de sobreiro.

Pós-doc.: Vanda Acácio

Bolsa n.ºSFRH/BPD/80598/2011 (financiamento FCT)

Título: Comparação dos efeitos da poluição rodoviária sobre as populações de Chapim-real (*Parus major*) em diversas cidades europeias.

Doutorando: Pablo Salmon

Título: Responses and mechanisms of a Mediterranean grassland ecosystems to nutrient addition, grazing and drought.

Doutoranda: Carla de Almeida Nogueira (2013-2016)

Orientadores: M^a Conceição Brito Caldeira, Rebecca McCulley, João Santos Pereira

Financiamento: bolsa FCT: SFRH/BD/88650/2012

Teses de Mestrado defendidas em 2014

Foi defendida uma tese de mestrado relativa a trabalhos de campo realizados na CL em 2013/2014:

Título: Adequabilidade da Charneca do Infantado para o gato-bravo (*Felis silvestris*) e influência da presença do gato doméstico (*Felis catus*)

Mestrando: Tiago Filipe Crispim Mendes (Mestrado em biologia da conservação)

Orientadores: Prof.^a Doutora Margarida Santos-Reis (FCUL)

Publicações em Revistas internacionais (com referee)

Pinto CA, Nadezhdina N, David JS, Kurz-Besson C, Caldeira MC, Henriques MO, Monteiro FG, Pereira JS & David TS. 2014. Transpiration in Quercus suber trees under shallow water table conditions: the role of soil and groundwater. *Hydrological Processes* 28 (25): 6067-6079.

Catarino, L., Godinho, C., Pereira, P., Luís, A., Rabaça, J.E. 2014. Can birds play a role as High Nature Value indicators of montado system? *Agroforest Syst.* doi:10.1007/s10457-014-9761-y

Ana Teresa Marques et al. Environmental activities with schools reduce local water bird movements: results from a radar study. *Bird Study* (ID BS-2015-009), no prelo.

Actas de congressos, seminários e simpósios

David TS, Pinto CA, Nadezhdina N, Paço TA, Pereira JS & David JS. 2014. Water Use in Montado Ecosystems. In *Proceedings of the XII Portuguese-Spanish Symposium on Plant Water Relations. Water to Feed the World. Evora, 30th September 2014. Book of proceedings* P. 7-12.

David TS. 2014. Uso e redistribuição de água no ecossistema montado. Workshop Serviços Ambientais do montado inserido no XXXV reunião de Primavera SPPF, ESAS, Santarém, 29 Abril 2014. Livro de resumos p. 29.

Catarino, L., Godinho, C., Pereira, P., Luís, A., Rabaça, J.E. 2014. Birds as indicators of conservation status of montado. Livro de resumos VIII Congresso de Ornitologia da SPEA, Almada, Portugal. Pp. 54-55

Roque, I., Marques, A., Haddock, S., Stritch, M., Lourenço, R., Godinho, C., Pereira, P., Rabaça, J.E. 2014. Activity patterns of barn owls *Tyto alba* in the post-fledging dependence period. Livro de resumos VIII Congresso de Ornitologia da SPEA, Almada, Portugal. Pp. 283-284

Roque, I., Marques, A., Lourenço, R., Coelho, J.P., Coelho, C., Pereira, M.E., Rabaça, J.E., Roulin, A. 2104. Owls as indicators of environmental contamination by mercury: variations related to age and sample type. Livro de resumos VIII Congresso de Ornitologia da SPEA, Almada, Portugal. Pp. 281-282

Nogueira C., Caldeira MC, Bugalho M, McCulley R, Pereira JS. (2014). Drought and nutrient addition impacts on grassland productivity, biodiversity and soil respiration in a Mediterranean ecosystem. *Drought Hazard and Management: Challenges in a Changing World*, 16-20 June 2014, Hermoupolis, Grécia.

Comunicações em seminários nacionais, internacionais e outros sem publicação

TS David. 4º Encontro REDECOR “O montado de sobre e a fileira da cortiça em Portugal e Espanha”, CAP do INIV, Oeiras, 26 de Novembro de 2014. (comunicação oral). “Estratégias de Uso de água em sobreiros adultos: relevância para a gestão”

TS David & CA Pinto COST Action STReESS – Studying Tree Responses to extreme Events: a Synthesis meeting, Companhia das Lezírias, 24th October 2014. (comunicação oral a convite). “Mediterranean woody species of montados: surviving the drought”

TS David Participação no programa de televisão “Economia Verde” da SIC (intervenção a convite). “Impacto de práticas de gestão no solo e vitalidade dos sobreiros- gradagem vs corta-matos”

TS David Ciclo de Seminários 2014 “Ecossistemas e Multifuncionalidade da Paisagem”, ICAAM, Évora, 4 Junho 2014. (comunicação oral a convite). “Restrições hídricas e integridade da vegetação do montado”

Correia I., Horta A., Kurz-Besson C., Faria C., Almeida H., David T. 2014. Variação na resposta da Pinus pinaster a alterações no regime de precipitação. Sessão de Divulgação de Resultados do Projecto de Investigação PTDC/AGR-CFL/99614/2008, INIAV, Oeiras, Portugal, 30 Janeiro. Comunicação oral. URL: <https://www.isa.utl.pt/calendar/2014/01/30>

Machado A., Pinheiro C., Francisco R., Chaves M. 2014. Perfis proteicos de agulhas de pinheiro bravo sujeitos a diferentes regimes hídricos. Sessão de Divulgação de Resultados do Projecto de Investigação PTDC/AGR-CFL/99614/2008, INIAV, Oeiras, Portugal, 30 Janeiro. Comunicação oral. URL: <https://www.isa.utl.pt/calendar/2014/01/30>

Kurz-Besson C., Cardoso R., Soares P., Varino F., Miranda P., Correia I. 2014. Monitorização meteorológica, definição do programa de rega e análise da evolução do clima na Companhia das Lezírias (1950-2100). Sessão de Divulgação de Resultados do Projecto de Investigação PTDC/AGR-CFL/99614/2008, INIAV, Oeiras, Portugal, 30 Janeiro. Comunicação oral. URL: <https://www.isa.utl.pt/calendar/2014/01/30>

Lousada J.L., Gaspar M.J., Silva E., Kurz-Besson C., Varino F. 2014. Efeito do local e das condições climáticas no crescimento e nas características

da madeira de *P. pinaster* em Portugal. Sessão de Divulgação de Resultados do Projecto de Investigação PTDC/AGR-CFL/99614/2008, INIAV, Oeiras, Portugal, 30 Janeiro. Comunicação oral. URL: <https://www.isa.utl.pt/calendar/2014/01/30>

Correia I., Horta A., Besson C., Faria C., Almeida H., David T., Machado A., Pinheiro C., Francisco R., Chaves M., Cardoso R., Soares P., Varino F., Miranda P., Lousada J.L., Gaspar M.J., Silva E. 2014. Parâmetros genéticos em proveniências da *Pinus pinaster*. Conclusões gerais. Sessão de Divulgação de Resultados do Projecto de Investigação PTDC/AGR-CFL/99614/2008, INIAV, Oeiras, Portugal, 30 Janeiro. Comunicação oral. URL: <https://www.isa.utl.pt/calendar/2014/01/30>

Kurz-Besson C., Lousada J., Cardoso R., Varino F., Soares P., Correia I. 2014. Wood growth and density response to climate evolution: case study of the cluster pine (*Pinus pinaster*) in the Alentejo region. Reuniões de Meteorologia do IDL, FCUL, Lisboa, Portugal, 25 Fevereiro. Comunicação oral.

Catarino, L. 2014. As aves como indicadoras de Sistemas de Alto Valor Natural: o exemplo do montado. Seminário "A importância da Gestão do Montado para as Aves e para o Ambiente", 31 de maio de 2014, Observatório do Sobreiro e da Cortiça, Coruche.

Godinho, C. 2014. Comparação eucaliptal-pinhalmontado: Quem ganha na diversidade de espécies florestais? Seminário "A importância da Gestão do Montado para as Aves e para o Ambiente", 31 de maio de 2014, Observatório do Sobreiro e da Cortiça, Coruche.

Godinho, C. & Roque, I. 2014. Guia de gestão do montado para as aves: o exemplo do turismo ornitológico. Seminário "A importância da Gestão do Montado para as Aves e para o Ambiente", 31 de maio de 2014, Observatório do Sobreiro e da Cortiça, Coruche.

Posters

Costa A, Barbosa I & Spiecker H (2014). Cork oak: a case of sustainable bark harvesting. World Congress of Agroforestry "Trees for Life: Accelerating the Impact of Agroforestry" 10-14 February, Delhi, India. Book of abstracts-poster presentation.

Nogueira C., McCulley RL, Fangueiro D, Lecomte X, Bugalho M, Caldeira MC. (2014). Effect of nutrient addition on soil respiration in Mediterranean grassland. 18th Nitrogen Workshop: INIAV, Lisbon, Portugal. 30 June - 3 July 2014.

Arede, F.; Rodrigues, D. & Paiva, S. EVOA no Verão: Conciliando a Observação de Aves com a Conservação da Natureza. Poster VIII Congresso de Ornitologia da SPEA, 1 a 4 de março de 2014.

Outros estudos a decorrerem na CL

Projeto: Phenotypic plasticity of maritime pine to climate change

Investigadora responsável: Maria Isabel Correia Esteves

Referência: PTDC/AGR-CFL/099614/2008

Financiamento: FCT

Entidades participantes: ISA, INRB, FFCUL, UTAD, ITQB

Projeto: IsoCork - Climate effects on cork growth assessed by isotope fingerprinting (EXPL/AGR-FOR/1220/2012) (2013-2014)

Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)

Objectivo: Modelar a resiliência do sobreiro aos descortiçamentos consecutivos e avaliar a resposta da árvore a períodos de seca por análise da largura dos anéis de cortiça.

Resultados: Modelação da curva de crescimento da cortiça com base em deteção de anéis de crescimento de cortiça por técnicas de análise de imagem e em sequências extensas - Modelação ARIMA, ARMA, com intervenções, STAMP software)

IsoCork (2014). IsoCork -Climate effects on cork growth assessed by isotope fingerprinting (EXPL/ AGR-FOR/1220/ 2012). Final report. 59 pp

Projeto: Cork ring detection and measurement - development of new techniques (COST STSM-FP 1202-15045) (2013)

Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)

Objectivo: Deteção e medição de sequências extensas de anéis de crescimento da cortiça

Resultados: Obtenção de curvas de crescimento da cortiça por deteção da largura de anéis de cortiça por técnicas de " High-Frequency Densitometry e " Abrasive Hardness"

Projeto: Estudo da variação da qualidade da cortiça (porosidade e calibre) na árvore (2010-2013)

Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)

Objectivo: Modelar as variações da espessura e da porosidade da cortiça amadia, da base do tronco para os ares Determinar o perfil de decréscimo de calibre e diminuição de porosidade com a altura.

Resultados: Modelação das variáveis calibre e qualidade da cortiça na árvore, em altura.

Projeto: Estudo sobre o crescimento radial do sobreiro (2010-)

Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)

Objectivo: Modelação do crescimento radial do sobreiro (lenho + cortiça) em árvores em exploração e em árvores virgens com base em medições em dendrómetros instalados no tronco das árvores à altura de 1,30 m do solo

Resultados: Modelação da curva de crescimento radial do sobreiro.

Projeto: Estudo sobre a distribuição espacial da regeneração de sobreiro (2013- ...)

Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)

Objectivo: Estudo com o objectivo de avaliar a influência de áreas e de períodos de “set-aside” na obtenção de regeneração natural de sobreiro com sucesso e na estrutura dos povoamentos.

Resultados: Avaliação do impacto do uso da terra na regeneração natural de sobreiro

Acções de divulgação:

Ciência Viva no Verão 2014 “Antenas no Ar: como seguir as corujas”. 5 e 12 de agosto de 2014, Lezíria Sul de Vila Franca de Xira (com a colaboração do EVOA).

EVOA 24h. 23 de agosto de 2014, Lezíria Sul de Vila Franca de Xira (divulgação dos resultados do projeto TytoTagus em colaboração com o EVOA).

TURISMO

O ano de 2014 afirmou-se como sendo um ano decisivo em relação aos seguintes temas:

- Aprovação do projecto de Arquitectura do Alojamento da Companhia das Lezírias e pareceres positivos sobre a solução proposta do Turismo de Portugal, I.P. e do ICNE, I.P.;
- Licenciamento da cafetaria do EVOA;
- Planeamento de acções de divulgação das actividades turísticas e adopção de novos canais de divulgação (utilização de redes sociais e desenvolvimento de newsletter);
- Estabelecimento de uma parceria com a Buzz Portugal, com vista à visita regular de turistas alemães durante todo o ano de 2015;
- Utilização regular do Centro de Interpretação da Charneca e da exposição “Sons da Charneca”, nas visitas realizadas à Companhia das Lezírias;
- Reestruturação da oferta relacionada com o enoturismo com o objectivo de uniformizar procedimentos e programas com o departamento de Produção Vitivinícola e Oleícola;
- Estabelecimento de protocolo com a Itlagro para a instalação de um observatório para fotografia na lagoa Rasa do EVOA.

Actividades

N.º de visitantes

Visitas 1.º, 2.º e 3.º Ciclos	759
Visitas Ensino Secundário e universitário	1.547
Visitas e eventos para adultos	1.249
Visitas ao EVOA	4.499
Caça	1.090
Pesca	223
Actividades de entidades exteriores	1.323
Total	10.690





A CPFRS proporcionou no espaço da Companhia para actividades de lazer mais de 10.690 visitas, o que corresponde a um aumento de 12% relativamente a 2013.

CINEGÉTICA

A actividade cinegética foi caracterizada por uma estabilização da procura e da oferta, ainda que a colocação das portas aos pombos, face a sucessivos anos com poucos pombos, seja cada vez mais difícil. Ainda assim, a venda de portas aos pombos foi quase igual a 2013.

Manteve-se a impossibilidade de comercializar caçadas aos coelhos devido aos reduzidos níveis da população resultado da nova estirpe da doença hemorrágica. Devido ao atraso no ano agrícola foi realizada menos uma montaria no final do ano.

O número de jornadas proporcionadas foi 12% inferior ao do ano transacto, havendo a registar algumas mais nos javalis, narcejas e lebres e menos nas restantes. Deu-se um ligeiro aumento dos pombos cobrados.

VISITAÇÃO E EVENTOS

A Pequena Companhia realiza, desde 2006, actividades de visitação para crianças e jovens, dá apoio a um grande número de actividades não pagas, sejam elas de visitação, eventos ou o apoio à área de investigação.

Desde 2010 que a Pequena Companhia é responsável pela organização de alguns eventos, nomeadamente reuniões empresariais, festas e actividades de team building.

A sua prioridade é a de divulgar e dar a conhecer a empresa no seu todo, história, património e produtos, durante as suas visitas e nos meios de comunicação que utiliza, incluindo plataformas sociais mais recentemente reestruturadas e actualizadas (Facebook).

Em 2014 a Pequena Companhia possibilitou a vinda à CL de cerca de 2.300 crianças e jovens, com predominância de alunos do ensino secundário.

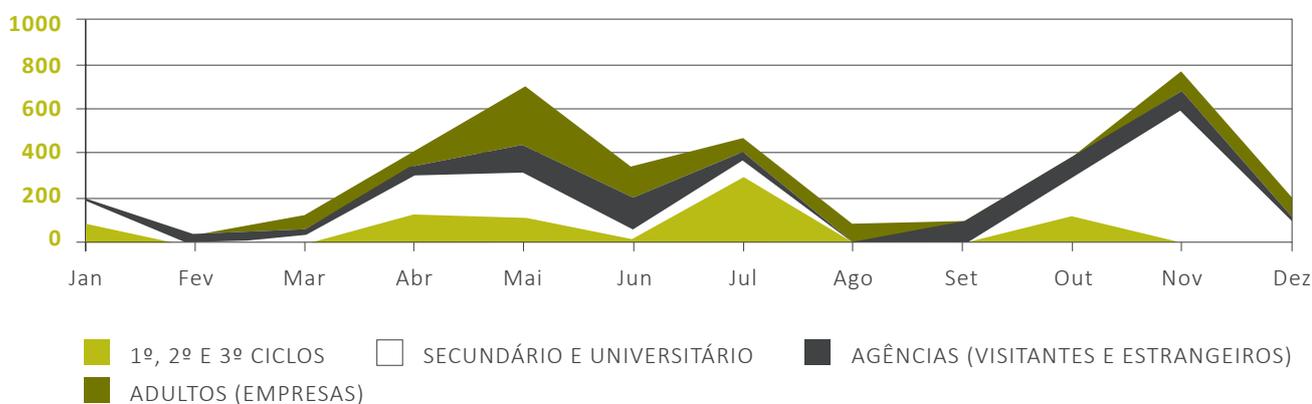
Foi ainda estabelecida uma parceria com a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, para a promoção de actividades de verão com as crianças do Município. Visitaram-nos cerca de 280 crianças durante esta iniciativa de ATL.

No total, a Pequena Companhia levou a cabo cerca de uma centena de visitas guiadas, visitas de estudo, eventos, passeios pedestres, BTT, com a participação de cerca de 4.900 pessoas, principalmente alunos do Ensino Secundário e adultos.

RESUMO DOS VISITANTES ENQUADRADOS NA PEQUENA COMPANHIA

Públicos abrangidos	N.º de visitantes
1.º, 2.º e 3.º Ciclos	759
Ensino Secundário e universitário	1.547
Adultos	1.249
Actividades de entidades exteriores	1.323
Total	4.892

A distribuição das visitas e eventos foi muito heterogénea durante o ano, concentrando-se as visitas em dois períodos, Abril-Julho e Outubro-Novembro, como se pode apreciar pelo gráfico seguinte sobre o número e tipo de visitantes.



Alojamento

Durante o ano de 2014 deu-se continuidade à parceria estabelecida com a Odisseias Clube, o que voltou a ter grande relevância para as vendas, tendo sido realizadas quatro campanhas promocionais, que se cifraram num aumento de 72% do número de vouchers adquiridos através deste canal. Estas campanhas tiveram como objectivo promover, em conjunto com a estadia, as actividades desenvolvidas no EVOA e no turismo equestre. Essa campanha conduziu à venda de vinte e cinco vouchers de estadia com visita ao EVOA, 198 vouchers de estadia com desconto de 10% em actividades equestres e 121 vouchers incluindo apenas a estadia.

O número de dormidas em 2013 e 2014, originaram um aumento na taxa de ocupação de cerca de 10%.

De realçar que a ocupação em todos os meses, à excepção de Junho e Julho, foi superior ao ano anterior. A menor ocupação nos meses de Junho e Julho ficou a dever-se à indisponibilidade da piscina devido a reparação.

Estágios

Receberam-se dois estagiários, no âmbito das actividades da Pequena Companhia, alunos do Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural, da Escola Profissional de Agricultura do Marco de Canaveses. Cada estágio teve a duração de um mês.

TURISMO EQUESTRE

O TE manteve um baixo nível de actividade fruto da crise económica e da grande dificuldade de penetração no mercado internacional. No entanto, o mercado chinês voltou a marcar presença. Os passeios mais longos são na sua grande maioria com clientes estrangeiros que denotam grande experiência e admiração pelos nossos cavalos e a forma como estes estão disponíveis e apresentados.

Neste ano o aluguer de boxes, parques e pastagens esteve sempre em crescimento, tendo no caso das boxes atingido o seu limite máximo.

O TE esteve, sempre que solicitado, nas apresentações e demonstrações das actividades da CL, nas visitas de individualidades, delegações estrangeiras e empresas. Participou, também, em programas de responsabilidade social como os Alfacinhas Solidários e programas de televisão variados: Masterchef e a Verdade do Vinho.

EVOA

O primeiro ano completo de funcionamento do EVOA não correspondeu a um aumento significativo dos visitantes, como seria de esperar pelos resultados obtidos no primeiro semestre.

Foi efectuado um esforço para criar colaborações com agências de incoming, não tendo estas produzido ainda os resultados esperados.

Procurou-se inovar com a disponibilização de actividades/ eventos especiais como foram os exemplos do Workshop de Fotografia de Natureza Personalizado e o EVOA 24 Horas.

Afluência

Nos onze meses de funcionamento foram recebidas 4.499 visitantes, sendo que se registou um equilíbrio entre os visitantes escolares e não escolares, mantendo o sucedido em 2013.

Apesar de em alguns meses de 2014 se registar o dobro dos visitantes relativamente ao ano anterior (Abril e maio), na segunda metade de 2014 assistiu-se a uma diminuição geral, apesar de ligeira, do número de

visitantes relativamente a 2013. O mês de Dezembro apresentou resultados negativos, tendo sido notório o impacto do mediatismo dado ao surto de Legionella em Vila Franca de Xira, efeito notado não só nas visitas escolares mas também nas restantes visitas.

Tipo de Entrada	Nº pessoas	Percentagem
Bilhetes Familiares	489	11%
Bilhetes Individuais	685	15%
Bilhetes de grupo	364	8%
Bilhetes evento	470	10%
Bilhetes exposição	168	4%
Entradas membros	136	3%
Entradas escolares 2014	2.187	49%
Total Entradas não escolares 2014	2.312	51%
Total	4.499	100%

De referir que foram vendidos 53 cartões para membros, havendo a registar que cada membro fez em média três visitas ao EVOA.

Eventos

Na estratégia delineada para divulgar o EVOA, os eventos tiveram um lugar de destaque. Foram programados 25 eventos, alguns em parceria com outras entidades, tendo-se realizado dezoito, muitos com assinalável adesão.

Parcerias/ Colaborações/ Acordos

A colaboração estabelecida com a Bio3 permitiu a caracterização dos movimentos de avifauna entre o estuário e as lagoas do EVOA e a lezíria, tendo resultado num relatório e num paper científico (ainda aguarda aprovação para publicação (Environmental activities with schools reduce local water bird movements: results from a radar study; Ana Teresa Marques et.al; Bird Study (ID BS-2015-009)). Foi elaborado um poster sobre as espécies de morcegos que utilizam esta área do EVOA e a sua actividade na região (períodos de maior ocorrência).

A colaboração estabelecida com o Prof. David Rodrigues (ESAC) permitiu, para além das contagens semanais efectuadas pelas equipa do EVOA, realizar a anilhagem de patos, recorrendo a anilhas metálicas e marcas nasais. Até ao final de 2014 foram anilhados 193 patos-reais (33 em muda), 78 marrequinhas (sete em muda), três patos-trombeteiros e cinco arrábios (quatro em muda). Entre os patos anilhados observados nas lagoas do EVOA, encontraram-se três marrequinhas marcadas em França, dois patos-reais, nove marrequinhas e uma marrequinha americana marcadas na Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ). Estes registos contribuem para aumentar o conhecimento sobre as rotas migratórias. Algumas das marrequinhas

capturadas em Janeiro em RNDSJ foram observadas, no mês seguinte, no EVOA, o que indica que elas continuaram a fazer a migração para sul. Por outro lado, as aves capturadas no EVOA comprovam a realização de muda em todas as espécies indicadas, o que demonstra que este local tem recursos alimentares e tranquilidade para estas aves conseguirem ultrapassar esta fase tão crítica das suas vidas.

Do trabalho desenvolvido resultou um poster.

EVOA no Verão: Conciliando a Observação de Aves com a Conservação da Natureza. Arede, Fernando^{1,2}; David Rodrigues¹ & Sandra Paiva²; ¹Escola Superior Agrária de Coimbra, Portugal, www.esac.pt; ²Espaço de Visitação e Observação de Aves, Portugal, <http://www.evoa.pt>; Poster VIII Congresso de Ornitologia da SPEA, 1 a 4 de Março de 2014.

Em 2014, deu-se seguimento à anilhagem de passeriformes, com a orientação do Presidente do SEMPA/ ICNF Vítor Encarnação.

Na área da visitação estabeleceram-se os seguintes acordos:

- Italogro/HIT – protocolo estabelecido em maio, permitiu a construção de um abrigo fotográfico, inaugurado ao público em Setembro.
- Guest Request – protocolo para a divulgação e venda da nossa oferta através deste agente, ainda não tendo tido resultado.

Plano de Gestão

Durante o ano foi elaborado uma proposta de plano de gestão que descreve a área nas diversas vertentes, fazendo uma caracterização ambiental do meio e elencando as principais interações com implicações na gestão.

As medidas de gestão referidas descrevem as ações a desenvolver, o planeamento anual e a monitorização associada, relativa a: água, vegetação, espécies de fauna, percursos e zonas verdes, estruturas de ocultação dos visitantes e observatórios.

A eficácia das ações aplicadas será avaliada através da monitorização das aves presentes nas lagoas.

Em conjunto com a proposta de plano de gestão foi elaborado um documento com informação específica sobre as aves com ocorrência no EVOA e as tabelas propostas como base para a monitorização da água e flora. A proposta de Plano de Gestão das Lagoas do EVOA foi enviada aos parceiros para discussão nos termos que tinham sido acordados pela parceria.

Estágios

Decorreram quatro estágios no EVOA relacionados com a ecologia das aves aquáticas, a gestão das lagoas e o turismo. Um deles, teve início em 2013.



Nome	Origem	Programa de apoio	Duração
Fernando Arede	IEFP	Prog. Estágios Emprego – Património Ativo	12 meses
Marisa Coelho	MasterD	Formação em Contexto de Trabalho	200 horas
Marta Rodrigues	E.Reynaldo dos Santos	Formação em Contexto de Trabalho	175 horas
Eunice Sanches	CFP Alverca	Formação em Contexto de Trabalho	300 horas

Candidaturas

Na sequência do prémio recebido nos EBAE nacionais, o EVOA avançou com uma candidatura aos prémios europeus.

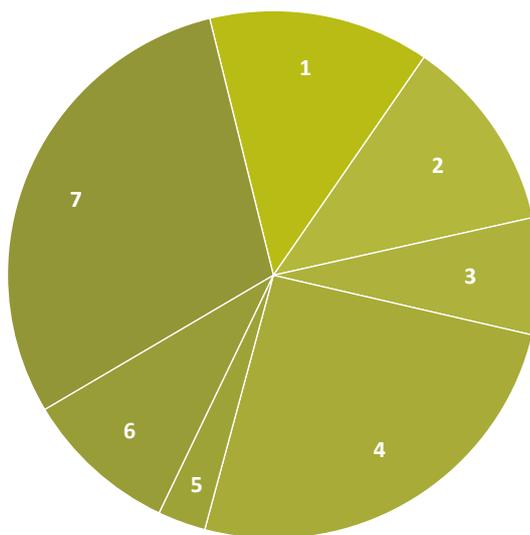
Através da QUERCUS, o EVOA candidatou-se também aos Ramsar Awards, sendo os resultados divulgados apenas em Junho de 2015.

Durante os meses de Julho até Outubro, em parceria com as Salinas do Samouco e do ICNF, deu-se início a uma candidatura ao Programa Europeu Life Natureza, não tendo sido ainda submetida.

Perfil e grau de satisfação do público

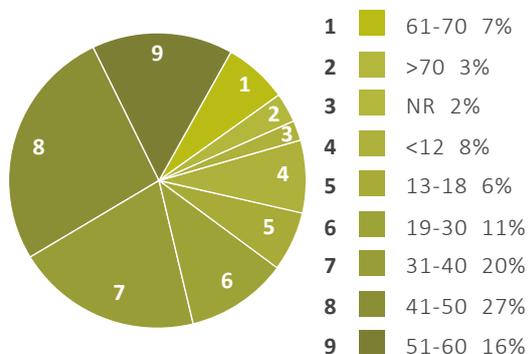
Desde as primeiras visitas ao EVOA, tem-se vindo a realizar um inquérito de satisfação aos clientes. Durante este ano inquiriram-se 301 visitantes.

PROVENIÊNCIA DOS VISITANTES

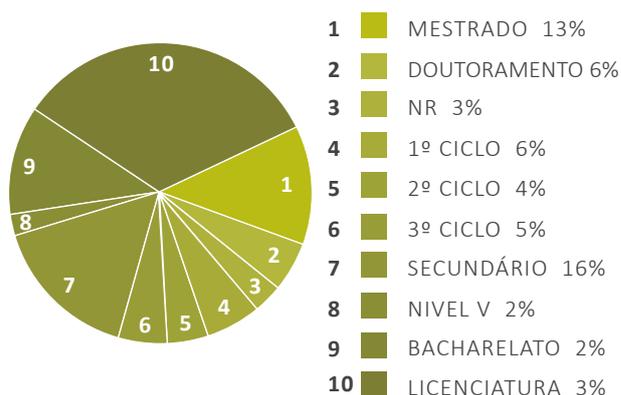


1	LINHA - 14%	5	INTERNACIONAL - 3%
2	M.SUL - 12%	6	NR - 9%
3	PERIFERIA LX - 7%	7	LISBOA - 30%
4	OUTROS - 25%		

FAIXA ETÁRIA



ESCOLARIDADE



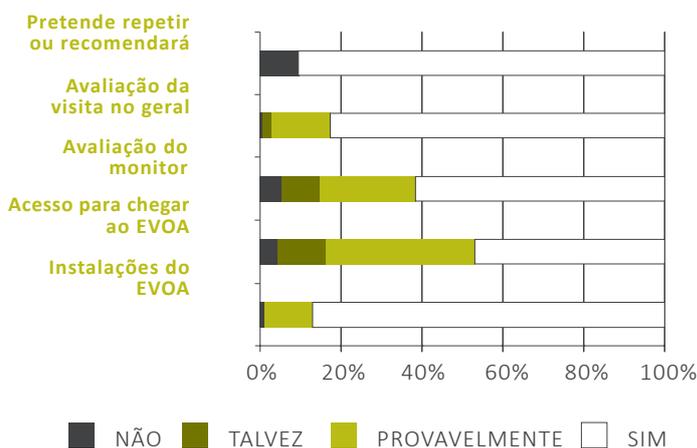
Resumidamente, quem visita o EVOA é predominantemente de Lisboa (30%), tem entre 30 e 60 anos e formação superior (64%).

As avaliações por parte dos visitantes são muito positivas no que respeita à qualidade dos guias, às instalações e à visita. Apesar de se verificar uma melhoria relativamente aos resultados do ano 2013, o estado da estrada (31%) e a sinalização (13%) recebem ainda um elevado número de avaliações negativas. A melhoria na sinalização poderá estar associada à duplicação da sinalética nos locais identificados como mais críticos no acesso ao EVOA.

Em consequência, 93% dos visitantes inquiridos dizem que o EVOA correspondeu às expectativas e que recomendarão a visita a outras pessoas e 79% afirma ter intenções de voltar.

Realizaram-se, adicionalmente, 810 inquéritos a alunos de II ciclo e secundário, verificando-se uma apreciação positiva por parte dos alunos, apesar de grande parte deles não ter especial interesse pela natureza e não praticar regularmente atividades na natureza.

A atividade de observação de aves é identificada como a preferida por 61% dos alunos.



Os alunos de I Ciclo foram também inquiridos sobre a actividade que mais gostaram, tendo demonstrado uma maior divisão entre a observação de aves e os jogos desenvolvidos.

Relativamente ao que menos gostaram, as crianças têm dificuldade em responder, indicando que gostaram de tudo. Alguns alunos referiram a caminhada ou a actividade de desenho.

OUTROS ASSUNTOS

Representação da CL:

- Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios com análise, discussão e revisão do Plano Operacional;
- Conselho Consultivo da Floresta Mediterrânica (UNAC);
- o StarTree – projecto europeu para a exploração sustentável dos recursos florestais para o desenvolvimento rural;
- “INIAV-Parcerias para a investigação e inovação no âmbito da programação para o Desenvolvimento Rural 2014-2020” (30/10/2013);
- Centro de Competências do Sobreiro e Cortiça;
- Centro de Competências do Pinheiro bravo.

Apresentação da CL no âmbito da Unidade Curricular de Políticas de Desenvolvimento Local do Mestrado de Recursos Florestais da Escola Superior Agrária de Coimbra.

Apoio nas reportagens dos programas Biosfera (RTP2), Economia Verde (SicNotícias) e canal on line da Televisão Portuguesa em Montreal.

2.5. PATRIMÓNIO, INVESTIMENTO E BOAS CONDIÇÕES AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS

Património

Em 2014 continuou-se a pugnar pela melhoria do valor médio/ha dos arrendamentos rústicos, realçando-se o seguinte:

a) Dois novos arrendamentos que resultaram de duas consultas públicas

b) Renegociação dos contratos que se renovam em 2015, tendo-se procurado actualizar as rendas mais antigas que se encontravam abaixo do valor de mercado actual e integrar os contratos na nova lei do arrendamento rural (Decreto-Lei n.º 294/2009), permitindo actualizações anuais das rendas pelo índice do INE.

Relativamente ao património urbano, salienta-se a venda de sete lotes do Loteamento Industrial de Salvaterra de Magos à Orivárzea, S.A., empreendimento constituído há mais de 10 anos e que se tem revelado de difícil venda, sendo que dos 20 lotes que o compõem somente tinha sido alienado o Lote 19, em 2007.

Arrendamentos rústicos

Áreas Arrendadas – Posição a 31 de Dezembro de 2014

Lezíria Norte	Lezíria Sul	Várzea Samora	Porto Seixo	Paul de Magos	Paul de Belmonte	Charneca/Catapereiro	Murteira	Mouchões	TOTAL
1.366,28	2.626,89	106,22	104,49	493,16	258,68	684,54	42,50	166,00	5.849,10

Valores em hectares

NOTA: O Núcleo da Charneca/Catapereiro contempla o Contrato Florestal da Portucel, o Contrato com a Sociedade Agrícola Vil Figueiras, Lda. e o de Exploração em Comum com a Sociedade Agrícola Quinta do Cartaxo. Esta última Sociedade entregou a terra no final da campanha, sendo a nova rendeira a Sociedade Agrícola Quinta do Paraíso, Lda., que pagará a primeira renda em 2015.

2.6. PRODUÇÃO EQUINA E COMPLEXO DESPORTIVO

Pese embora ainda se continue a sentir alguma retracção na procura de animais para compra, grandemente acentuada no que respeita a fêmeas, podemos considerar o ano de 2014 como fortemente positivo em relação às vendas, em que foram largamente ultrapassados os objectivos traçados, relativamente a número de animais vendidos, facturação e valor médio de venda.

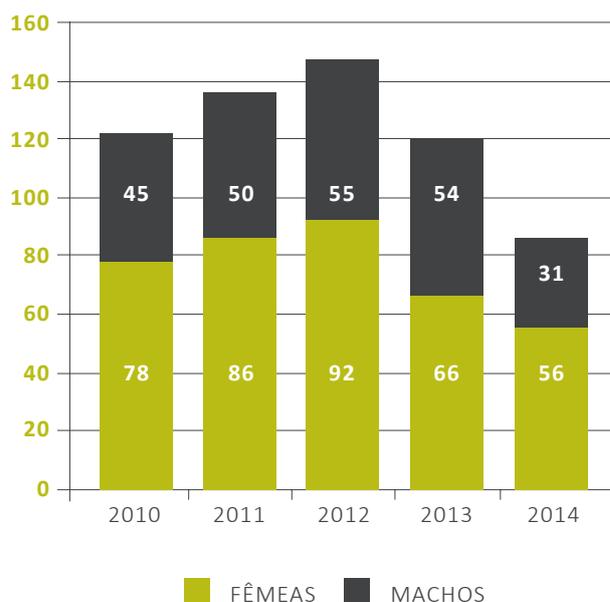
O aumento de vendas referido, contribuiu fortemente para que também fossem ultrapassadas as metas traçadas para a redução do efectivo, dado somente se ter concretizado parte das transferências previstas, quer para o Turismo Equestre, quer como cedência para a GNR.

EQUINOS

Efectivo

Os objectivos traçados para 2014 para o efectivo e a redução que para ele se pretendia, foram plenamente conseguidos. A diminuição do tamanho do efectivo foi de mais cinco cabeças do que o previsto.

A necessária redução de custos de manutenção, que as difíceis condições de mercado têm vindo a impor, determinou que nos últimos anos se tenha procedido a uma redução concreta do nosso efectivo - apostando na qualidade em detrimento da quantidade - redução essa que tem sido acompanhada por uma política de maior abertura, para que possamos recorrer a genética de maior qualidade. No mapa seguinte pode-se observar a evolução do número médio de cabeças, ao longo dos últimos cinco anos:



Concursos e Feiras

No ano de 2014, a CL participou com 9 animais nos mais importantes Eventos Oficiais realizados no País: Expoégua – Golegã; Feira Nacional de Agricultura – Santarém; Festival Internacional do PSL – Cascais; Feira do Cavalo - Ponte de Lima e Feira Nacional do Cavalo - Golegã, tendo-se classificado todos eles, nos diversos concursos em que participaram, com a obtenção de 4 medalhas de Ouro e 2 de Prata, Título de Melhor Coudelaria na FNA e o título máximo no Festival Internacional do PSL.

Além dos prémios referidos, o colaborador José Miguel Barbosa, obteve Prémio de melhor apresentador em dois dos mais prestigiados certames: Festival Internacional do PSL e Concurso Nacional Oficial das Coudelarias Portuguesa, realizado durante a Feira Nacional de Agricultura.



Concurso	Animal	Classe	Classificação	Medalha
Expoégua- Golegã	Zuquita das Lezírias	Égua Afilhada	3º lugar	Prata
	Hasa das Lezírias	Poldra 2 anos	1º lugar	Ouro
	Impar das Lezírias	Poldra 1 ano	8º lugar	
Feira Nacional da Agricultura- Santarém	Ufórica das Lezírias Xuli das Lezírias Xélia das Lezírias	Concurso Nacional Oficial das Coudelarias Portuguesas	1º lugar	
	Xuli das Lezírias	Égua Afilhada	2º lugar	
	Xélia das Lezírias	Égua Afilhada	3º lugar	
	Juvenal das Lezírias	Poldro Mamão	1º lugar	
Festival Internacional PSL Cascais	Hasa das Lezírias	Poldra 2 anos	1º lugar	Ouro
			Campeã Fêmea	
	Campeão de Campeões			
Feira do Cavalo – Ponte de Lima	Ibérico das Lezírias	Poldro 1 ano	5º lugar	
	Zuquita das Lezírias	Égua afilhada	2º lugar	Ouro
	Hasa das Lezírias	Poldra 2 anos	1º lugar	Ouro
FNC- Golegã	Guiso das Lezírias	Poldro 3 anos	Campeã Fêmea	
			2º lugar	
			3º lugar	Prata

Complexo Desportivo

Embora com um ligeiro decréscimo, continuou-se a acolher em 2014 os inúmeros visitantes - nacionais e estrangeiros – que ocorreram às diversas infraestruturas do Complexo de Braço de Prata para visitas oficiais à CL ou particulares, para participação em actividades turísticas, pois é nele que se desenvolvem grande parte das actividades relacionadas com o Agroturismo, para assistir ou participar nos eventos desportivos de alta competição equestre realizados, e fundamentalmente para uso do restaurante. O que implica constante atenção na limpeza e manutenção destas instalações que, quer pelo uso quer pela idade, vão requerendo gastos mais elevados na sua conservação.

Concursos Hípicos

Comparativamente com os últimos anos, o ano de 2014 contou com uma maior actividade no que respeita aos eventos hípicas realizados em parceria com a FEP e com as Associações das diversas Modalidades.

- 20 a 23 Março - XIII Taça Ibérica de Atrelagem CAN2* - Prova habitualmente de nível internacional, mas que em 2014, devido à dificuldade em angariação de apoios, somente foi possível a sua realização com nível Nacional. Esta prova teve o apoio da FEP e realizou-se em parceria com a Associação Portuguesa de Atrelagem.

- 05 e 06 Julho - Concurso Internacional de Atrelagem CAI2* - Prova do calendário da FEI, realizada com o apoio da FEP.

- 12 e 13 Julho - Concurso Internacional de Atrelagem CAI2* - Prova do calendário da FEI, realizada com o apoio da FEP.

- 17 a 19 Outubro - Final do Campeonato Nacional de Atrelagem 2014 - Prova da Federação Equestre Portuguesa com apoio da APA, em foi disputado o título de Campeão Nacional, nas classes de 1, 2 e 4 cavalos.

- 19 a 21 Dezembro – Final do Campeonato Nacional e Regional de Equitação de Trabalho- Prova da Federação Equestre Portuguesa com apoio da APSL, em foi disputado o título de Campeão Nacional nas diversas categorias.

2.7. COUDELARIA DE ALTER

O ano de 2014 foi o primeiro ano completo de gestão da Coudelaria de Alter pela Companhia das Lezírias.

Tal como nos outros sectores, foi elaborado um Plano de Actividades e um Orçamento para o exercício que, utilizando informação do histórico e das acções previstas, incorporou os objectivos definidos para a organização enquanto dimensão da equipa de trabalho, actividade comercial, efectivo animal e investimentos necessários.

Foi também um ano de definição e acerto de novos processos de trabalho e novas rotinas, nas mais diversas áreas, que serviu como avaliação do modo de funcionamento e afectação de recursos e que conduzirá a futuras transformações.

A colaboração a DGAV, INIAV e PSML/EPAE foi intensa para a transferência das actividades anteriormente concentradas na Fundação Alter Real e que foram entregues as essas entidades.

A 10 de Novembro foi publicado o DL 171/2014 que procedeu a alterações ao DL109/2013 de 1 de Agosto (relativo à extinção da Fundação Alter Real) e que transfere para a DGAV as atribuições de preservação do património genético animal das raças equinas portuguesas Sorraia e Garrano por forma a garantir que estas raças equinas autóctones beneficiem de acompanhamento idêntico ao que a DGAV concede a todas as outras raças equinas nacionais, obtendo -se, deste modo, uma uniformização dos procedimentos.

Este facto fará com que o núcleo de Garranos, cuja gestão estava a cargo da Companhia das Lezírias mas sendo propriedade da DRAPN, seja transferido para a entidade que assumirá a sua gestão futura, com o enquadramento definido pelo Ministério da Agricultura e do Mar.

Já quanto ao efectivo Sorraia existente da Coudelaria de Alter, nada se alterará, como se dá conta neste relatório em secção própria.

EQUINOS

Houve uma transformação dos espaços afectos à produção equina com a concentração do efectivo na Tapada do Arneiro/Coudelaria de Alter, para evitar a dispersão de recursos e conseguir a libertação das áreas anteriormente ocupadas (Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolo Vacas) que foram arrendadas, para gerar receitas que atenuem os elevados encargos de gestão da Coudelaria de Alter.

Esta deslocalização só foi possível graças ao investimento em vedações (aproximadamente 20km de cercas de rede e postes de madeira) e 4 pontos de abeberamento automático por painéis solares, que permitiram a criação de parques para a segregação do efectivo por sexo e raça.

Fruto da negociação com os fornecedores de vedações, conseguiram-se criar 3 paddocks com vedação de madeira rústica para facilitar o maneo de animais e a sua exibição junto ao núcleo urbano da Coudelaria.

Temporariamente, recorreu-se aos terrenos da CL na Lezíria Sul para acomodar o núcleo de 12 éguas PSL de ferro Coudelaria Nacional, que será a base do trabalho de preservação deste património genético.

Concluída a instalação do parque e manga que permitirão o maneo reprodutivo desta eguada, tratar-se-á de a levar, em definitivo, para a Tapada do Arneiro.

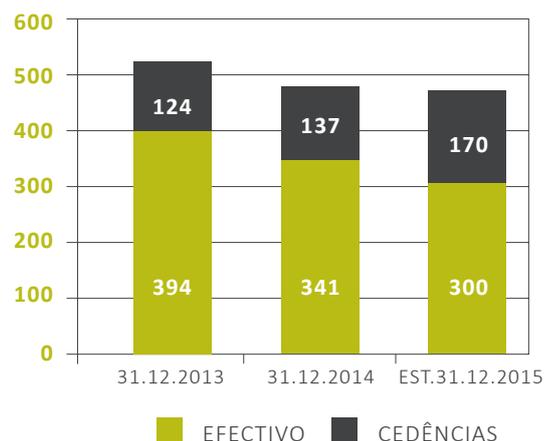
Efectivo total

Durante o ano, consolidou-se o processo de controlo do efectivo e reporte em base mensal, através da utilização de uma base de dados actualizada diariamente.

O efectivo total equino, conteve o seu crescimento devido à não colocação em reprodução de qualquer das éguas PSL e PSA de ferro Coudelaria Nacional em 2013 o que significou a não existência de nascimentos destas eguadas durante 2014.

Do balanço de vendas, nascimentos e óbitos resultou uma redução de 40 animais.

O número de animais cedidos cresceu pelas razões que a seguir se indicam.



O quadro seguinte mostra um resumo anual do efectivo por ferros e raças a 31 de Dezembro de 2014

Ferro	Raça	Efectivo	Cedidos	Total
Alter Real (AR)*	Puro-Sangue Lusitano	227	56	283
Coudelaria Nacional (CN)	Puro-Sangue Lusitano	46	52	98
	Sorraia	39	14	53
	Puro-Sangue Árabe	25	10	35
Outros	Outras	4	5	9
Total		341	137	478

NOTA: *dos 56 animais PSL AR cedidos, 45 estão na Escola Portuguesa de Arte Equestre (Palácio de Queluz)

A cedência de animais a entidades de ensino, associações sem fins lucrativos, a entidades de promoção do cavalo tem sido uma opção seguida como forma de redução dos gastos com o manejo animal, preservando a propriedade do Estado sobre um diverso património genético.

Protocolando estes animais, assegura-se a sua utilidade, o seu trabalho e a sua testagem que pode vir a revelar animais que venham a ter interesse em integrar o efectivo reprodutor.

No ano de 2014 estabeleceram-se novos protocolos com as seguintes entidades com saída de animais:

- Haras Nationaux de Rosières-aux-Salines, França (2 cavalos Sorraia);
- Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela (1 cavalo Sorraia, 1 PSL AR e 1 PSL CN);
- Universidade de Évora – ZEA, Sociedade Agrícola Lda (1 garanhão Sela Francês e 1 PSA)
- Escola Profissional de Fermil – Celorico de Basto (3 PSA, 1 PSL CN e 1 PSL AR);
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (celebrado no final de 2013 mas com animais enviados apenas em 2014: 6 PSL CN e 1 PSA CN).

Também em 2014 foram estabelecidos os seguintes protocolos que apenas deram origem à deslocalização de animais já no início de 2015;

- Criar-T, Associação de Solidariedade (1 cavalo Sorraia);

- EPAMAC, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canavezes (1 cavalo Sorraia, 4 PSL AR e 2 Cruzado Português CN);
- EPDRA, Escola Profissional e Desenvolvimento Rural de Abrantes (3 PSL AR, 3 PSL CN e 2 cavalos Sorraia).

Foram também alvo de um acordo de cedência temporária 2 cavalos Puro-Sangue Lusitano AR (Aónito e Coração), com treino de atrelagem, para integrar o team de atrelagem a 4 de Manuel Maria Holstein Campilho, que participou nos Jogos Equestre Mundiais (WEG 2014) na Normandia, fazendo parte da equipa que representou Portugal, numa colaboração promovida pela Federação Equestre Portuguesa. Desta forma, deu-se treino de atrelagem ao mais alto nível a dois cavalos da Coudelaria e promoveu-se o ferro AR no país e no exterior, não só pela participação nos WEG2014 mas também nas provas de qualificação.

A Escola Portuguesa de Arte Equestre recebeu também 2 cavalos novos da letra F para renovo do efectivo e início do trabalho de formação.

Ainda no que se refere ao efectivo, foram actualizados os protocolos com a Escola Superior Agrária de Santarém (relativo a 5 cavalos Sorraia) e com a Câmara Municipal de Alpiarça (8 cavalos Sorraia), à luz da nova gestão da Coudelaria de Alter, e resolvidos os protocolos com a STAL-Santo André Lusitanos e com a Coudelaria do Monte Velho, relativos à utilização de garanhões destas coudelarias na eguada AR na época de 2010 e que se arrastavam por falta de decisão.

Efectivo CN

Seleccionou-se um conjunto de doze éguas PSL, pertencentes à linha pura, que se deslocalizaram temporariamente para os terrenos da CL na Lezíria Sul, para aproveitarem a qualidade do pasto natural disponível e como parte do processo de libertação de animais do Mouchão do Esfolo Vacas. Existem ainda alguns animais deste ferro, em número excedentário, que serão postos à venda no decorrer de 2015.

Será equacionada a possibilidade de cobrir um número reduzido destas éguas na próxima época reprodutiva, com um garanhão próximo de linha pura, para dar início a um trabalho de preservação deste importante património genético.

Igualmente, será preservado um núcleo de animais Puro-Sangue Árabe, após conclusão do processo de venda de animais excedentários. Para este efeito, delineou-se um projecto em parceria com a Câmara Municipal de Fronteira, aproveitando as valências das duas entidades. Fronteira é palco de há uns anos a esta parte do Campeonato Nacional de Resistência Equestre e contará com a realização da prova pelo menos até 2016. A CMF possui um conjunto de infra-estruturas e de pessoal envolvido no Centro Hípico Municipal que permitirá treinar e competir com os PSA

de ferro Coudelaria Nacional dando-lhes visibilidade, potenciando as características genéticas deste núcleo que tendo sido alvo de intensa selecção funcional no passado, tem mostrado enorme aptidão para esta especialidade hípica.

As linhas principais deste acordo foram definidas em 2014 estando a sua assinatura prevista para o início de 2015.

Em relação ao efectivo Sorraia, ocorreram 4 nascimentos em 2014, tendo sido dada particular atenção ao maneio desta equada do ponto de vista sanitário e à divulgação desta raça, protocolando animais com entidades que pode aumentar a sua divulgação. Foi também com este objectivo que se vendeu um animal para participar em provas de Dressage da classe de pónies.

Nesta fase de transição, foi decidido não colocar éguas Sorraia à reprodução, pelo que se prevê a selecção criteriosa de um garanhão para utilização em 2015.

Efectivo AR

Registou-se o nascimento de 41 animais viáveis e 1 nado morto, sendo 26 poldros e 15 poldras, que forma baptizados com a letra J.

Estes nascimentos resultaram da inseminação de 62 éguas durante a época reprodutiva de 2013/2014 tendo sido vendidas 4 éguas cheias.

Considerando os 41 nascimentos viáveis e as 4 éguas vendidas cheias, foi alcançada uma taxa de fertilidade de 73%.

Posteriormente, ocorreram 3 óbitos de duas poldras e um macho tendo o ano de 2014 encerrado com 38 animais viáveis desta piara.

Como resultado do envolvimento da Escola Portuguesa de Arte Equestre na gestão do efectivo AR, definiu-se um plano de emparelhamentos e acordou-se o número de éguas a cobrir na época reprodutiva 2014/2015, em função da projecção das necessidades da EPAE (para rejuvenescimento do seu efectivo) e da Coudelaria de Alter (venda, renovo da equada e competição).

Destas necessidades de longo e curto prazo, foi decidido inseminar 41 éguas.

Apesar do mercado interno continuar a ser o destino da maior parte das vendas foi através do mercado externo, principalmente no Norte da Europa (Bélgica, Holanda França e Alemanha) que se conseguiram, ao longo do ano, os negócios mais interessantes.

O ano 2014 manteve a tendência da saturação de mercado em escoar produtos equinos, como se tem vindo a verificar desde 2008. Sendo que o principal problema se encontra na venda de fêmeas e suas

beneficiações, sinal claro de que o utilizador não quer investir, deter e aumentar o seu número de efectivo.

Antes do leilão foram colocados em venda no site, à melhor oferta, animais de ferro CN (PSL e PSA) considerados excedentários e com genética de menor interesse para os objectivos de preservação destes núcleos.

No leilão anual de 24 de Abril, foram apresentados 13 animais de ferro AR (5 machos e 8 fêmeas), tendo apenas sido vendidos 5 animais (2 machos e 3 fêmeas). Pós-leilão, através do site da Coudelaria, foram colocados à venda os animais sobranes, a preços mais elevados, tendo sido registadas vendas nestas condições.

Divulgação

A 25 de Maio em Düsseldorf, terminou a tournée europeia do espectáculo “Zeit für Träume” da Apassionata. Foram cedidos 3 poldros AR (Erasmus, Ejeu e Guincho) para o número de abertura do show, o que divulgou a Coudelaria de Alter e os seus cavalos durante os seis meses da tournée em mais de 30 apresentações em países como a Alemanha, Bélgica, Holanda, Finlândia e Suíça.

Em inúmeros suportes (programa, revista do show, canal Youtube Apassionata e outros utilitários web) quer a Coudelaria quer os cavalos Alter Real foram divulgados sem custos para a CL.

Um dos cavalos cedidos (Erasmus) foi vendido na Alemanha após o último show não tendo regressado à Coudelaria.

A Coudelaria de Alter foi admitida formalmente como membro efectivo da ESSA – European State Studs Association, na Assembleia Geral de 3 de Julho.

A ESSA congrega 32 instituições em 15 países europeus, dedicadas às actividades coudélicas nacionais e de promoção da sua genética, herança e cultura (www.europeanstatestuds.org).

Com esta adesão, a Coudelaria de Alter ganhou visibilidade nos diversos suportes promocionais da ESSA ocupando um lugar que lhe é devido e reconhecido.

Na Assembleia Geral que teve lugar na coudelaria de Marbäch, na Alemanha (sede da ESSA), houve lugar a uma apresentação da Coudelaria de Alter (actividades e história) e da Equitação Portuguesa, esta última feita pelo Mestre Picador Chefe da EPAE, João Pedro Rodrigues, no simpósio sobre Cultura Equestre na Europa que decorreu na continuação da AG da ESSA.

A imprensa também dedicou algumas reportagens à Coudelaria de Alter sendo as mais relevantes a publicada na revista Equus (edição de Março) e na revista Mais Alentejo (Maio).

Quanto a feiras, a Coudelaria de Alter marcou presença, com stand próprio Festival Oeste Lusitano (16 a 18 de Maio), nas Caldas da Rainha, no qual foi a coudelaria convidada e central do evento, na Ecuextre, em Badajoz (19 a 22 de Junho), na Feira do Cavalo, em Ponte de Lima (26 a 29 de Junho) e nas Festas de Verão, em Alter do Chão (21 a 25 de Agosto).

Em stand partilhado com a coudelaria da Companhia das Lezírias, esteve presente na Feira Nacional do Cavalo, na Golegã (7 a 16 de Novembro).

Integrando a sua vertente coudélica e turística, promoveu-se a Coudelaria de Alter no stand da Câmara Municipal de Alter do Chão na feira Internacional do Turismo- BTL (12 a 16 de Março) em Lisboa.

Noutra vertente, a Coudelaria cedeu temporariamente peças do seu mobiliário para a exposição “O respeito e a disciplina que a todos se impõe” que teve lugar no MUDE- Museu do design e da Moda, em Lisboa, de 24 de Julho a 9 de Novembro.

Competição

Com objectivos claros de promoção do ferro, da genética Alter Real e do interesse pela compra de sémen dos ganhões AR, deu-se continuidade à participação em prestigiados eventos de Dressage, como a Taça de Portugal, o Festival Internacional do Puro Sangue Lusitano e a Feira Nacional do Cavalo nos escalões respectivos de cada cavalo.

Em baixo quadro resumo das competições, dos cavalos em prova e das suas classificações:

Taça de Portugal	Dia	Cavalo		
		Beirão	Douro	Coronel

I Jorn. Lisboa	1º	1º	Ausente	Ausente
	2º	1º	Ausente	Ausente
II Jorn. Azeitão	1º	2º	1º	Ausente
	2º	4º	3º	Ausente
III Jorn. Pte de Lima	1º	2º	1º	Ausente
	2º	1º	2º	Ausente
FIPSL	1º	1º	3º	Ausente
IV Jorn. Alfeizerão	1º	2º	1º	Ausente
	2º	1º	3º	Ausente
CDE Golegã	1º	Ausente	1º	1º
	2º	4º	1º	1º
Final Beloura	1º	1º	1º	Ausente
	2º	1º	1º	Ausente
	3º	1º	2º	Ausente
Resultado Final		Ouro	Ouro	-

A Coudelaria de Alter classificou-se sempre em todos os concursos em que participou, reforçando a ideia competitiva e funcional associada aos cavalos de ferro AR.

Relacionada com esta imagem está a afirmação de cavalos como o Beirão, o Douro (vencedores da Taça de Portugal nas suas classes) e o Coronel (este último com pouca competição em 2014) como cavalos de referência raça, cujo prestígio e qualidade são inequívocos.

Fazendo uso das competências e recursos existentes na Coudelaria de Alter nesta área da competição em Dressage, testou-se um cavalo da Companhia das Lezírias (posteriormente vendido) e avaliaram-se cavalos da Coudelaria Nacional que podem vir a integrar a competição, voltando a expor animais deste ferro nestes palcos.

Posto Hípico

O Posto Hípico destina-se à venda de cobrições dos ganhões da coudelaria através de sémen fresco, refrigerado ou congelado que se faz chegar aos clientes ou se aplica nas éguas que ficam alojadas e a penso nas boxes da Coudelaria de Alter.

Reviram-se os documentos de apoio a esta actividade tais como o Regulamento, Lista de Ganhões, Preçário de Ganhões e ficha de admissão de equino. Consolidou-se procedimento de registo de existências e seus movimentos.

Disponibilizaram-se 7 ganhões para este efeito (Beirão, Coronel, Helxir, Jacaré II, Rabelo, Viheste e Eleito).

Para a preservação de sémen do Helxir (23 anos) e Jacaré II (21 anos), importantes padreadores AR da equada da Coudelaria já de idade avançada, foram colhidas e criopreservadas, na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, 40 e 50 doses, respectivamente, e que se destinam exclusivamente a serem usadas na equada da Coudelaria de Alter.

Resolveram-se também situações pendentes de épocas reprodutivas anteriores, com criadores clientes do Posto Hípico.

Eventos

Nas instalações da Tapada do Arneiro, e em colaboração com a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão realizaram-se eventos que merecem destaque, entre outros:

- Semana da Cingética 2014 (24 a 28 de Março) com palestras e demonstrações cingéticas com a colaboração do Clube Alterense de Caçadores e pescadores e com o Clube de Caçadores de Alter do Chão;
- II Semana equestre (23 a 27 de Abril), com a realização de diversas provas equestres: campeonato regional de ensino, raids de promoção (40, 60 e 80km), CNC Iniciação, preliminar e 1*);

- 4ª jornada do campeonato nacional de corridas de cavalos (28 de Abril) onde se realizaram 6 mangas igualmente repartidas pelas categorias de Galope e Trote Atrelado, organizada pela Liga Portuguesa dos Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida e apoiada pela Câmara Municipal de Alter do Chão;

- Reunião de celebração dos 20 anos da APEPA (Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas), a 30 de Maio, na qual se despertou o interesse pelos cavalos da Coudelaria e se lançaram as bases para muitos dos protocolos de cedência de equinos celebrados e em curso;

- I Curso internacional de ferração da Coudelaria de Alter, de 20 a 21 de Setembro, curso que visou a ferração básica na vertente desportiva e foi ministrado pelo Ferrador/Veterinário de renome mundial Hans Castelijns, e que contou também com o apoio dos ferradores portugueses Marco Pestana, João Suzano e Paulo Delgado;

- Campeonato Nacional do Concurso Completo de Equitação (6 e 7 de Dezembro) com Derby, e concursos de uma, duas e três estrelas, tendo sido atribuídos os títulos de campeão nacional na classe de Juniores, Jovens Cavaleiros e Seniores.

Turismo e Visitação

Em 2014, procedeu-se a uma revisão dos horários de visitação, pré-criário de actividades turísticas e reabilitação do funcionamento da recepção ao portão da Tapada do Arneiro com cobrança de bilhetes e controlo de entradas nesse local.

O funcionamento automático do portão da Tapada do Arneiro foi também reactivado em coordenação com os horários de entrada dos funcionários e visitação.

Desta forma, pretendeu-se ter uma gestão mais efectiva dos visitantes e evitar a circulação livre de pessoas na Tapada do Arneiro, nem sempre com boas intenções.

Quanto ao número de visitantes, excluindo os dias de eventos como o leilão anual e provas equestres (em que a entrada é livre), registou-se uma subida de 30% relativamente 2013 sendo o total a 31 de Dezembro de 8.006 visitantes. Longe de valores anteriores a 2011, esta inversão pode significar uma maior disponibilidade das famílias e escolas para passeios no país, já que os períodos de pico se associam a férias escolares e a condições meteorológicas favoráveis. As notícias que circularam na imprensa sobre a extinção da Fundação Alter Real foram, em muitos casos, confundidas com um eventual fecho da Coudelaria o que pode ter sido uma das causas do afastamento gradual de visitantes.

A Companhia das Lezírias rescindiu o contrato de prestação de serviços com a Caçamonte e celebrou um contrato de comodato com esta mesma entidade





relativo às instalações e equipamentos anteriormente afectos à Falcoaria, em 31 de Março.

Para repensar o seu modelo de funcionamento, de aí em diante de forma independente mas integrado na visitação à Coudelaria, e alguma reabilitação do seu espaço bem como de outros apoios, a Caçamonte decidiu suspender as suas exposições mas continuou a ocupar as instalações.

Para poder servir os visitantes e/ou hóspedes da Casa de Campo da Coudelaria, celebrou-se em 17 de Junho um contrato de prestação de serviços com Ana Casquilho Ribeiro, uma antiga aluna da EPDRAC, com habilitação e experiência na área do Turismo Equestre, para a realização de passeios em carro de cavalos, passeios a cavalo e aulas de equitação.

Deste modo é possível ter uma oferta regular destas actividades sendo os serviços cobrados em função da procura existente. Desde Julho, altura em que se iniciou este serviço, até ao final do ano realizaram-se 92 aulas de equitação, 55 baptizados equestres e 67 passeios de atrelagem.

A Casa de Campo foi reclassificada em 28 de Novembro, mantendo-se a categoria anterior (Casa de Campo) com validade até 29/12/2019 figurando já a CL como entidade gestora.

A taxa de ocupação foi de 17%, o dobro do ano anterior, tendo obtido pelos hóspedes que efectuaram reservas através do site booking.com uma nota de 9 pontos em 10 (correspondente à classe "Fabuloso" numa média de 50 avaliações), a melhor do concelho e de muitas das unidades de alojamento dos concelhos limítrofes.

Relativamente ao futuro da visitação e exploração turística da Coudelaria de Alter, iniciou a CL um conjunto de conversações com a Câmara Municipal de Alter do Chão que manifestou interessada num projecto de desenvolvimento da exploração turística, numa perspectiva de melhorar a oferta turística do concelho e assegurar a criação de postos de trabalho. Houve uma reunião com um grupo de acompanhamento, criado por iniciativa da Câmara Municipal, mas que não teve desenvolvimento posterior.

Com a colaboração da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, foi iniciado um projecto de caderno de encargos que poderá ser utilizado em 2015 numa consulta ao mercado para a identificação de entidades interessadas na exploração das actividades turísticas da Coudelaria de Alter por concessão.

Cinegética

A 28 de maio de 2014 foi concedida a transferência da anterior ZCT nº 6061 para a Companhia das Lezírias tendo sido criada a nova ZCT da Coudelaria de Alter nº 6292, através do Despacho VCD_SCBS/347/2014 do ICNF.

Criaram-se as condições para se dar início às actividades de gestão cinegética que permitirão a comercialização de jornadas de caça na Tapada do Arneiro.

PSML – EPAE

O DL 109/2013 de 1 de Agosto estabeleceu que a Coudelaria de Alter é explorada em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE), para divulgação do seu ferro e do Puro-Sangue Lusitano, nos termos a definir em acordo a celebrar entre a Companhia das Lezírias, S.A., e a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. que é responsável pela gestão da EPAE em Queluz, desde 31 de Agosto de 2012 (DL 205/2012), que como é sabido utiliza em exclusivo os nossos cavalos de ferro AR.

O referido acordo que rege a cedência de cavalos à EPAE e a gestão do efectivo de ferro AR (composição da eguada e emparelhamentos), intitulado “Acordo de Mútua Colaboração”, foi assinado em 17 de Março nas instalações da EPAE no Palácio de Queluz, entre a CL e a PSML.

A 9 de Dezembro, os cavaleiros e a Gestora da EPAE, deslocaram-se à Coudelaria de Alter para assistirem à ferra dos poldros AR, nascidos em 2014 e discutir o plano de emparelhamentos da eguada AR, tendo em vista a época reprodutiva de 2015.

Ao abrigo deste acordo, foram entregues os cavalos Flavo e Favorito e retomados os cavalos Tomix, Que-Jeito, Que-Japão, Zanjé e Leal, por apresentarem limitações físicas para o exigente trabalho da EPAE.

Com uma planificação bem estruturada, foi possível acordar os pressupostos que definirão, a dimensão da eguada, o número de éguas postas à reprodução em cada ano e a escolha dos animais a emparelhar.

Destas reuniões, resultam acções e minutas que formalizam as decisões tomadas.

A 11 de Janeiro na Golegã, a EPAE submeteu a aprovação como ganhões os cavalos ao seu serviço Barão (67,5 pontos) e Cajabel (67 pontos). Ambos padream na eguada da Coudelaria na época reprodutiva (13 éguas o Cajabel e 3 éguas o Barão).

Os emparelhamentos decididos no final 2014 irão dar origem a produtos a nascer em 2016, animais da piara M, que irão renovar o efectivo da EPAE apenas em 2020, onde iniciarão um processo de aprendizagem e treino que os levarão a entrar de forma regular em espectáculos perto de 2027. É necessário ter noção desta escala de tempo para não se cometerem erros no presente que venham a ter implicações futuras.

Fruto deste trabalho e do bom entendimento entre a CL, a Coudelaria de Alter e a EPAE, tem sido possível definir uma estratégia a longo prazo, de funcionamento

e produção, cujos propósitos assentem em criar o número e tipo de equinos efectivamente necessário à EPAE, à competição desportiva da Coudelaria de Alter e à procura do mercado, trabalhando dentro das linhas mestras, mantendo e potenciando o património genético associado, valorizando-o.

Trabalhos de recuperação

Para além das infra-estruturas de apoio à produção equina, procedeu-se a um realojamento dos postos de trabalho, concentrando os trabalhadores num só edifício, gerando sinergias.

Recuperou-se um conjunto de alfaias agrícolas, tractores, viaturas e outros equipamentos de trabalho, nas oficinas da CL, atendendo às questões da segurança e conforto dos operadores.

Substituíram-se as centrais de detecção assim como os equipamentos de combate a incêndio que estavam inoperantes ou careciam de manutenção.

Também no que respeita a Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho, foi feita uma avaliação de risco profissional no âmbito de uma auditoria.

Do plano de acção resultante, procedeu-se à formação essencial dos trabalhadores em SSHT assim como no combate e extinção de incêndios.

Nas demais instalações efectuaram-se pequenos arranjos e beneficiações (portas, pinturas, telhados, recuperação de PT, reparações eléctricas, etc).

Outros assuntos

Foram acolhidos dois estagiários de nacionalidade francesa da escola Maison Familiale Rurale, no âmbito do programa Leonardo da Vinci, com a duração de 4 semanas (16/06 a 11/07/2014) que colaboraram com a Produção Equina quer nas actividades diárias de maneo animal quer na deslocação à Feira do Cavalo de Ponte de Lima, no auxílio à participação dos cavalos em competição.

Decorreram também estágios curriculares de 4 alunos do curso vocacional de Equitação Elementar ministrado pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, com a duração de 2 semanas.

Foi iniciada uma colaboração com a empresa portuguesa de vestuário e calçado, dirigida ao segmento da equitação e amantes do estilo equestre (Bellator). Com tecnologia própria, resultante de investigação nacional, e inovação premiada em diferentes concursos e iniciativas empresariais, recorreu à Coudelaria de Alter e aos seus cavaleiros para testar o seu vestuário e cedeu peças para a apresentação em competição.

Em Setembro, foram doados à Companhia das Lezírias um conjunto de livros sobre cavalos e equitação,

pertença de um antigo responsável com funções de comando da Coudelaria de Alter, entre 1926 e 1937, na altura da ocupação militar.

De entre as peças recebidas, destacam-se duas muito relevantes. O então Major Alfredo Narciso de Souza encadernou dois volumes intitulados “Relatório de Comando” que relatam toda a actividade desenvolvida neste período sendo um referente a 1926-1932 e o outro a 1933-1937.

Trata-se de duas peças de muito interesse histórico, muito bem preservadas e que serão guardadas na CL até se encontram o local ideal para a sua exposição na Coudelaria de Alter.

2.8. SERVIÇOS TÉCNICOS

O Departamento de Serviços Técnicos presta serviços aos diversos Departamentos e Coordenações da Companhia das Lezírias.

As actividades foram realizadas com a participação dos equipamentos e meios humanos do Departamento, assim como através de contratação de prestadores de serviços para satisfazer o acréscimo das solicitações, no âmbito da Mecanização Agrícola e Transportes, Manutenção Mecânica e Eléctrica, Construção Civil e Apoio Administrativo.

Mecanização Agrícola e Transportes

Nos trabalhos realizados pelos Equipamentos Agrícolas, registou-se um total de 9.131 horas, representando um aumento do período de laboração de 5,8% relativamente ao ano anterior.

A repartição da utilização dos recursos é razoavelmente equilibrada entre os vários departamentos e muito alinhada com as previsões do plano de actividades sendo os maiores utilizadores os Departamentos de Vitivinícola e Oleícola e o Departamento de Orizicultura. Construção Civil

As actividades coordenadas por esta secção, e em larga medida executadas por meios externos, nas especialidades de construção civil, electricidade, carpintaria e serralharia podem ser resumidos na seguinte lista que não se pretende exaustiva:

- Construção de Loja de Vinhos na Adega de Catapereiro;
- Abertura de furos e montagem de equipamentos de bombagem alimentados por painéis solares nos abeberamentos de Vale de Cabras e Belmonte na Charneca;
- Manutenção de furos respectivos equipamentos de bombagem no Catapereiro;
- Manutenções/conservações de infraestruturas diversas;
- Montagem de equipamentos de bombagem e painéis solares em três abeberamentos na Coudelaria de Alter.

Oficina de Mecânica

A actividade ao longo do ano fiscal decorreu largamente

alinhada com o previsto no Plano de Actividades nas suas principais vertentes, tendo consistido na manutenção preventiva e correctiva dos tractores, retroescavadoras, motoniveladora, ceifeira-debulhadora, alfaias agrícolas, viaturas, motores de rega, geradores, moinhos de vento, equipamentos da Adega, enjauladouros bem como equipamentos do Complexo de Braço de Prata e Centro de Engorda de Novilhos de Catapereiro.

Realizaram-se reparações e beneficiações gerais em diversos equipamentos nomeadamente tractores, ceifeira, retroescavadoras e viaturas diversas ao serviço da generalidade dos departamentos.

Os custos de manutenção dos equipamentos agrícolas e de transporte sofreram um aumento de 30,5% relativamente ao ano anterior, justificados pela necessidade da reparação, manutenção e montagem de sistemas de segurança nos equipamentos da Coudelaria de Alter que se encontravam muito necessitados de intervenção atendendo às restrições financeiras dos últimos anos.

Os equipamentos do Parque de Máquinas e Frota de Viaturas também contribuíram para esta evolução uma vez que a lenta renovação do parque, as muitas horas de utilização e os quilómetros percorridos têm contribuído para o aumento dos custos com as reparações/manutenções.

2.9. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A área de Comunicação foi responsável pela participação da CL em feiras e outros eventos, para divulgação institucional ou dos seus produtos. Dos mais relevantes salientam-se:

- Bolsa de Turismo de Lisboa (FIL) – EVOA (stand Câmara de Vila Franca) e Coudelaria de Alter (stand da Câmara de Alter do Chão)
- SISAB (Pavilhão Atlântico, Lisboa) – Vinhos, com o agente exportador Saven
- Expoégua (Golegã)
- Feira da Agricultura (Santarém) – Vinhos, com a CVR Tejo, e cavalos
- Festival Internacional do Puro-Sangue Lusitano (Cascais) – Cavalos e Vinhos
- Feira do Cavalo em Ponte de Lima
- Agroglobal (Valada do Ribatejo) – Vinhos
- Festival do Cavalo Lusitano do Oeste (Caldas da Rainha) – Coudelaria de Alter
- Mega pic-nic Continente/Sonae (Lisboa, Av^a da Liberdade) – Produção animal
- Feira Nacional do Cavalo da Golegã – Coudelarias de Alter e CL
- Observanatura – EVOA
- Mercado dos Vinhos (Campo Pequeno, Lisboa)
- Portugal Agro (Feira Internacional de Lisboa)- Vinhos
- Encontro com Vinhos e Sabores/ Revista de Vinhos (Centro de Congressos de Lisboa)

No ano de 2014 as solicitações para a realização de filmagens em espaços da Companhia das Lezírias diminuíram significativamente, sem motivo aparente. Contudo a CL ainda foi palco de:

- Quioto – Gravação de anúncio sobre empreendedorismo para o Governo de Angola
- Shine Iberia – Gravação de um episódio completo do programa “MasterChef”
- Shine Iberia – Gravação de um episódio completo do programa “Chefs’ Academy 2”
- Paul Estrela Publishing – Gravação de videoclip da banda austríaca “The makemakes”, tendo como protagonista o cavalo Lusitano através do cavaleiro Eduardo Almeida (equitação de trabalho)

Relativamente a trabalhos para informação, destacam-se:

- SIC- Produção de peça de divulgação das actividades da CL a propósito da visita do Presidente da República a motivo da celebração do Dia Internacional das Florestas (21 de Março)

2.10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Foi cedido à Mithós – Histórias Exemplares, Associação de Apoio à Multideficiência, o espaço existente na Rua Pedro Vítor em Vila Franca de Xira, anteriormente protocolado com a Câmara Municipal para funcionamento do Espaço Internet.

A Mithós é uma associação sem fins lucrativos que tem como missão proporcionar às pessoas portadoras de incapacidade ou deficiência actividades que estimulem as suas capacidades bem como a sua auto-estima, apoio moral, social e legal às mesmas e às suas famílias, através de aconselhamento e encaminhamento.

Em 2014 a CL apoiou as actividades musicais da AREPA (Associação Recreativa de Porto Alto) e cedeu, gratuitamente espaços e produtos para o apoio de iniciativas de diversas entidades locais, tais como:

- AREPA
- Junta de Freguesia de Samora Correia
- ARCAS (Associação Recreativa e Cultural dos Amigos de Samora)
- AHBVSC (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia)
- Museu do Neo-Realismo, Vila Franca de Xira
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
- Câmara Municipal de Benavente
- Centro Bem Estar Social Padre Tobias, Samora Correia
- Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira
- Ajudef (Apoio e Trabalho para deficientes)
- Pícaria de Benavente





3. INVESTIMENTOS E

DESINVESTIMENTOS

O total investido durante o exercício foi de 1,196 milhões de euros.

De salientar o investimento no activo intangível em consequência da atribuição do usufruto dos Mouchões do Salgueiral e do Esfolha Vacas na sequência da extinção da Fundação Alter Real.

Releva-se o esforço de investimento de 10 milhões de euros efectuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte).

Actividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Agrícola	382	1 330	367	320	1147	90	695	4 331
Pecuária	899	326	417	164	111	228	243	2 388
Florestal	152	174	28	41	47	50	52	544
Turismo	407	135	35	23	97	244	47	988
Equip. Básico	5	106	2	0	0	218	21	352
Outros	247	254	350	126	97	223	998	2 295
Total por anos	2 092	2 325	1 199	674	1 499	1 053	2 056	10 898

Unidade: €m



O valor líquido do desinvestimento durante o exercício foi de 440 mil euros. Cabe aqui salientar a alienação de 7 lotes do loteamento industrial de Salvaterra de Magos, investimento que se encontra concluído desde o ano 2007, num total 20 de lotes, de que apenas se tinha registado a venda de um lote no ano de conclusão do investimento. Esta venda permitiu realizar uma mais-valia de 12 mil euros.

4. RECURSOS

HUMANOS

Activos

No início do ano de 2014 havia 99 trabalhadores efectivos e 8 com contratos a termo, num total de 107 trabalhadores.

Dos trabalhadores efectivos 2 saíram por reforma e registaram-se 2 rescisões por extinção do posto de trabalho com trabalhadores transitados da Fundação

Alter Real. Foi assinado 1 novo contrato sem termo e concretizaram-se 2 passagens de contrato a termo para contrato sem termo.

Foram integrados 3 funcionários públicos ainda no âmbito do processo de extinção da Fundação Alter Real. Assim, no final do ano registávamos 101 trabalhadores efectivos nas folhas de remunerações.

Admitiram-se 10 trabalhadores com contrato a termo, tendo-se verificado a saída de 12 por fim de contrato, 2 por passagem a contrato sem termo e 1 demissão.

No final do ano contávamos com 3 trabalhadores com contrato a termo, pelo que o número total de trabalhadores era em 31/12/2014 de 104 trabalhadores. De referir que contamos ainda com 2 contratos de estágio ao abrigo de protocolo com o IEFP.

Sublinhe-se que, não fora a integração de quadros da Fundação Alter Real, o número total de trabalhadores seria de 89, representando uma redução de 5% em relação ao ano de 2012.

A média etária dos trabalhadores com contrato sem termo é de 46 anos e dos contratados a termo é de 41 anos. Cerca de um terço são do sexo feminino e dois terços são do sexo masculino (cf. quadro seguinte).

Distribuição por Escalões Étarios

F	Escalões	M
0	< 25	4
4	< 30	8
0	< 35	7
3	< 40	10
2	< 45	4
5	< 50	11
4	< 55	9
11	< 60	9
2	> = 60	13
31	TOTAL	75

Não Activos

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobreviventes ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2014 os designados não activos eram 120, sendo 71 reformados, 48 pensionistas e 1 sinistrado.

Os custos suportados no exercício com os não activos atingiram o montante de 190 mil Euros, representando cerca de 7% dos encargos com pessoal.

5. ANÁLISE ECONÓMICA

E FINANCEIRA

5.1. CONTAS DO EXERCÍCIO

Os Rendimentos totalizaram um montante de cerca de 12 milhões de euros, superior ao contabilizado em 2013 em cerca de 1 milhão de euros. As vendas e prestação de serviços atingiram um valor maior que o exercício anterior em 0,5 milhões de euros, totalizando 5,4 milhões de euros.

Este aumento deriva essencialmente de um maior volume de vendas:

- Na área agrícola, mais 5 mil euros;
- Na área vitivinícola, mais 54 mil euros, essencialmente resultante do aumento de vendas de vinho engarrafado;
- Na área florestal, mais 309 mil euros, em consequência essencialmente de um maior volume de vendas nos vários produtos;
- Na área pecuária, mais 104 mil euros, não comparável directamente com o período anterior, pois regista-se o efeito das vendas de equinos da Coudelaria de Alter.

Em 2014 a produção de arroz teve uma quebra de produção, menos 9%, registando 3.656t, com um total de vendas de 1,066 milhões de euros, verificando-se, assim, uma redução de 4,8% face às vendas registadas em 2013, atenuada por efeito da melhoria do preço.

As vendas de milho-grão foram de 572 mil euros, superiores aos 542 mil euros registados em 2013 de milho-silagem (+5,5%). Atendendo às condicionantes de mercado, este ano optámos por levar a cultura até à fase de produção em grão conseguindo majorar o lucro já registado no ano de 2013. Efectivamente, a cultura de milho-grão registou um lucro líquido de 184 mil euros, que compara com 76 mil euros registados em 2013.

No sector de vinhos o volume de vendas situou-se nos 1,117 milhões de euros, que compara com 1,063 milhões de euros em 2013. Logo, cerca de mais 5% acima do montante registado no ano anterior.

As vendas de vinho engarrafado atingiram 784 mil euros contra 661 mil euros em 2013, registando um crescimento de 19%. As vendas de vinho em bag-in-box alcançaram 300 mil euros contra 373 mil euros em 2013, registando uma quebra de 20%. Estas variações resultam da alteração da estratégia comercial seguida e foram sustentadas, em linha com a variação em valor, na variação do número de unidades vendidas, alavancado pelo aumento do preço médio de venda por litro em cerca de 14% nos vinhos engarrafados e de 4% no bag-in-box.

A produção de cortiça do ano 2014 foi de 26.186@ de amadia, 2.156@ de virgem e 8.729@ de bocados. Foi vendida a totalidade da produção num total de 633 mil euros, tendo a cortiça amadia obtido um preço de 21,67 €/@, equivalente ao registado no ano anterior.

Em 2013 a produção de cortiça foi de 26.730@ de amadia, 651@ de virgem e 8.910@ de bocados. A produção foi vendida na totalidade por 637 mil euros, tendo a cortiça amadia obtido um preço de 21,69 €/@.

O maior volume de vendas registado na área florestal em 2014 foi influenciado pelas Madeiras e Lenhas, com um total de 300 mil euros, mais 133 mil euros do que em 2013, dos quais 110 mil euros correspondem a vendas (não recorrentes) de madeira de eucalipto e ainda das vendas de pinhas mansas que totalizaram 240 mil euros, mais 181 mil euros que em 2013.

Registámos a venda de 834 “bovinos de carne” (876 animais em 2013), menos 4,7% do que os vendidos no ano anterior. O montante facturado foi de 745 mil euros (840 mil euros em 2013, verificando-se, assim, uma quebra de 11%.

A produção equina, em contraciclo com a estagnação no mercado, registou vendas que atingiram os 67 mil euros (25 animais). Em 2013 venderam-se 35 mil euros (15 animais).

A Coudelaria de Alter registou a venda de 73 animais, num total de 177 mil euros. Em 2013, desde a integração no dia 2 de Agosto da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto, registaram-se vendas de 3 animais por um total de 17 mil euros.

As receitas provenientes da Caça foram de 71 mil euros em 2014 que compara com 74 mil euros registados em 2013. Ligeiramente inferior ao ano anterior, sublinhe-se a continuação da menor procura.

Na rubrica Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registaram-se receitas de 205 mil euros em 2014, cerca de mais 42% do que os 144 mil euros registados em 2013.

As actividades desenvolvidas pela Companhia contribuíram com mais 17 mil euros e mais 43 mil euros resultaram da integração das coudelarias da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto de 2013.

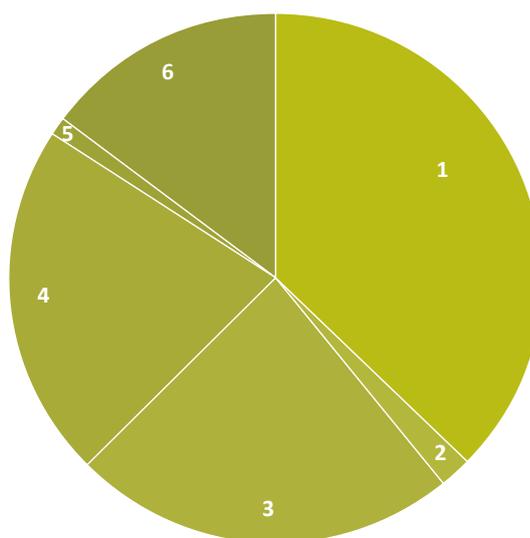
Os “Subsídios à Exploração” aumentaram 209 mil euros. Tal resultou quer do aumento registado de ajudas quer da recuperação de valores de anos anteriores que já não se previa receber.

A rubrica “Variação da Produção” reduziu 118 mil euros. Tal resultou essencialmente do efeito do custo das vendas.

Os outros rendimentos e ganhos registaram uma redução de 31 mil euros, menos 1%.

Apesar do crescimento motivado pela continuidade da política de aumento do valor das rendas, o qual representou um rendimento adicional de 54 mil euros (+2,3%), em particular as relacionadas com contratos de arrendamento rural, a redução de outras rubricas, designadamente “proveitos suplementares”, motivou esta variação.

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS



- 1 ■ VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS- 38%
- 2 ■ TRABALHOS PRÓPRIA ENTIDADE - 1%
- 3 ■ AUMENTOS JUSTO VALOR - 24%
- 4 ■ RENDAS E OUTROS (1)- 22%
- 5 ■ JUROS- 0%
- 6 ■ SUBSÍDIOS- 15%

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL:

EVOLUÇÃO DAS VENDAS POR PRODUTOS + OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (€m)

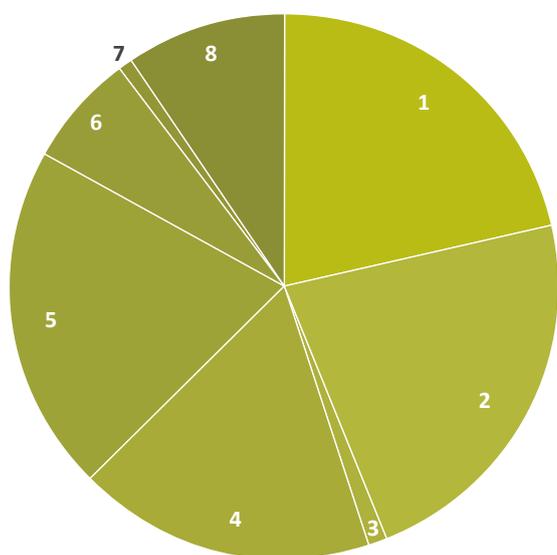


- MILHO
- RENDAS
- PROVEITOS SUPLEMENTARES
- SUBSÍDIOS
- PRESTAÇÃO SERVIÇOS
- CAÇA
- VINHO
- PECUÁRIA
- OUTROS PROD AGRÍCOLAS
- ARROZ
- OUTROS PROD FLORESTAIS
- CORTIÇA



Os custos globais registados em 2014 atingiram o montante de 10,7 milhões de euros, mais 0,3 milhões de euros do que registado em 2013, com a estrutura que se regista no quadro que se segue:

ESTRUTURA DOS GASTOS



- 1 ■ MATÉRIAS CONSUMIDAS 22%
- 2 ■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 24%
- 3 ■ IMPARIDADES 0%
- 4 ■ OUTROS (1) 18%
- 5 ■ PESSOAL 21%
- 6 ■ REDUÇÕES JUSTO VALOR 6%
- 7 ■ JUROS 0%
- 8 ■ DEPRECIAÇÕES 9%

• Face aos valores registados no exercício anterior, há que relevar que o valor dos custos das matérias consumidas registou uma diminuição de 3%. De salientar a redução do custo com a alimentação animal em cerca de 150 mil euros.

De referir que a integração das coudelarias, desde o dia 2 de Agosto de 2013, da extinta Fundação Alter Real representou em 2014 um custo de 146 mil euros (71 mil euros em 2013), cerca de 5% do total.

• Os gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram um aumento de 10%, generalizado em todas as rubricas.

De referir que a integração das coudelarias, desde o dia 2 de Agosto de 2013, da extinta Fundação Alter Real representou em 2014 um custo de 291 mil euros (107 mil euros em 2013), cerca de 10% do total.

• Quanto aos “Gastos com o Pessoal”, excluindo o efeito da redução das responsabilidades com reformas em 2013 de 363 mil euros, registou um aumento de 102 mil euros, cerca de 4% face aos contabilizados no exercício anterior.

De referir que a integração, desde o dia 2 de Agosto 2013, das coudelarias da extinta Fundação Alter Real, representou em 2014 um custo de 248 mil euros (112 mil euros em 2013), cerca de 9% do total.

• Relativamente à rubrica “Outros gastos e perdas”, cabe aqui destacar algumas situações registadas no ano 2013, que justificam a variação ocorrida em relação a 2014.

O desreconhecimento dos investimentos na pedreira de Catapereiro no valor de 53 mil euros e de dois projectos imobiliários parados desde 2007 no valor de 123 mil euros. Houve ainda que anular estimativas de subsídios á exploração dos anos 2009 a 2012 que já não temos expectativas de receber no montante total de € 123 mil.

Por fim cabe ainda salientar a perda registada em 2013 no valor de 97 mil euros relacionados com o reconhecimento dos custos com férias e subsídios de férias do ano 2012, em consequência da publicação do Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional, que veio considerar como inconstitucionais as suspensões de subsídios de férias previstas nos artigos 29.º e 77.º da Lei do orçamento de Estado para o ano 2013.

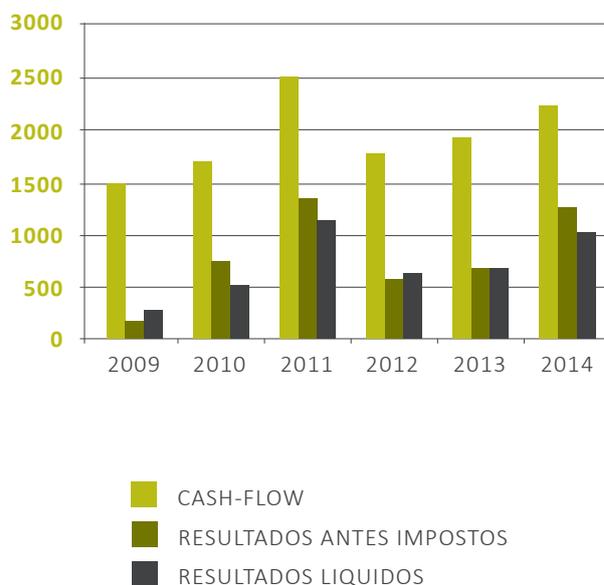
Em suma, os resultados antes de impostos (1,284 milhões de euros) sofreram um aumento de cerca de 94% em relação aos registados no exercício anterior (662 mil euros).

O desempenho global das actividades da Companhia das Lezírias absorveu o efeito da integração das coudelarias da extinta Fundação Alter Real que em 2014 representaram um prejuízo de 449 mil euros (245 mil euros em 2013).

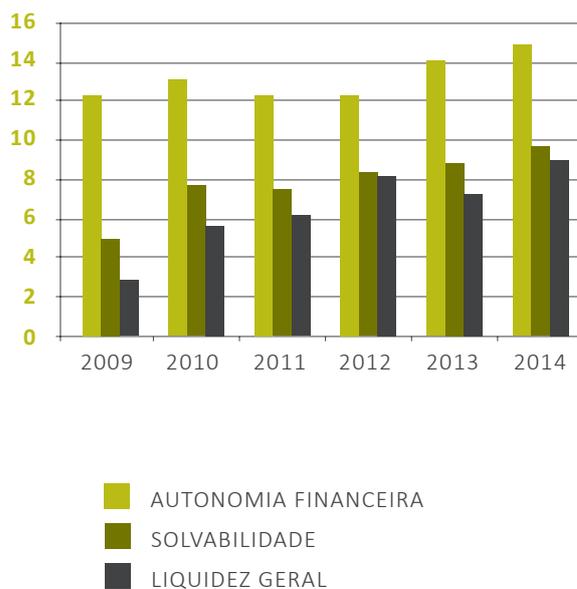
Ou seja, se excluirmos este efeito, os resultados antes de impostos registaram um aumento de cerca de 91% em relação a 2013.

Os gráficos seguintes sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL:

INDICADORES DE NATUREZA ECONÓMICA

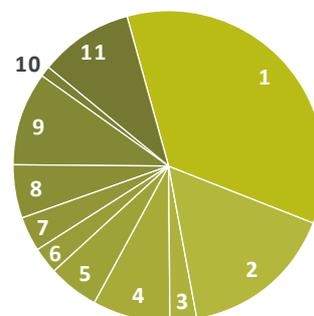


INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA



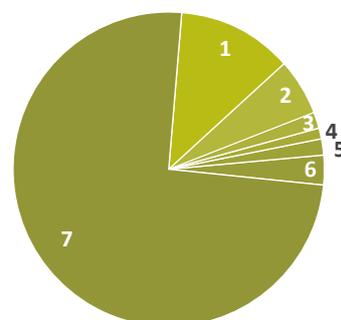
NB - A partir de 2009, os Capitais Próprios incluem os subsídios.

ESTRUTURA DO ACTIVO



- 1 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS 38%
- 2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 17%
- 3 ACTIVOS INTANGÍVEIS 2%
- 4 ACTIVOS BIOLÓGICOS 8%
- 5 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 5%
- 6 IMPOSTOS DIFERIDOS 2%
- 7 INVENTÁRIOS 3%
- 8 CLIENTES 5%
- 9 OUTROS ACTIVOS CORRENTES 10%
- 10 OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES 0%
- 11 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS 10%

ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO



- 1 CAPITAL REALIZADO 12%
- 2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO 5%
- 3 OUTROS NÃO CORRENTES 1%
- 4 FINANCIAMENTOS OBTIDOS 0
- 5 FORNECEDORES 1%
- 6 OUTROS CORRENTES 2%
- 7 RESERVAS E RESULTADOS 79%

5.2. CONTROLO ORÇAMENTAL

O resultado alcançado neste ano ficou acima do orçamentado em 279 mil euros, mais 37%. O resultado antes de impostos estimado em 782 mil euros, registou um desvio favorável de 502 mil euros, mais 64%.

Cabe aqui salientar, tal como já referido na página anterior, o efeito negativo da integração das coudelarias da Fundação Alter Real.

As vendas registadas foram superiores às estimativas em 223 mil euros, mais 5% do que o previsto.

A área de produção agrícola registou vendas inferiores em 6%, no valor de 117 mil euros.

A produção de arroz foi inferior ao orçamentado em 8% registando menos 308t, o que fez com que o total de vendas ficasse aquém do orçamentado.

Relativamente à cultura de milho foi previsto conduzi-la para a obtenção de milho-silagem. Contudo a volatilidade do mercado deste cereal, levou a que se optasse por efectuar a mudança para grão. Assim, dos 564 mil euros de vendas previstos realizar com o milho-silagem, foi possível concretizar 572 mil euros em milho-grão.

Ainda de referir que foi previsto realizar 130 mil euros em vendas de azeitona mas, apesar da produção alcançar um excelente volume de 336t, mais 53t que o previsto, tendo o preço ficado aquém do previsto, registámos menos 26 mil euros de vendas.

Na área de vinhos verificou-se um desvio de menos 7%, no valor de 87 mil euros.

As vendas de vinho engarrafado foram além do estimado em 22 mil euros, +3%, devido essencialmente à obtenção de um melhor preço médio de venda por litro em cerca de 3%.

As vendas de vinho em bag-in-box, ficaram muito aquém das estimativas, menos 120 mil euros, -29%. Este desvio está relacionado com um menor número de unidades vendidas.

Os produtos florestais registaram vendas superiores ao orçamentado no montante de mais € 415 mil, mais 55%. Este desvio foi motivado por um maior volume de vendas de Madeiras e Lenhas, superior em 157 mil euros em relação ao orçamentado. Deste valor, 110 mil euros correspondem a vendas (não recorrentes) de madeira de eucalipto.

A venda de pinhas mansas também realizou mais 210 mil euros (+700%), do que o previsto.

As vendas de cortiça também ficaram acima do estimado em € 48 mil devido a um maior volume de vendas de cerca de 3.500@ que o estimado.

Relativamente aos produtos pecuários, as vendas ficaram ligeiramente acima do orçamento.

Os bovinos de carne registaram vendas inferiores ao estimado em 95 mil euros. Verificou-se a venda de mais 42 cabeças, mas o preço médio de venda por cabeça tenha registado uma redução de 8%.

Relativamente aos equinos CL, venderam-se mais 12 cabeças, o que se traduziu em vendas superiores ao previsto em 30 mil euros. Os equinos da Coudelaria de Alter ficaram em linha com o orçamento.

Os serviços prestados foram superiores ao orçamentado em 43 mil euros, mais 19% do que o previsto.

A rubrica “Variação da Produção” registou uma diferença positiva de € 312 mil. Tal resultou essencialmente do diferencial negativo das vendas.

Os “Subsídios à Exploração” superaram a estimativa em 188 mil euros. Tal resultou quer do aumento registado de ajudas quer da recuperação de valores de anos anteriores que já não se previa receber.

A rubrica “Variação da Produção” reduziu 188 mil euros. Tal resultou essencialmente do efeito do custo das vendas.

Os “aumentos/reduções de justo valor” ficaram abaixo do estimado em 229 mil euros, menos 8%. Este efeito foi resultado menores valorizações de animais (104 mil euros) e menores produções de produtos agrícolas (125 mil euros), designadamente devido à menor produção de arroz.

Os outros rendimentos e ganhos registaram um incremento de 61 mil euros, mais 2%, em relação ao orçamentado. Apesar do crescimento das rendas ter ficado aquém do estimado em 68 mil euros (-2,7%), outras rúbricas como os “proveitos suplementares” (+40 mil euros) e as mais-valias geradas (+61 mil euros) compensaram o efeito.

O custo das matérias consumidas foi inferior ao orçamentado em 60 mil euros, menos 2%. Tal foi consequência de diversos efeitos cruzados.

Embora se verifique o crescimento de algumas rúbricas como as embalagens e rótulos e as sementes, justificadas pelas dinâmicas de produção, foram largamente compensadas pela redução de todas as restantes.

Realçamos a descida muito significativa no consumo de rações e fenos para alimentação do nosso efectivo animal, tendo sido conseguida uma poupança de 205 mil euros na alimentação do efectivo bovino.

Os fornecimentos e serviços externos ficaram acima do orçamentado em 156 mil euros, mais 5%. Só os efeitos da integração não prevista da actividade turística das coudelarias da Fundação Alter Real teve um impacto de cerca 97 mil euros, a que há que acrescer outras situações que ainda não foi possível concluir com impactos na ordem dos € 20 mil.

Quanto aos gastos com pessoal o valor apurado ficou ligeiramente acima do orçamentado em 58 mil euros, mais 2%.

Este desvio resulta essencialmente do efeito suspensivo das reduções remuneratórias em vigor, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, devido à publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30 de Maio, até à entrada em vigor da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

6. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

6.1. OBJECTIVOS DE GESTÃO

Previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro:

Objetivos	Fonte / Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Observações
Racionalização e redução de Custos	(FSE + Gastos com Pessoal (a)) / Volume de Negócios	Valor ano n < valor ano n-1	-3,0%	Cumprido
Endividamento	Dívida anual a Fornecedores	< 15% Volume de Negócios	10,1%	Cumprido
Potenciar níveis de Produtividade	EBIT / Nº total de Trabalhadores	Valor ano n > valor ano n-1	+95,9%	Cumprido
Remuneração do capital acionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Valor ano n > valor ano n-1	+50,6%	Cumprido
Receitas das Actividades do Agroturismo	Turismo + EVOA + Cinegética (b)	Valor ano 2014 > 400.000 €	256 582	Não Cumprido
Receita da Venda de Vinhos e Derivados	Vendas de Vinhos e Derivados / Vendas Totais	Valor ano n > valor ano n-1	-4,7%	Não Cumprido

(a) Para efeitos de comparabilidade, no ano 2013 foi deduzido o efeito da variação com responsabilidades com complementos de reformas.

(b) Inclui visitação, alojamento, atividades equestres, colaboração com as escolas e atividade cinegética.



6.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e Ofício-Circular n.º 7037, de 21 de Novembro de 2013 da DGFT

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
------	------	------	------	------	------

Encargos Financeiros (€)	1 173	19 289	24 995	0	321
Taxa Média de Financiamento (%)	--	--	--	--	--

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Variação absoluta	Variação %
------------------------	------	------	-------------------	------------

Financiamentos obtidos	0	0	0	--
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	--
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	--
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	--
Endividamento Ajustado	0	0	0	--

6.3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio:

PMP (dias)	2013	2014	Variação (%) 2014/2013
------------	------	------	------------------------

Prazo	27	27	0%
-------	----	----	----

A política de pagamentos da CL rege-se pelas seguintes duas regras base: são efectuados pagamentos regulares duas vezes por mês, onde são incluídas todas as facturas vencidas nessas datas; é optimizada a obtenção de descontos de pronto pagamento disponíveis.

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias

Aquisição de Bens e Serviços	--	--	--	--	--
Aquisição de Bens de Capital	--	--	--	--	--
Total	0	0	0	0	0

6.4. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2013

Na acta de aprovação das contas do ano 2013 o accionista transmitiu a seguinte orientação:

“Analisados os documentos de prestação de contas e verificado o impacto nos resultados da sociedade do desempenho da área de Agroturismo, bem como o das actividades turísticas desenvolvidas pela Fundação de Alter, a accionista reforça a orientação no sentido de ser efectuada o estudo de soluções, incluindo nomeadamente a externalização, tendentes a assegurar a sustentabilidade económica e financeira destes segmentos de negócio.”

Na Assembleia Geral para apreciação do Relatório e Contas de 2013, decorrida no dia 16 de Abril de 2014, foi atribuída ao Conselho de Administração a recomendação de ser efectuada o estudo de soluções, incluindo nomeadamente a externalização, tendentes a assegurar a sustentabilidade económica e financeira das actividades turísticas na Companhia das Lezírias e na Coudelaria de Alter.

Nesse sentido, foram dados os passos preparatórios para uma consulta ao mercado sobre potenciais interessados em algumas das actividades turísticas que ocorrem na CL. Em simultâneo, melhoraram-se os resultados de exploração que embora continuando negativos recuperaram 13% em relação a 2013.

No que respeita ao Turismo e Visitação da Coudelaria de Alter reformulou-se o calendário de visitas e o modelo de cobrança de entradas tendo o número de visitas pagas aumentado em 30% em relação ao ano anterior.

Rescindiou-se o contrato de prestação de serviços com a Caçamonte (falcoaria). A concessão destas actividades apenas será possível em 2015.

6.5. REMUNERAÇÕES

Durante o ano 2014 foram aplicadas, a todos os membros dos órgãos sociais e a todos os trabalhadores, as reduções remuneratórias em vigor, Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, suspensas com a publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30 de Maio, e Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.



6.5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)			Encargos Patronais	Seguro de Acidentes de Trabalho	Custo Total	
				Bruto (1)	Reduções Remunera- tórias (2)					Valor apos Reduções (3) = (1) - (2)
					Lei 12- A/2010	Outras				
2012-2014	Presidente	Armando Sevinate Pinto	500 00	500 00			500 00	118 75	8 18	626 93
2012-2014	Secretário	Sara Pereira	330 00	330 00			330 00	99 56	5 40	434 96
			830 00	830 00	0 00	0 00	830 00	218 31	13 58	1 061 89

(a) As senhas de presença foram abonadas durante a vigência do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional.

6.5.2. Conselho de Administração

Prémios de gestão - Aos membros do Conselho de Administração não foram definidos nem atribuídos quaisquer prémios de gestão, nos termos do artigo 41.º da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro.

"Mandato (Início - Fim)"	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data

2012- 2014	Presidente	António Saraiva	Assembleia Geral	28/02/2012
2012- 2014	Vogal	Diogo Faria	Assembleia Geral	28/02/2012
2012- 2014	Vogal	João Caldeira	Assembleia Geral	28/02/2012

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime

António Saraiva	Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Presidente da Direcção	Privado
António Saraiva	Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração	Privado
Diogo Faria	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	Presidente da Direcção	Privado
Diogo Faria	Tapada Nacional de Mafra	Presidente do Conselho Fiscal	Privado

Acumulação de Funções - Nas entidades em que são exercidas funções em regime de acumulação com o cargo de administrador da Companhia da Lezírias, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário, não são auferidas quaisquer quantias.

Nome	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Valores mensais Brutos (€)		
			Remuneração Base	Despesas de Representação	Data

António Saraiva	Sim	C	4 578 20	1 831 28	28/02/2012
Diogo Faria	Sim	C	3 662 56	1 465 02	28/02/2012
João Caldeira	Sim	C	3 662 56	1 465 02	28/02/2012

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Remuneração		Reduções		Bruta após reduções Remuneratórias
	Variável	Fixa	Lei 12-A/2010	Outras Reduções Remuneratórias	

António Saraiva	n.a.	86 070 16	-2 920 14	-6 193 33	76 956 69
Diogo Faria	n.a.	68 856 08	-2 336 11	-4 954 68	61 565 29
João Caldeira	n.a.	68 856 08	-2 336 11	-4 954 67	61 565 30
Total	n.a.	223 782 32	-7 592 36	-16 102 68	200 087 28

Membro do CA	Subsídio Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Protecção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Seguro Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificação	Valor				Identificação	Valor

António Saraiva	n.a.	Seg. Social	18 973 65	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diogo Faria	n.a.	Seg. Social	15 458 07	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	n.a.	Seg. Social	15 244 74	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	n.a.		49 676 46	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações

António Saraiva	80 00	374 42	
Diogo Faria	80 00	960 00	
João Caldeira	80 00	360 32	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	N.º Prestações Contratuais Remanescentes

António Saraiva	Sim	Sim	33 605 08	Renting	2014	2018	523 98	3 886 16	41
Diogo Faria	Sim	Sim	32 063 07	Renting	2014	2018	472 20	3 520 35	41
João Caldeira	Sim	Sim	31 201 39	Renting	2014	2018	485 35	3 420 19	42

Membro do CA	Gastos Anuais associados as Viaturas (€)					Observações
	Plafond Mensal Definido (*)	Combustíveis (*)	Portagens (*)	Reparações	Seguro	

António Saraiva	391 44	3 785 60	911 68	318 57	n.a.	
Diogo Faria	313 15	3 401 86	355 94	1 110 59	n.a.	
João Caldeira	313 15	3 389 28	368 52	377 61	n.a.	

(*) PMD para combustíveis + portagens.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	

António Saraiva	385 19	408 50	246 02	n.a.	n.a.	1 039 71
Diogo Faria	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	95 20	194 00	n.a.	n.a.	n.a.	289 20

6.5.3. Fiscalização - Revisor Oficial de Contas/ Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Resolução	Data	Limite Fixado	Contratado	

2012 - 2014	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	103421	Assembleia Geral	28/02/2012	15 360 00	15 360 00	1
2012 - 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	1034320	Assembleia Geral	28/02/2012	n.a.	n.a.	--

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)

Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	15 360 00	-1 560 00	13 800 00
--	-----------	-----------	-----------

6.5.4. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem auditor externo, nem legal ou estatutariamente é obrigada a ter.

6.5.5. Restantes trabalhadores

A todos os trabalhadores da Companhia das Lezírias foram aplicadas as reduções remuneratórias legais que vigoraram durante o ano de 2014.

6.6. ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

6.6.1. Cartões de Crédito e outros instrumentos de pagamento

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objecto a realização de despesas ao serviço da empresa;

6.6.2. Despesas de representação

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

6.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

6.7.1. Contratação Pública

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas actividades, comprovadamente com carácter industrial e comercial, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública;

6.7.2. Procedimentos Internos para a Contratação de Bens e Serviços

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado;



6.7.3. Contratos e outros actos com valor superior a 5M €

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros actos de valor superior a 5.000.000,00 €, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da LOPTC).

6.8. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas actividades, comprovadamente com carácter industrial e comercial, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação.

6.9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013		Variação 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA		2 463 232	1 910 776	1 683 659	2 277 891	1 746 002	552 456	28,9	717 230	41,1
(1) CMVMC		2 846 918	2 940 959	2 565 931	2 529 571	2 729 871	-94 041	-3,2	117 048	4,3
(2) FSE		3 050 900	2 764 404	2 543 586	2 689 786	2 431 888	286 496	10,4	619 012	25,5
Deslcações / Estadas	em linha com 2013	30 739	28 893	27 747	29 198	30 458	1 846	6,4	280	0,9
Ajudas de custo	em linha com 2013	1 094	1 411	2 315	1 302	1 963	-317	-22,5	-869	-44,3
Comunicações	em linha com 2013	79 609	30 375	23 538	23 794	24 939	49 234	162,1	54 670	219,2
(3) Gastos com o pessoal		2 632 659	2 167 676	2 184 628	2 292 231	2 322 918	464 983	21,5	309 741	13,3
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.	2 074	15 365	4 884	3 266	5 359	-13 292	-86,5	-3 285	-61,3
(4) Total Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)		8 528 403	7 857 674	7 289 261	7 508 322	7 479 318	670 730	8,5	1 049 086	14,0
(5) Volume de Negócios		5 364 791	4 834 989	3 996 162	5 417 148	4 294 090	529 802	11,0	1 070 702	24,9
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)		1,59	1,63	1,82	1,39	1,74	-0,04	-2,2	-0,15	-8,7
Número RH	-3% face 2012	106	107	94	99	n.a	-1	-0,9	n.a	n.a
N.º Efectivos		101	99	84	88	n.a	2	2,0	n.a	n.a
N.º Cargos de Direcção		3	3	3	3	n.a	0	0,0	n.a	n.a
N.º Efectivos / Cargos Direcção		33,67	33,00	28,00	29,33	n.a	0,67	2,0	n.a	n.a
Viaturas										
N.º de viaturas		39	39	n.a	n.a	n.a	0	0,0	n.a	n.a
Gastos com as viaturas		300 115	328 199	n.a	n.a	n.a	-28 084	-8,6	n.a	n.a

Unidade monetária: EURO

O aumento de actividade (Vendas + Prestação de Serviços) induziu naturalmente um acréscimo no volume de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com o pessoal), bem como haverá que ter em conta o impacto nas contas, da absorção, a partir de 2 de Agosto de 2013, de actividades da extinta Fundação Alter Real, conforme explicitado na análise às contas.

Relativamente aos gastos com pessoal há ainda que salientar o efeito, não recorrente, da variação das responsabilidades com complementos de reformas.

No ano 2010 registou-se uma redução de 111.869 euros e em 2013 de 363.429 euros.

Registe-se ainda que em 2010 e 2011 um dos administradores era pago através de factura apresentada pela empresa de origem, no montante de 107.046 euros e 78.220 euros, respectivamente.

Estes valores foram contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

Em relação ao número de trabalhadores, não fora a integração de quadros da Fundação Alter Real, o número total de trabalhadores em 31/12/2014 seria de 89, representando uma redução de 5% em relação a 31/12/2012.

Por fim de sublinhar o crescimento do EBITDA, de 1.910.776 euros para 2.463.232 euros, mais 552.456 euros (+28,9%) que em 2013.

6.10. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, efectuando todas as suas aplicações junto do IGCP.

6.11. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

A Companhia das Lezírias não foi objecto de qualquer auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, nem foi objecto de qualquer tipo de recomendação.



6.12. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Actualização	
Estatutos actualizados	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e accionista	S		
MODELO GOVERNO / MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS:			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgão Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgão Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e actual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transacções	S		
ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
Código de Ética	S		

6.13. SISTEMATIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
OBJECTIVOS DE GESTÃO / PLANOS DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO			
Racionalização e redução de Custos	S	-3,0%	Ver ponto 6.1
Endividamento	S	+10,1%	Ver ponto 6.1
Potenciar níveis de Produtividade	S	+95,9%	Ver ponto 6.1
Remuneração do capital acionista	S	+50,6%	Ver ponto 6.1
Receitas das Actividades do Agroturismo	N	+256 582 €	Ver ponto 6.1
Receita da Venda de Vinhos e Derivados	N	-4,7%	Ver ponto 6.1
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Ver ponto 6.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	0%	Ver ponto 6.2
Evolução do PMP a fornecedores	N	0	Ver ponto 6.3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	não há atrasos	Ver ponto 6.3
Deveres Especiais de Informação	N.A.		
RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA NA APROVAÇÃO DE CONTAS			
Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da área de Agroturismo	N		Ver ponto 6.4
REMUNERAÇÕES			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	S		Ver ponto 6.5.2
Órgãos Sociais- reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	23 695 04 €	Ver pontos 6.5.1 e 6.5.2
Auditor Externo- redução remuneratória nos termos do artº 73.º da Lei 83-C/2013	N.A.		Ver ponto 6.5.4
Restantes trabalhadores- reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	54 500 00 €	Ver ponto 6.5.5
Restantes trabalhadores- proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	S		Ver ponto 6.5.5
ARTIGO 32.º DO EGP			
Utilização de cartões de crédito	S		Ver ponto 6.6.1
Reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ver ponto 6.6.2

Cumprimento das Orientações Legais (continuação)	Cumprimento	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		

CONTRATAÇÃO PÚBLICA			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	N.A.		Ver ponto 6.7.1
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		Ver ponto 6.7.3
AUDITORIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	N.A.		Ver ponto 6.11
PARQUE AUTOMÓVEL			
N.º de Viaturas	S	0%	Ver ponto 6.8 e 6.9
Gastos com viaturas	S	-8,6%	Ver ponto 6.8 e 6.9
GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS (ARTIGO 61.º DA LEI 83-C/2013)	S		Ver ponto 6.9
REDUÇÃO DE TRABALHADORES (ARTIGO 60.º DA LEI 83-C/2013)			
N.º de Trabalhadores	S	-5 ; -5,0%	Ver ponto 6.9
N.º de Cargos Dirigentes	S	0%	Ver ponto 6.9
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA (ARTIGO 123.º DA LEI 83-C/2013)			
Disponibilidades centralizadas no IGCP	S	100%	Ver ponto 6.10
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	N.A.		
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	S	S
Código de Ética	S	S	S

6.14. GRELHA DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	Sim	Não	Sim	Não		

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS						
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		60	
2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		60	
3. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	x		x		61	
4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		61	
II. ESTRUTURA DE CAPITAL						
1. Estrutura de capital	x		x		62	
2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	x		x		62	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
II.	ESTRUTURA DE CAPITAL (continuação)						
3.	Acordos parassociais.	x		x		62	
III	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		62	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		62	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		62	
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		62	
IV	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES						
A.	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		62	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	x		x		62	
B.	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO						
1.	Modelo de governo adotado	x		x		62	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		62	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	x		x		63	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		63	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		63	
6.	Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	x		x		64	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		64	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		65	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		65	
C.	FISCALIZAÇÃO						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	x		x		65	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	x		x		65	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.		x		x	--	
4.	Funcionamento da fiscalização.		x		x	--	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
D.	REVISOR OFICIAL DE CONTAS						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		66	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		66	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		66	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		66	
E.	AUDITOR EXTERNO						
1.	Identificação.	x		x		67	
2.	Política e periodicidade da rotação.		x		x	--	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		x		x	--	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		x		x	--	
V.	ORGANIZAÇÃO INTERNA						
A.	ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade- Regras aplicáveis	x		x		67	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		67	
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		67	
B.	CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		67	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		68	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	x		x		68	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		68	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		68	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		68	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		68	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		68	
C.	REGULAMENTOS E CÓDIGOS						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		68	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		68	
3.	Referência à existência de planos de acção para prevenir fraudes.	x		x		68	
D.	DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	x		x		69	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita.	x		x		69	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
E.	SÍTIO DE INTERNET						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		69	
F.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	x		x		69	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável.	x		x		69	
VI	REMUNERAÇÕES						
A.	COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		69	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade	x		x		69	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	x		x		69	
B.	COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.						
	Composição.	x		x		70	
C.	ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		70	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		70	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		70	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		70	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		70	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		70	
D.	DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		70	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		71	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		71	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		71	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		71	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		71	
VII	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	x		x		71	
2.	Informação sobre outras transações.	x		x		71	



Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
VIII	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		72	
2.	Políticas prosseguidas.	x		x		72	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:						
	a) Responsabilidade social	x		x		72	
	b) Responsabilidade ambiental	x		x		72	
	c) Adoção de planos de igualdade	x		x		72	
	d) Princípio da Igualdade do Género	x		x		72	
	e) Políticas de recursos humanos	x		x		72	
	f) Responsabilidade económica.	x		x		72	
IX	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		72	
2.	Outras informações	x		x		72	



7. PERSPECTIVAS

FUTURAS

Nos anos vindouros a Companhia das Lezírias continuará a ser a grande referência no sector agrícola, pecuário e florestal nacional.

Não só pela sua dimensão, como também pela qualidade da sua gestão técnica e operacional nos vários domínios da sua actividade, como aliás tem sido bem demonstrado pelos resultados obtidos ao longo dos últimos anos.

Alicerçada na qualidade e permanência dos seus recursos humanos, a Companhia das Lezírias continuará a prosseguir uma política de aumentos de produtividade, de melhoria sustentada na qualidade dos produtos nela produzidos, e de contínuo melhoramento no relacionamento com os seus actuais e futuros clientes e fornecedores.

Prosseguir-se-á o excelente relacionamento com o vasto e importantíssimo network que são os rendeiros da Companhia.

Continuará a Companhia das Lezírias a ter as habituais preocupações de preservação do seu vasto património fundiário e imobiliário.

Não são expectáveis impactos financeiros significativos com a entrada em vigor do novo Quadro Comunitário de Apoio (2015 – 2020).

No curto prazo, isto é, em 2015, e atendendo ao Plano de Actividades e Orçamento, elaborado numa base conservadora, será previsível a manutenção ou pequena redução do lucro líquido, pelo exposto nesse documento.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido apurado no período foi de 1.025.984,33 euros (um milhão vinte e cinco mil novecentos e oitenta e quatro euros e trinta e três cêntimos).

Os incrementos da aplicação do justo valor registados no período foram de 563.790,89 euros (quinhentos e sessenta e três mil setecentos e noventa euros e oitenta e nove cêntimos).

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto no artigo 32.º do Código das Sociedade Comerciais e considerando o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Período de 2014:

Reservas livres
564.000,00 euros

Dividendos
460.000,00 euros

Resultados Transitados
1.984,33 euros

9. CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Em ano de conclusão de mandato é devido um agradecimento aos trabalhadores da CL pelo seu empenho para atingir os objectivos propostos para este triénio, processo este que se iniciou com uma análise e definição de metas e que conclui com a obtenção de resultados organizacionais e financeiros de excelente nível.

Pela ordem em que figuraram neste relatório salientamos no período o desempenho dos seguintes sectores:

- Produção Agrícola e Animal; a reformulação das opções culturais de Catapereiro e a transição para um novo conceito da produção pecuária, com reflexos muito positivos nos resultados alcançados;

- Produção Orizícola; a consistência dos resultados obtidos apesar das difíceis e irregulares condições do tempo nas três últimas campanhas;

- Produção Vitivinícola e Oleícola; a transformação operada nesta actividade quer no processo produtivo quer no modelo de funcionamento, com retorno no reconhecimento pela qualidade dos produtos obtidos e do progresso dos resultados;

- Produção Florestal, Recursos Silvestres e Agro-Turismo; as distinções recebidas, o aprofundar o conhecimento dos nossos recursos para a sua melhor gestão, a qualidade mensagem passada aos milhares que nos visitam sobre a CL e sobre a sua relevância ambiental;

- Património Investimento e Boas Condições Agrícolas e Ambientais; os magníficos resultados obtidos pela potenciação e majoração dos arrendamentos dos terrenos e imóveis da CL e pela excelente eficiência no aproveitamento das ajudas agrícolas que são um suporte importante da solidez da CL;

- Produção Equina e Complexo Desportivo; pela preservação de uma imagem de referência da CL e pelos prémios obtidos nos mais variados festivais;

- Coudelaria de Alter; a versatilidade dos seus colaboradores e disponibilidade para aceitarem um processo de transição e modificação do modelo operacional com tanta energia;

- Serviços Técnicos; a dedicação, competências e o interesse que põem naquilo que fazem para que os sectores acima indicados funcionem sem perturbações que os desviem do foco da sua actividade;

- Comunicação; a capacidade de responder às diferentes solicitações pugnando por assegurar a qualidade da informação e imagem difundida sobre a Companhia das Lezírias;

- Departamento Administrativo e Financeiro; a capacidade de “juntar todas a pontas” de um todo muito complexo, vasto e exigente do ponto de vista administrativo.

Uma palavra também muito especial de agradecimento ao nosso Accionista Parpública (SGPS), S.A. e ao Ministério da Agricultura e do Mar, pelo apoio sempre prestado no desenrolar da actividade da CL.

Um agradecimento também é devido a todas as Instituições com as quais mantemos relações no desenrolar da nossa actividade.

Estamos ainda reconhecidos às Autarquias Locais – Câmara Municipal de Benavente, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e Junta de Freguesia de Samora Correia – por toda a colaboração prestada e todo o bom relacionamento institucional.

Aos nossos clientes, rendeiros, fornecedores, bancos, seguradoras e outros parceiros de negócio manifestamos o nosso apreço pelo bom relacionamento existente.

Ao nosso Revisor Oficial de Contas – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos agradecemos o empenho e a competência com que acompanhou a gestão da CL, durante o ano de 2014.

Samora Correia, 24 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Miguel Semedo Pimentel Saraiva
(Presidente)

Diogo Supico de Faria e Silva
(Vogal)

João Carlos Caldeira Gonçalves
(Vogal)

10. RELATÓRIO DE GOVERNO

SOCIETÁRIO

I. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

1. A Companhia das Lezírias (CL) na sua qualidade de maior empresa agrícola portuguesa tem como missão fundamental a gestão rentável e eficiente do seu património agrícola e ambiental, no respeito pela biodiversidade e pelos valores do ambiente.

2. Temos, portanto, como objectivos principais, a criação sustentada de valor para todos os stakeholders envolvidos, bem como a manutenção e desenvolvimento de uma área de preservação ambiental de grande relevância no contexto nacional.

Foi estabelecido pelo actual Conselho de Administração como objectivo para o triénio 2012/2014 uma subida sustentada do resultado líquido sempre tendo em atenção a valorização e preservação do meio ambiente. Conforme se poderá constatar pela leitura do relatório do Conselho de Administração, tal desiderato está a ser atingido. Efectivamente os resultados líquidos tiveram a seguintes evolução:

2012	2013	2014
629 764€	667 946€	1 025 984€

A acrescentar aos objectivos de melhoria dos resultados operacionais definidos pelo accionista e estratégicos pela tutela sectorial, 2014 foi o primeiro ano completo de gestão da Coudelaria de Alter pela Companhia das Lezírias, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, que delegou e transferiu para a Companhia das Lezírias, um conjunto de atribuições relacionadas com a gestão dos efectivos equinos e dos patrimónios imobiliários daquela Coudelaria.

A integração da Coudelaria de Alter pela CL traduziu-se, apesar das melhorias introduzidas na sua gestão, no apport à Companhia de uma actividade que produz prejuízos de exploração o que, portanto, valoriza ainda mais os resultados obtidos em 2013 e 2014.

Coudelaria de Alter	2013	2014
Resultados antes de impostos	-244 970€	-448 913€

No que respeita ao grau de cumprimento dos objectivos de gestão definidos pelo acionista, apresentamos quadro resumo dos mesmos, também plasmado no Relatório do Conselho de Administração.



Objetivos	Fonte / Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Observações
Racionalização e redução de Custos	$(FSE + \text{Gastos com Pessoal (a)}) / \text{Volume de Negócios}$	Valor ano n < valor ano n-1	-3,0%	Cumprido
Endividamento	Dívida anual a Fornecedores	< 15% Volume de Negócios	10,1%	Cumprido
Potenciar níveis de Produtividade	EBIT / Nº total de Trabalhadores	Valor ano n > valor ano n-1	+95,9%	Cumprido
Remuneração do capital acionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Valor ano n > valor ano n-1	+50,6%	Cumprido
Receitas das Actividades do Agroturismo	Turismo + EVOA + Cinegética (b)	Valor ano 2014 > 400.000 €	256 582	Não Cumprido
Receita da Venda de Vinhos e Derivados	Vendas de Vinhos e Derivados / Vendas Totais	Valor ano n > valor ano n-1	-4,7%	Não Cumprido

(a) Para efeitos de comparabilidade, no ano 2013 foi deduzido o efeito da variação com responsabilidades com complementos de reformas.

(b) Inclui visitação, alojamento, atividades equestres, colaboração com as escolas e atividade cinegética.

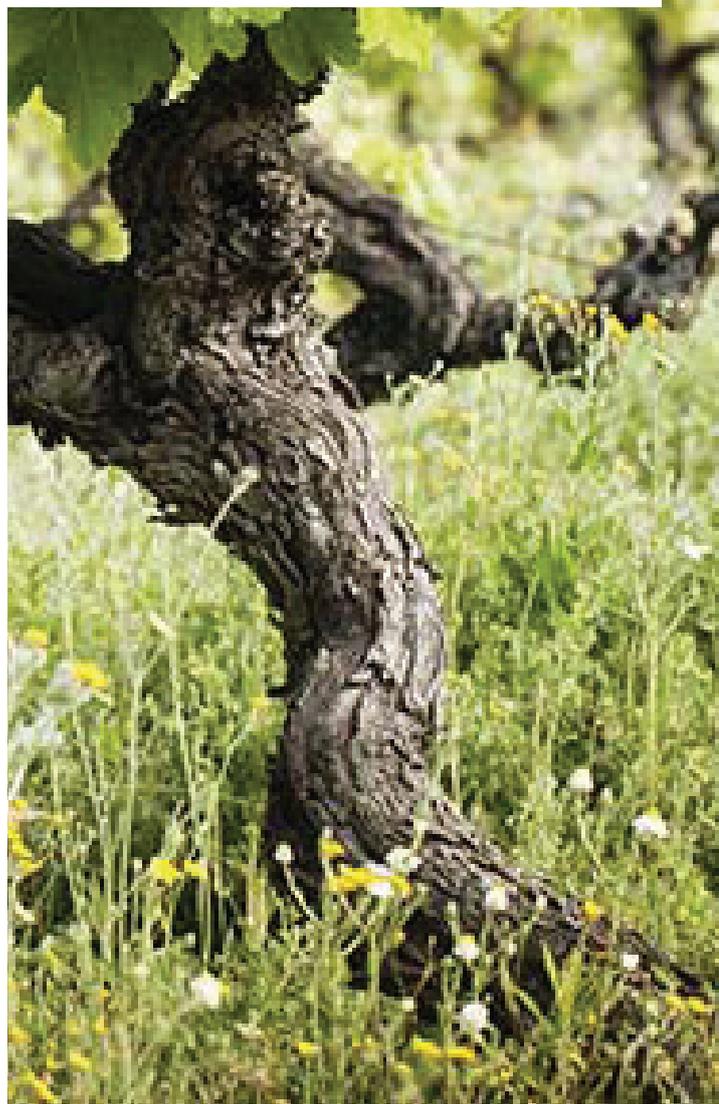
3. No que respeita aos factores chave de que dependem os resultados da empresa, matéria que foi pormenorizadamente explanada em sede de Relatório do Conselho de Administração, poderíamos salientar os seguintes:

- Evolução dos preços dos produtos produzidos pela empresa e dos serviços prestados;
- Aumento das produtividades por hectare das produções agrícolas;
- Boa negociação com os fornecedores de matérias-primas e de serviços;
- Contenção dos custos fixos, designadamente pessoal;
- Capacidade de promover uma subida sustentada das rendas por hectare junto dos nossos rendeiros;
- Optimização da capacidade de majoração dos subsídios a receber do IFAP e do PDR2020.

4. Além do crescimento dos resultados líquidos já referido, gostaríamos de salientar a excelente imagem de que goza a Companhia das Lezírias, no que respeita à qualidade dos seus produtos e dos serviços que presta e ao cumprimento rigoroso das suas obrigações com os fornecedores e demais players, designadamente no que respeita a prazos de pagamento.

Podemos afirmar com toda a segurança que a CL é sinónimo de qualidade, fiabilidade e honorabilidade, sendo pois uma empresa de referência no Sector Empresarial do Estado.

No que respeita ao serviço público a prestar pela empresa, tal facto prende-se com a preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional.



II. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. O capital social da Companhia das Lezírias é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

É detido na sua totalidade (100%) pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

2. De acordo com o artigo 4.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, o capital social é representado por acções do tipo A e do tipo B, sendo todas obrigatoriamente nominativas.

As acções do tipo A só podem ser detidas pelo Estado, por pessoas colectivas de direito público ou por outras entidades que, por imposição legal, devem pertencer ao sector público.

O capital social deve ser detido por estas entidades em cinquenta e um por cento.

As acções do tipo B serão nominativas ou ao portador em regime de registo, podendo ser detidas por entidades públicas ou privadas.

3. Dada a natureza de acionista único da Companhia das Lezírias, não existem acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. À data de 31 de Dezembro de 2014 a Companhia da Lezírias era titular das seguintes participações qualificadas noutras entidades;

Denominação Social	Capital Social	
	Valor	% Detida

ORIVÁRZEA- Orizicultores do Ribatejo, S.A.	2 500 000 00	27,12%
CLR- Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.	5 000 00	20,00%

2. A Companhia das Lezírias não procedeu à aquisição nem à alienação de quaisquer participações sociais, bem como não procedeu à participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;

3. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm acções ou obrigações da empresa;

4. Não existem relações de natureza comercial entre o acionista único e a sociedade. Existe apenas a relação acionista.

Ver mais informação no capítulo VII.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral

1. Os membros da Mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.

Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.

O presidente da mesa, Armando José Cordeiro Sevinate Pinto, foi nomeado para completar o mandato 2012 a 2014 na assembleia realizada no dia 12/04/2013.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruta (€)

2012- 2014	Presidente	Armando Sevinate Pinto	500 00	500 00
2012- 2014	Secretário	Sara Pereira	330 00	330 00

2. A Companhia das Lezírias tem como único acionista a Parpública, SGPS, S.A., sendo por definição todas as decisões tomadas por maioria qualificada.

De salientar que os estatutos são omissos no que respeita a maiorias qualificadas, donde se remete para o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

B. Administração e Supervisão

1. A Companhia das Lezírias tem como modelo de governo societário um Conselho de Administração;

2. Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.

Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los;

3. O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012- 2014	Presidente	António Saraiva	Administrador	1	
2012- 2014	Vogal	Diogo Faria	Administrador	1	
2012- 2014	Vogal	João Caldeira	Administrador	1	

4. Todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas, a tempo integral;

5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Presidente:

Eng. António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Licenciado em Agronomia, na especialidade de agropecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, UTL – Lisboa; Graduou-se em Excelência da Marketing e Vendas pelo INSEAD (Fontainebleu), em França; completou o Agribusiness Seminar pela Harvard Business School (Boston), nos EUA; fez diversas formações em liderança das quais se destaca a conclusão do Leadership Development Program pelo Centre for Creative Leadership (Greensboro), dos EUA; formou-se em Product Management pela Bradford University (Bradford), no Reino Unido.

Foi responsável de Supply Chain na Syngenta Iberia em Madrid (desde 2008). Foi Director Geral da Syngenta C.P., Lda. em Portugal entre 2000 e 2008. Teve uma carreira de Marketing e Vendas na Zeneca Agro em Portugal e Espanha nas áreas da Gestão de Produto, Direção de Vendas, Direção de Marketing (Madrid) e Direção Comercial.

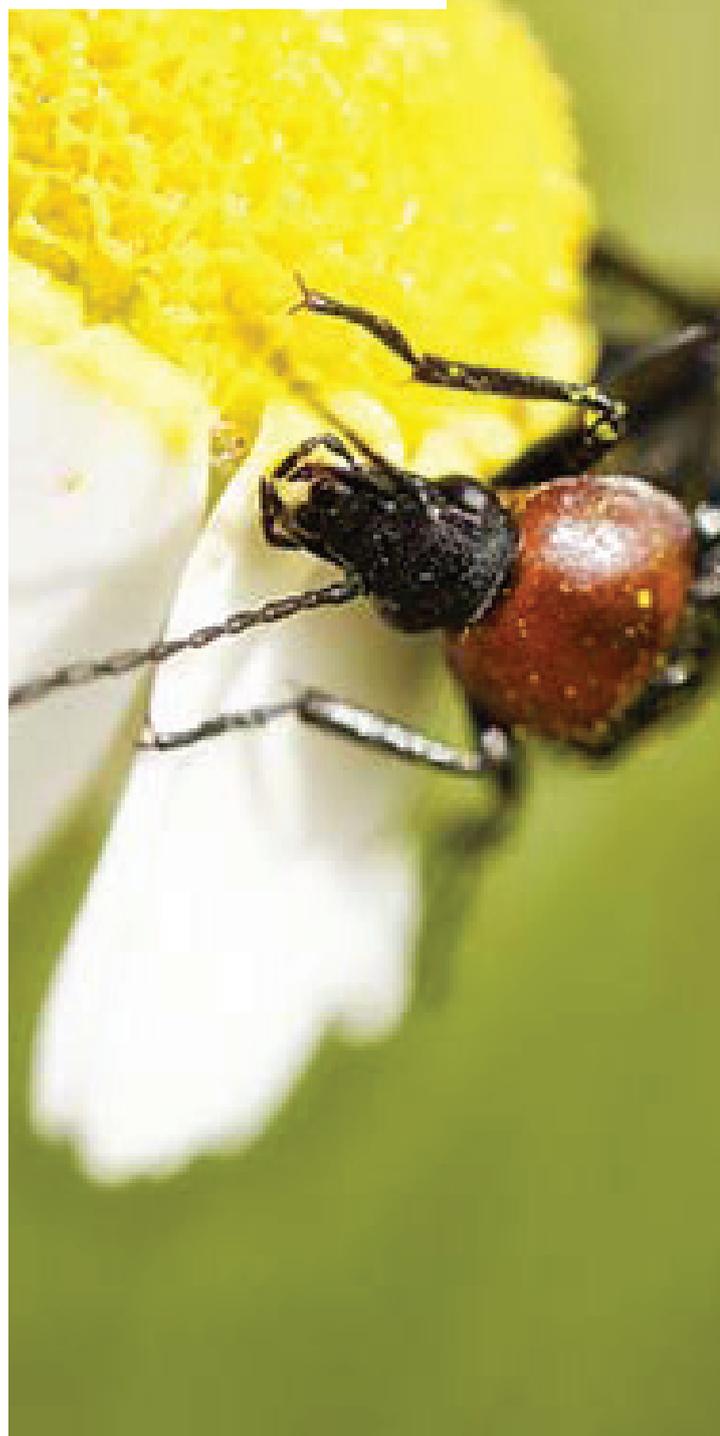
Foi Presidente da Direção da Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas (ANIPLA) entre 2001 e 2009. Foi Presidente da Direção e fundador do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos em Agricultura (SIGERU) de 2004 a 2009, que gere os resíduos de embalagens vazias de fitofármacos (VALORFITO). Foi membro da Direção do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB).

Vogal:

Dr. Diogo Supico de Faria e Silva

Licenciado em Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa – 1970/1975

Fez diversas formações complementares em direcção geral, marketing, direcção financeira, fiscalidade, análise de projectos de investimento, análise de



mercados financeiros e de capitais e em modelos de avaliação de empresas.

Carreira Profissional:

1976/1984

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Técnico da Direcção de Acções Colectivas

1984/1985

Crédit Lyonnais Portugal, Adjunto da Direcção Comercial
1985/1986 – Engil Imobiliária, Lda., Director Financeiro e Administrativo

1986

Grupo IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, Responsável pelo acompanhamento e controle de várias empresas do Grupo.

1989/1990

Soginpar – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA., Director Geral

1990/1995

Sulpedip, SA, actual PME Investimentos, Administrador
1995/1998 – Soset, SA, Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal, Administrador

1995/1996

SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

1996/2000

IPE Holding, Lançamento da área internacional do Grupo, designadamente nos PALOP, tendo sido Administrador de várias empresas participadas

2000/2002

SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

2002/2010

SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Presidente do Conselho de Administração

Nov 2002/Janeiro 2003

EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., Administrador

2000/2010

Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola, Membro da Direcção Executiva

Nov 2010/Out 2011

Guedol, Engenharia, SA, Administrador

Fev 2012

Companhia das Lezírias, SA, Administrador

Vogal:

Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e com Pós-Graduação em Gestão pela mesma Universidade.

Exerceu funções de Direcção Financeira e de Administração em empresas internacionais nas indústrias dos sistemas de informação, produtos de grande consumo e telecomunicações.

Exerceu funções nas áreas de Controlo de Gestão e Direcção Financeira no grupo Olivetti, em Portugal e em Espanha. Teve responsabilidades regionais (Ibérica e posteriormente França e Benelux) enquanto quadro financeiro de topo na estrutura europeia da Reckitt Benckiser.

Foi Director Financeiro na Vodafone Portugal e mais tarde Director de Gestão de Risco com responsabilidade sobre as áreas de Segurança da Informação, Gestão de Crédito e Fraude. Nos últimos dois anos exerceu funções como consultor de empresas na esfera da optimização de custos e melhoria da eficiência operacional.

6. Nenhum dos membros do órgão de administração detém participações patrimoniais, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, pelo que foi apresentada pelos mesmos declaração ao Conselho de Administração e aos órgãos de fiscalização da empresa bem como à IGF, nos termos legalmente exigidos;

7. Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único;

8. Pelouros e repartição de competências dos membros do Conselho de Administração:

Presidente:

Eng. António Saraiva

- Representação externa da CL, junto de instituições e organismos públicos;
- Acompanhamento da Coordenação da Produção Florestal e Recursos Silvestres;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Produção Equina (Companhia das Lezírias e Coudelaria de Alter) e Actividades Equestres;
- Acompanhamento da Área de Comunicação e Imagem.

Vogal:

Dr. Diogo Faria

- Relacionamento com o acionista Parpública, SGPS;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento Administrativo e Financeiro;

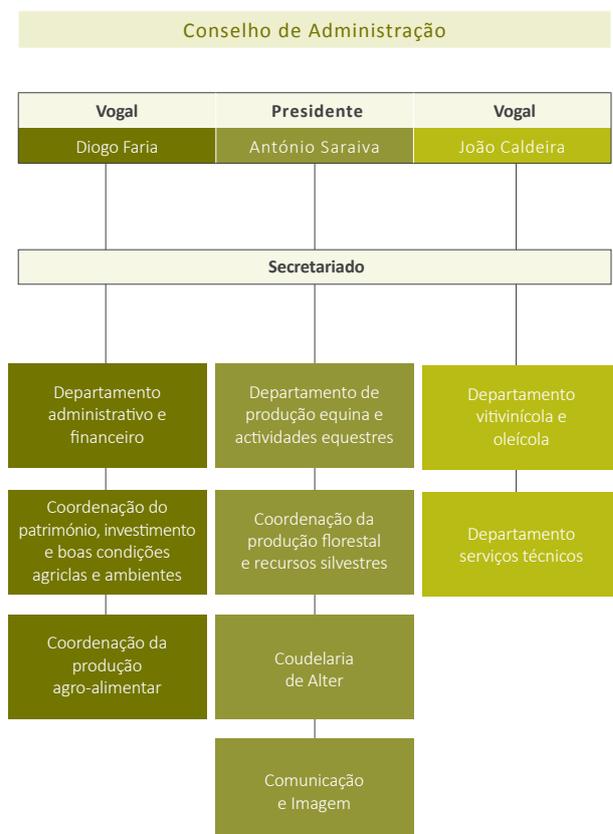
- Coordenação e acompanhamento da Coordenação do Património, Investimentos e Boas condições Agrícolas e Ambientais;
- Coordenação e Acompanhamento da Coordenação da Produção Agrícola e Animal.

Vogal:

Dr. João Caldeira

- Coordenação e acompanhamento do Departamento Vitivinícola e Oleícola;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Serviços Técnicos.

À repartição de pelouros e competências, corresponde o seguinte organigrama:



9. Funcionamento do Conselho de Administração Executivo:

a) O conselho durante o ano de 2014 reuniu 14 vezes, estando presentes todos os membros em todas as reuniões;

b) Outros cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho de Administração (em nenhum destes cargos há lugar ao recebimento de qualquer tipo de retribuição, seja a que título for):

i. O Presidente do Conselho de Administração cumpre ainda, por inerência de funções e de acordo com os estatutos das entidades participadas, a presidência da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA LEZÍRIA GRANDE DE VILA FRANCA DE XIRA;

ii. O Presidente do Conselho de Administração acumula funções de Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração da ORIVÁRZEA - ORIZICULTORES DO RIBATEJO, S.A.

iii. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA PRETA.

iv. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente do Conselho Fiscal da TAPADA NACIONAL DE MAFRA.

c) A avaliação do desempenho dos administradores executivos é feita pelo acionista.

Os administradores executivos tiveram que atingir os objectivos de gestão contratualizados com o Estado e que já atrás se reproduziram;

d) A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.

C. Fiscalização

1. O órgão de fiscalização da Companhia das Lezírias é composto por um Fiscal Único. É ainda nomeado um Fiscal Único Suplente. Ambos devem ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único exerce as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.

Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.

2. Conforme já referido, a empresa tem apenas Fiscal Único que, sendo ROC, mantém por definição uma relação de independência no exercício das funções.



D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. O cargo de revisor oficial de contas da Companhia das Lezírias é desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas Patrício, Moreira, Valente & Associados – SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 e registada na CMVM sob o n.º 196, representada por José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC n.º 1034).

O revisor oficial de contas suplente da sociedade é Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320);

2. O Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (artigo 54.º), impõe, a título de requisito de independência, a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas dispondo que os revisores oficiais de contas designados para o exercício da revisão legal das contas são inamovíveis antes de terminado o mandato ou, na falta de indicação deste ou de disposição contratual, por períodos de quatro anos, salvo com o seu expresse acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respectiva para as demais empresas ou outras entidades.

No mandato iniciado em 2012, procedeu-se à nomeação dos representantes da Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC junto da Companhia das Lezírias, cumprindo-se, dessa forma, a rotatividade legalmente imposta no que diz respeito ao Revisor Oficial de Contas da empresa.

3. O revisor oficial de contas exerce funções na Companhia das Lezírias desde o ano 2012;

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012- 2014	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	Fiscal Único	1	
2012- 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	Fiscal Único Suplente	--	

4. O ROC e a SROC não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia das Lezírias.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2012- 2014	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	15 360 00	15 360 00
2012- 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	--	--

Nota: Pago através de factura da SROC.

E. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos está sujeita às regras relevantes nesta matéria constantes da lei, designadamente no artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais e do previsto no artigo 10.º dos Estatutos;

2. Os acionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros stakeholders da Companhia das Lezírias podem comunicar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, de forma a prevenir, impedir ou permitir a sanção de irregularidades potencialmente causadoras de efeitos adversos à Companhia das Lezírias. As comunicações terão um tratamento confidencial;

3. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional são os adequados a este objectivo, conforme se pode constatar pela análise do documento intitulado “Política de Gestão de Risco de Fraude” que se encontra disponível para consulta através do site de internet da CL em www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa são os adequados a este objectivo.

Os investimentos são decididos pelo Conselho de Administração sob proposta do director do departamento em causa, bem como, nalguns casos, do director do departamento de serviços técnicos.

A implementação dos investimentos é acompanhada pelos directores intervenientes.

Saliente-se que, em termos históricos e em termos gerais, os custos reais foram inferiores aos custos orçamentados.

A dimensão e complexidade da empresa não justifica medidas adicionais relevantes de controlo nesta matéria, para além da intervenção dos administradores, directores e técnicos.

Convém salientar que a empresa dispõe de contabilidade analítica, devidamente pormenorizada, que apura os desvios dos proveitos e dos custos entre o real, o período homólogo do ano anterior e o orçamentado;

2. Atendendo à dimensão da empresa, não existem quaisquer comissões pessoais, órgãos ou comissões com responsabilidades autónomas pela auditoria interna. A CL é auditada pelo seu ROC, pela Auditoria Interna da Parpública, pela IGF e pela auditoria do Ministério da Agricultura e do Mar;

3. Dependente do ponto V.A.3: Documento “Política de Gestão de Risco de Fraude”;

4. Considerando o explicitado no ponto 2, não existem quaisquer relações de dependência hierárquica e/ou funcional;

5. Considerando o explicitado nos pontos 2 e 4, não existem quaisquer outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos;

6. Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida.

Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

a) Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:

i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;

ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e

iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

b) Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira.

A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

c) Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor

O risco de liquidez não é significativo para a Empresa;

7. Dependente do ponto V.A.3;

8. Dependente do ponto V.A.3;

C. Regulamentos e Códigos

1. Não aplicável;

2. A Companhia das Lezírias adoptou um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas.

A CL tem registo e evidências da entrega de cópias a todos os trabalhadores e do conhecimento destes desse documento e conteúdo. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão do Código de Ética, efectuada em Novembro de 2013, através do site de internet da CL em www.cl.pt/Codigo_Etica.pdf.

3. A Companhia das Lezírias adoptou um plano de acção para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas.

Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão da Política de Gestão de Risco e Fraude, através do site de internet da CL em www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf.

D. Deveres especiais de informação

1. A Companhia das Lezírias reporta regularmente a informação económica e financeira através do portal do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e do portal do Tribunal de Contas;

2. O cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, quer relativamente à função acionista, quer ao público em geral, são divulgados através das plataformas indicadas no ponto anterior e através do seu sítio na internet;

E. Sítio da Internet

1. O website da Companhia das Lezírias está disponível em português e inglês e pode ser acedido em www.cl.pt. No separador identificado como “Empresa”, pode ser encontrada toda a informação relevante e sobre a Companhia das Lezírias.

2. Os estatutos da empresa estão disponíveis do site de internet da CL em www.cl.pt/htmls/pt/empresa_estatutos.shtml.

3. Relativamente às obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita, associadas à actividade da Coudelaria de Alter, não existe qualquer contrato específico sobre a natureza e condições da sua atribuição, para além das constantes na legislação que o atribuiu.

Informações sobre esta matéria poderão ser obtidas no site da internet em www.alterreal.pt.

4. Há vários anos que a Companhia das Lezírias não tem passivo bancário, nem virá a ter.

Não recebeu nenhum apoio financeiro do Estado nos últimos três anos.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Coudelaria de Alter

Com a extinção da Fundação Alter Real (FAR) através da publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal das raças Lusitanas, Sorraia e Garrano, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

Com o objectivo da prossecução dos fins principais da Fundação transmitidos à Companhia das Lezírias, designadamente no âmbito da preservação do património genético animal, e para esse fim, foi delgado estatuto de serviço público à Companhia das Lezírias.

Consequentemente foram delegados pelo Estado na Companhia das Lezírias os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a actividade estatutariamente já desenvolvida:

a) A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação do património genético próprias da DGAV;

b) A manutenção, a exploração e a preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;

c) O fomento e o melhoramento dos equinos da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional e a divulgação da produção cavalar destas raças e linhas genéticas;

d) A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos da raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre...;

e) O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;

f) A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.

2. O financiamento da Coudelaria de Alter é em parte assegurado pelas actividades desenvolvidas pela própria coudelaria e pelas restantes actividades da Companhia das Lezírias.

VI. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a determinação

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações;

2. As despesas efectuadas por um membro de um órgão social, na Companhia das Lezírias membro do Conselho de Administração, são autorizadas por um dos outros membros;

3. Os membros do Conselho de Administração declararam formalmente que se abstêm de interferir

em decisões que possam envolver os seus próprios interesses.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não se encontra designada qualquer comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. A política de remunerações adoptada segue as orientações nesta matéria definidas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de Março.

As remunerações são sujeitas à aplicação das reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro. Foram também considerados os efeitos do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional entre 01/06/2014 a 12/09/2014.

2. As remunerações são fixadas pelo acionista, não tendo sido definidas quaisquer parâmetros relativos ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade;

3. Não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável;

4. Não existindo componente variável de remuneração, consequentemente, não há diferimento da mesma;

5. Não está definido qualquer tipo de prémios a atribuir;

6. Os administradores da Companhia das Lezírias não estão abrangidos por qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da sociedade:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual Auferida		
			Fixa (€)	Variável (€)	Bruto Pago (€)

2012- 2014	Presidente	António Saraiva	76 956 69	--	76 956 69
2012- 2014	Vogal	Diogo Faria	61 565 29	--	61 565 29
2012- 2014	Vogal	João Caldeira	61 565 30	--	61 565 30
Total			200 087 28	--	200 087 28

2. Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da Companhia das Lezírias, pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

3. Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros da empresa ou sob a forma de prémios;

4. Não são devidas nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos;

5. Quanto aos valores atribuídos aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, ver o capítulo IV, ponto D.4;

6. Quanto aos valores atribuídos aos membros da mesa da assembleia geral da sociedade, que reuniu uma vez durante o ano, ver o capítulo IV, ponto A.1.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. As transações efectuadas com partes relacionadas decorrem da actividade normal da sociedade, não gerando conflitos de interesses de qualquer natureza.

Transações com a empresa-mãe: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Actualmente as transações com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista, que no exercício objecto deste relato ascenderam a € 122.000,00.

Não se efectuaram quaisquer transações com a Parpública durante o presente exercício. Apenas foi realizado o pagamento de dívida relativa a prestação de serviços de administração, ocorridos em exercícios anteriores, conforme acordo de pagamento. O valor total pago durante o exercício foi de € 177.441,37, encontrando-se a dívida totalmente liquidada.

Transações com a empresa associada: Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

As transações com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquirimos através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que efetuamos a venda da totalidade da nossa produção de arroz.

Descrição	Períodos	
	2013	2014

Transações		
Cientes e outros devedores	2 063 771	1 845 793
Fornecedores e outros credores	578 003	545 211
Saldos pendentes		
Cientes e outros devedores	833 422	1 225 532
Fornecedores e outros credores		83
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

Os mecanismos implementados para controlo das transações com as partes relacionadas, considerando que as mesmas decorrem da actividade normal, correspondem aos processos correntes aplicados às transações com as restantes entidades com quem nos relacionamos.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços: A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

Assim a CL abre concurso para a aquisição da generalidade das matérias-primas e de prestadores de serviços, procurando obter, um mínimo de três propostas.

A opção normalmente recai na proposta com melhor preço, excepto se houver questões de qualidade de produto ou de fiabilidade do fornecedor.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado: Todas as transações efectuadas pela CL estão de acordo com as normais regras de funcionamento do mercado de concorrência.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos: Não existem quaisquer fornecedores com aquisições relevantes superiores a 1 milhão de euros.

Entidade	Tipo de Serviço
----------	-----------------

Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Agrícolas
António B. Simões & Filhos, Lda.	Agrícolas

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

1. A sustentabilidade futura da CL tem estado sempre subjacente à actividade da CL desenvolvida pelo Conselho de Administração e trabalhadores da empresa.

Como empresa agrícola que é, enfrenta as ameaças e oportunidades inerentes ao sector de actividade em que opera, havendo a realçar as que decorrem do novo regime de ajudas agrícolas a vigorar em 2015, dado o peso que esta receita tem nos resultados operacionais.

Compete ao Conselho de Administração e empregados da CL, melhorar continuamente os seus níveis de eficiência e desenvolvimento, de modo a permitir a ultrapassagem de situações mais adversas, e a melhorar continuamente os resultados da empresa, numa óptica de médio e longo prazo.

Desde sempre, tem a CL pautado a sua actuação por uma grande atenção em relação aos recursos humanos, procurando estimular o mérito e o bem-estar dos colaboradores.

A criação de valor para o accionista, valorizando os activos da CL e procurando melhorias de eficiência nas várias actividades e vertentes está naturalmente subjacente à actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e os colaboradores da empresa.

A estratégia adoptada, ao longo do exercício de 2014, foi devidamente explanada no Relatório do Conselho de Administração, e permitiu que fossem alcançados os resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras, verificando-se a ultrapassagem de várias metas previamente fixadas.

2. A Companhia das Lezírias melhorou em 2014, todos os seus indicadores económico-financeiros, preservando sempre o meio ambiente, a qualidade dos seus produtos e dos seus métodos de produção.

3.

a) A Companhia das Lezírias procura desde sempre pautar a sua actividade pelo respeito devido aos seus trabalhadores, bem como às forças sociais e económicas da região onde se insere.

Mantém igualmente uma grande preocupação no que respeita à qualidade dos seus produtos, procurando ser uma referência no mercado.

b) A Companhia das Lezírias cumpre escrupulosamente todos os normativos legais e administrativos no que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial.

A Companhia das Lezírias adopta permanentemente políticas de protecção ambiental, sendo sobejamente conhecidas estas preocupações.

c) De um total de 106 trabalhadores 31 são mulheres e 75 homens.

No que respeita a admissões e promoções existe uma efectiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

d) Como se sabe, o sector agrícola é um sector em que há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 30% do total), na Companhia. Há muito tempo que está implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.

e) As políticas de recursos humanos definidas pela Companhia das Lezírias, privilegiam o desenvolvimento e o estímulo do trabalhador, procurando valorizá-lo e trata-lo com todo o respeito e integridade.

f) A Companhia das Lezírias procura estar permanentemente na vanguarda, no que respeita à qualidade técnica e tecnológica dos seus processos de produção no sentido da optimização da qualidade dos seus produtos e da redução dos custos.

No presente e no futuro, a Companhia das Lezírias está e estará permanentemente orientada para a maximização do resultado líquido, e para uma elevada remuneração do seu acionista, como aliás a evolução dos resultados bem demonstra.

Como reafirmado inúmeras vezes, a CL faz um esforço diário no sentido de melhorar a qualidade dos seus produtos, melhorar o relacionamento com stakeholders, melhorar os canais de distribuição, de modo a tornar exequível uma subida permanente e sustentável dos seus resultados líquidos.

Este aumento dos resultados conduzirá, obviamente, a um acréscimo sustentado dos dividendos a pagar ao acionista Parpública, SGPS, S.A.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. A CL cumpre com todos os Princípios de Bom Governo.

A respectiva avaliação encontra-se divulgada no capítulo 6 do relatório e contas - Divulgação do Cumprimento das Orientações Legais, ponto 6.14 nas páginas 54 a 58.

2. Não existem informações adicionais além das constantes no presente relatório.



RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, durante o exercício de dois mil e catorze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados, pelo que emitimos um relatório e parecer em 26 de Março de 2015.

Adicionalmente, foi ainda verificado o cumprimento da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSP, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário. Foi-nos apresentada uma versão atualizada deste relatório, incluindo informação adicional em 5 de Junho de 2015

Parecer

Apreciámos o relatório de boas práticas de governo societário preparado pela Administração e datado de 5 de Junho de 2015, sobre o qual emitimos parecer favorável.

Lisboa, 5 de Junho de 2015

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)



11. DEMONSTRACÕES

FINANCEIRAS



BALANÇO

BALANÇO 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2014	31/12/2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	16 598 676	16 934 147
Propriedades de investimento	6	7 361 375	7 639 560
Activos intangíveis	7	695 884	705 392
Activos biológicos	8	2 823 686	2 911 543
Participações financeiras- método da equivalência patrimonial	10	1 957 435	1 776 713
Participações financeiras- outros métodos	11	66 121	66 121
Outros activos financeiros	11	2 696	1 547
Activos por impostos diferidos	15	792 153	990 946
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		30 298 026	31 025 970
Activo corrente			
Inventários	12	1 419 758	1 308 749
Activos biológicos	8	755 775	796 785
Clientes	13	2 193 360	1 455 548
Estado e outros entes públicos	14	578 906	529 400
Accionistas/sócios	13	0	53 844
Outras contas a receber	13	3 907 150	2 664 504
Diferimentos		32 032	44 267
Caixa e depósitos bancários	4	4 141 580	4 927 784
Total do activo corrente		13 028 561	11 780 880
TOTAL DO ACTIVO		43 326 587	42 806 850

Unidade monetária: EURO

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2014	31/12/2013

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	9	5 000 000	5 000 000
Reservas legais		1 520 000	1 520 000
Outras reservas		10 785 601	10 240 601
Resultados transitados		911 977	973 653
Ajustamentos em activos financeiros		366 326	324 251
Excedentes de revalorização		18 852 068	18 852 068
Outras variações no capital próprio		840 759	945 178
Resultado liquido do período		1 025 984	667 946
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		39 302 715	38 523 697
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	2 344 011	2 344 011
Passivos por impostos diferidos	15	277 990	363 197
Total do passivo não corrente		2 622 001	2 707 208
Passivo corrente			
Fornecedores	13	539 780	668 537
Adiantamentos de clientes	13		40 000
Estado e outros entes públicos	14	256 439	69 741
Outras contas a pagar	13	496 332	667 446
Diferimentos		109 320	130 223
Total do passivo corrente		1 401 871	1 575 946
TOTAL DO PASSIVO		4 023 872	4 283 154
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		43 326 587	42 806 850

Unidade monetária: EURO

DEMONSTRAÇÃO

DOS RESULTADOS

POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	18	5 364 791	4 834 989
Subsídios à exploração	8	2 032 127	1 822 860
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	198 067	179 498
Variação nos inventários da produção	12	-1 951 124	-2 069 273
Trabalhos para a própria entidade		66 195	50 842
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2 846 918	-2 940 959
Fornecimentos e serviços externos	19	-3 050 900	-2 764 404
Gastos com o pessoal	20	-2 632 659	-2 167 676
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	-21 066	-10 970
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	21	858	581
Aumentos/reduções de justo valor	22	2 674 748	2 700 242
Outros rendimentos e ganhos	23	2 910 235	2 941 298
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		2 421 679	2 367 988
Juros obtidos		26 116	29 869
Outros rendimentos e ganhos		462 440	543 441
Outros gastos e perdas	24	-281 122	-666 251
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		2 463 232	1 910 776
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-1 178 557	-1 248 815
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		1 284 675	661 961
Juros e gastos similares suportados	26	-321	0
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 284 354	661 961
Imposto sobre o rendimento do período	27	-258 369	5 985
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1 025 984	667 946

Unidade monetária: EURO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31 de Dezembro de 2014

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2014)		5 000 000	1 520 000	10 240 601	973 653	324 251	18 852 068	945 178	667 946	38 523 697
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	545 000	-61 676	42 075	0	-104 419	-545 946	-124 966
Ajustamentos por impostos diferidos					-62 622			62 622		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				545 000	946	42 075		-167 041	-545 946	-124 966
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									1 025 984	1 025 984
RESULTADO INTEGRAL		0	0	545 000	-61 676	42 075	0	-104 419	480 039	901 018
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	0	-122 000	-122 000
Distribuições									-122 000	-122 000
Posição no fim do período (31-12-2014)		5 000 000	1 520 000	10 785 601	911 977	366 326	18 852 068	840 759	1 025 984	39 302 715

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período (01-01-2013)		5 000 000	1 520 000	9 820 601	1 703 837	333 276	18 852 068	978 999	629 764	38 838 545
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0	0	420 000	-730 184	-9 026	0	-33 821	-429 764	-782 794
Ajustamentos por impostos diferidos					-626 455			46 259		-580 196
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				420 000	-103 728	-9 026		-80 080	-429 764	-202 597
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									667 946	667 946
RESULTADO INTEGRAL		0	0	420 000	-730 184	-9 026	0	-33 821	238 182	-114 848
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	0	-200 000	-200 000
Distribuições									-200 000	-200 000
Posição no fim do período (31-12-2013)		5 000 000	1 520 000	10 240 601	973 653	324 251	18 852 068	945 178	667 946	38 523 697

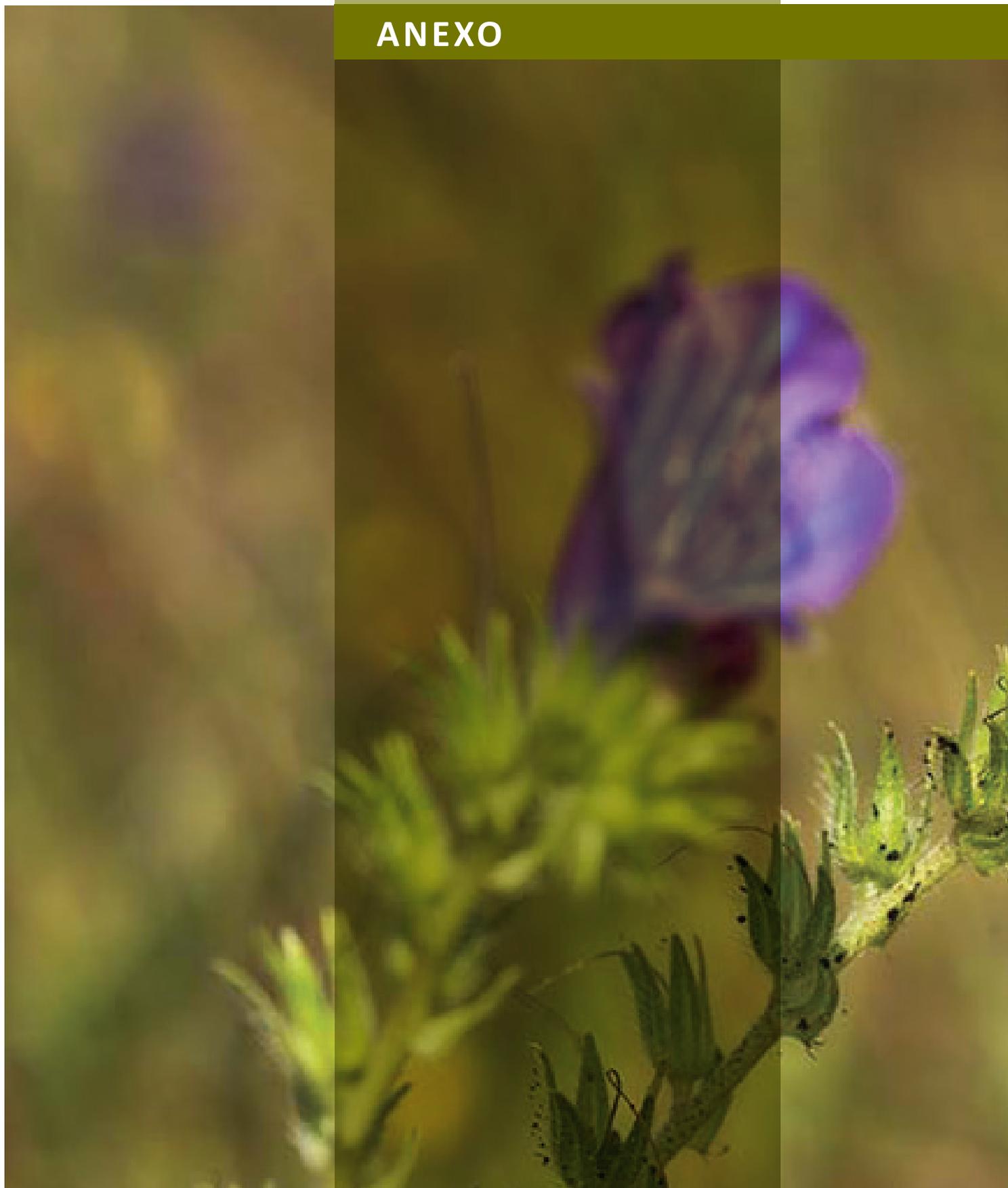
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes		4 855 624	5 337 972
Pagamentos a fornecedores		5 750 314	5 566 606
Pagamentos ao pessoal		2 447 863	2 348 179
Caixa gerada pelas operações		-3 342 553	-2 576 813
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-175 904	-85 934
Outros recebimentos/pagamentos		3 500 595	3 205 852
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-17 862	543 105,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		951 109	1 089 622
Investimentos financeiros		311	5
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		35 912	33 104
Activos intangíveis e Investimentos financeiros		19	
Outros activos		118 516	54 055
Subsídios ao investimento		25 316	496 590
Juros e rendimentos similares		22 527	38 936
Dividendos		113 265	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-635 866	-466 941
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		10 476	7 698
Dividendos		122 000	200 000
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-132 476	-207 698
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		-786 204	-131 533
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4 927 784	5 059 317
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 141 580	4 927 784



ANEXO





1. IDENTIFICAÇÃO

DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

Companhia das Lezírias, S.A.

1.2. SEDE

Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE

As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de Junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de Novembro.

Foi transformada em empresa pública, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de Novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de Maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.

A Companhia das Lezírias tem por objecto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respectivos produtos.

Pode exercer ainda outras actividades relacionadas com o seu objecto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afecto à exploração agrícola, pecuária e florestal e industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objecto social.

1.3.1. Coudelaria de Alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias
A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro.

Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal das raças Lusitanas, Sorraia e Garrano, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

Com o objectivo da prossecução dos fins principais da Fundação transmitidos à Companhia das Lezírias, designadamente no âmbito da preservação do património genético animal, e para esse fim, foi delgado estatuto de serviço público à Companhia das Lezírias.

Consequentemente foram delegados pelo Estado na Companhia das Lezírias os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a actividade estatutariamente já desenvolvida:

- a) A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter -Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação do património genético próprias da DGAV;
- b) A manutenção, a exploração e a preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;
- c) O fomento e o melhoramento dos equinos da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter -Real e da Coudelaria Nacional e a divulgação da produção cavalar destas raças e linhas genéticas;
- d) A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos da raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre...;
- e) O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
- f) A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.

Com a delegação do serviço público foi afecto à Companhia das Lezírias o património mobiliário que estava afecto às respectivas prossecuções atribuídas, bem como foi constituído direito de usufruto e conferido poderes de gestão e exploração sobre alguns imóveis. Findo o usufruto todos os bens reverterem para o Estado, livres de quaisquer ónus ou encargos, não

podendo a Companhia das Lezírias reclamar qualquer indemnização ou invocar o direito de retenção.

A Companhia das Lezírias sucedeu na posição contratual da Fundação Alter Real relativamente aos trabalhadores que desempenhavam funções nas áreas e fins transferidos e que tinham vínculo contratual nos termos do Código do Trabalho.

Alguns trabalhadores com relação jurídica de emprego público, que também desempenhavam funções nas áreas e fins transferidos, foram afectos à Companhia das Lezírias através da assinatura de um acordo de cedência de interesse público.

A acrescentar aos objectivos de melhoria dos resultados operacionais definidos pelo accionista e estratégicos pela tutela sectorial, 2014 foi o primeiro ano completo de gestão da Coudelaria de Alter pela Companhia das Lezírias, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, que delegou e transferiu para a Companhia das Lezírias, um conjunto de atribuições relacionadas com a gestão dos efectivos equinos e dos patrimónios imobiliários daquela Coudelaria.

A integração da Coudelaria de Alter pela CL traduziu-se, apesar das melhorias introduzidas na sua gestão, no apport à Companhia de uma actividade que produz prejuízos de exploração o que, portanto, valoriza ainda mais os resultados obtidos em 2013 e 2014.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

Estrutura conceptual
Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro
Normas contabilísticas e de relato financeiro
Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro
Normas interpretativas 1 e 2
Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro
Modelos de demonstrações financeiras
Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro
Código de contas
Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE TENHAM SIDO DERROGADAS

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2013 apresentados nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os valores do presente exercício.

2.4. APROVAÇÃO DAS CONTAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 24 de Março de 2014. O Conselho de Administração considera que refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Mensuração ao custo

Os activos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um activo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos directos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de activos da Empresa são capitalizados no activo tangível. Esta capitalização é efectuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos dispêndios, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como Equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a actividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.

Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um activo fixo tangível é desreconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do activo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

3.1.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

Mensuração ao custo

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são desreconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

3.1.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Um Activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros

esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a Companhia das Lezírias; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração ao custo

Os activos intangíveis são mensuradas pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta.

Os custos suportados com activos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os activos intangíveis são desreconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

3.1.4. ACTIVOS BIOLÓGICOS E PRODUTOS AGRÍCOLAS

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os activos biológicos são tratados em dois grandes grupos: activos biológicos de produção e activos biológicos consumíveis.

3.1.4.1. Activos Biológicos de Produção

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

Foram reconhecidos como activos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobre e o pinhal, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

Mensuração ao custo

Os activos biológicos de produção que sejam plantas – montado de sobre, pinhal, vinha e olival – foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de activos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação.

Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco claros numa perspectiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de activos biológicos – montado de sobre, pinhal, vinha e olival – é valorizado ao custo

tendo em consideração o disposto na NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações

Os activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobre e pinhal	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

Mensuração ao justo valor

Os activos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

3.1.4.2. Activos Biológicos Consumíveis

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como activos biológicos.

Os activos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 – Inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

3.1.4.3. Subsídios do Governo

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

3.1.5. IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO, ACTIVOS INTANGÍVEIS, E ACTIVOS BIOLÓGICOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas ao custo), dos activos intangíveis e dos activos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objectivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um activo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o activo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse activo.

A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do activo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.

3.1.6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição, proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

- Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;

- Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;

- Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros activos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.

3.1.7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

3.1.7.1. Impostos Correntes

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo tributável dum período de acordo com a matéria colectável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

3.1.7.2. Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de activos e passivos por impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes activos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um activo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.

3.1.8. INVENTÁRIOS

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efectuar a venda.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de activos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17- Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18- Inventários.

3.1.9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

3.1.10. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos

a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.

3.1.11. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a todos os seus colaboradores com 10 ou mais anos de serviço à data de reforma e que fazem parte do seu quadro desde 22 de Setembro de 2000, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

Plano de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da Companhia das Lezírias são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método Projected Unit Credit, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respectivo custo do serviço corrente.

Para o efeito, são usados determinados pressupostos actuariais. Os pressupostos actuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego.

Os pressupostos actuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:

- i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
- ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e

- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:

- i. A taxa de desconto;
- ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.

3.1.12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.1.13. PERIODIZAÇÕES

As transacções e de outros acontecimentos são reconhecidas quando eles ocorram, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças ente os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar e Diferimentos.

3.1.14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo accionista.

3.1.15. LOCAÇÕES

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, de acordo com os critérios estabelecidos na NCRF 9 – Locações.

Locação Financeira

No início do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como activos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os activos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

Locação Operacional

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.

3.1.16. GASTOS E PERDAS E RENDIMENTOS E GANHOS

Os efeitos das transacções são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

3.1.16.1. RÉDITO

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii. A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
- v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços

O rédito associado com uma transacção que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Companhia das Lezírias;
- iii. A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- iv. Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso por outros de activos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
- ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:

- i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- ii. Os royalties são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto accionista, receber o pagamento.

3.1.16.2. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.1.16.3. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

3.1.16.4. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de activos são inicialmente registados no capital próprio, sendo subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos subsidiados.

Os restantes subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios do Governo que se relacionam com activos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.1.4.3.

3.2. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF a Companhia das Lezírias efectuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afectam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

i. Activos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efectua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das

demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva.

3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

3.4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas efectuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em activos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.

4. FLUXOS

DE CAIXA

4.1. COMENTÁRIO DA GERÊNCIA SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efectuada através da utilização do método directo, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e exfluxos efectuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

Unidade monetária: EURO

Descrição	Períodos	
	31/12/2014	31/12/2013

Caixa (1)	114 106	21 637
Depósitos à ordem	1 427 474	1 306 147
Outros depósitos bancários	2 600 000	3 600 000
Total de caixa e depósitos bancários	4 141 580	4 927 784

(1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efectuado no mês de Janeiro de 2015.



5. ACTIVOS

FIXOS TANGÍVEIS

5.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADOS PARA DETERMINAR A QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

5.2. MÉTODOS DE DEPRECIÇÃO USADOS

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

5.3. VIDAS ÚTEIS OU AS TAXAS DE DEPRECIÇÃO USADAS

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

5.4. QUANTIAS BRUTAS ESCRITURADAS, DEPRECIÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos fixos tangíveis no início e no fim do período:

Activos fixos tangíveis									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total

Activo bruto									
Saldo em 31-12-2013	10 613 950	19 448 113	7 158 073	1 132 098	717 289	37 447	632 878	109 446	39 849 294
Adições		46 976	59 175	61 721	13 947	22 500	3 762	462 628	670 711
Revalorizações									0
Abates			1 883	99 890	2 775	8 150	24 121	3 022	139 842
Transferências		497 365	14 000		10 682		6 970	-538 446	-9 430
Saldo em 31-12-2014	10 613 950	19 992 454	7 229 365	1 093 930	739 142	51 797	619 489	30 606	40 370 733
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2013	363 767	14 087 396	6 241 164	1 020 486	602 582	16 622	583 130		22 915 147
Adições	66 230	605 659	179 342	50 779	41 486	6 319	19 149		968 963
Revalorizações									0
Abates			1 648	81 339	1 763	3 181	24 121		112 053
Transferências									0
Saldo em 31-12-2014	429 997	14 693 055	6 418 857	989 926	642 305	19 759	578 158	0	23 772 058

Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	10 183 953	5 299 399	810 507	104 004	96 837	32 038	41 331	30 606	16 598 676

Activos fixos tangíveis									
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total

Activo bruto									
Saldo em 31-12-2012	10 579 185	18 305 938	7 060 273	1 149 681	672 125	39 394	633 047	414 079	38 853 722
Adições		102 543	60 439	115 917	11 032	500	309	779 515	1 070 254
Revalorizações									0
Abates	311			133 500	10 384	2 447	477		147 118
Transferências	35 076	1 039 632	37 361		44 515			-1 084 147	72 437
Saldo em 31-12-2013	10 613 950	19 448 113	7 158 073	1 132 098	717 289	37 447	632 878	109 446	39 849 294
Depreciações acumuladas									
Saldo em 31-12-2012	295 833	13 460 644	6 048 902	1 083 939	565 303	14 394	564 289		22 033 304
Adições	67 934	626 752	192 262	70 047	47 662	4 525	19 318		1 028 500
Revalorizações									0
Abates				133 500	10 384	2 297	477		146 657
Transferências									0
Saldo em 31-12-2013	429 997	14 693 055	6 418 857	989 926	642 305	19 759	578 158	0	23 772 058

Perdas por imparidade acumuladas									
Activo fixo tangível líquido	10 183 953	5 299 399	810 507	104 004	96 837	32 038	41 331	30 606	16 598 676

Unidade monetária: EURO

5.5. EXISTÊNCIA E QUANTIAS DE RESTRIÇÕES DE TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de activos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1. MODELO APLICADO

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.1.2.

6.2. CRITÉRIOS USADOS PARA DISTINGUIR PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DE PROPRIEDADES OCUPADAS PELO DONO E DE PROPRIEDADES DETIDAS PARA VENDA NO CURSO ORDINÁRIO DOS NEGÓCIOS

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

- i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efectuada por terceiros;
- ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objectivo de venda; e
- iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja exploração é efectuada por terceiros.

6.3 QUANTIAS RECONHECIDAS NOS RESULTADOS COM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período.

Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Montantes reconhecidos no período	Períodos	
	2014	2013

Rendimentos no período	2 421 679	2 367 988
Gastos operacionais directos	148 054	191 126

Unidade monetária: EURO

6.4. EXISTÊNCIA E QUANTIAS DE RESTRIÇÕES SOBRE A CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO OU A REMESSA DE RENDIMENTOS E PROVENTOS DE ALIENAÇÃO

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do artigo 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-Geral “Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a vinte por cento do capital social”.

6.5. APLICAÇÃO MODELO DO CUSTO

Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o mesmo critério que indicado para os Activos fixo tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.

Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efectuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor actual dos fluxos monetários libertados.

Períodos	
2014	2014

63 261	63 539
--------	--------

milhares de Euros

Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em Propriedades de investimento no início e no fim do período:

Propriedades de investimento					
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Detidas para venda	Investimentos em curso	Total

Activo bruto					
Saldo em 31-12-2013	7 397 257	156 733	0	185 879	7 739 869
Adições					0
Revalorizações					0
Abates	275 051				275 051
Transferências					0
Saldo em 31-12-2014	7 122 206	156 733	0	185 879	7 464 818
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2013		100 309	0		100 309
Adições		3 135			3 135
Revalorizações					0
Abates					0
Transferências					0
Saldo em 31-12-2014	0	103 444	0	0	103 444

Perdas por imparidade acumuladas					
Propriedades de investimento líquidas	7 122 206	53 289	0	185 879	7 361 375

Propriedades de investimento					
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Detidas para venda	Investimentos em curso	Total

Activo bruto					
Saldo em 31-12-2012	7 520 491	156 733	0	309 354	7 986 579
Adições					0
Revalorizações					0
Abates	88 159			123 475	211 634
Transferências	-35 076				-35 076
Saldo em 31-12-2013	7 397 257	156 733	0	185 879	7 739 869
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2012	35 263	97 174	0		132 438
Adições		3 135			3 135
Revalorizações					0
Abates	35 263				35 263
Transferências					0
Saldo em 31-12-2013	0	100 309	0	0	100 309

Perdas por imparidade acumuladas					
Propriedades de investimento líquidas	7 397 257	56 424	0	185 879	7 639 560

Unidade monetária: EURO



7. ACTIVOS

INTANGÍVEIS

7.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADOS PARA DETERMINAR A QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

Foi reconhecido como Activo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfolá Vacas.

Os Activos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efectuadas por peritos independentes.

7.2. MÉTODOS DE DEPRECIÇÃO USADOS

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

7.3. VIDAS ÚTEIS OU AS TAXAS DE DEPRECIÇÃO USADAS

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos intangíveis	Vida útil estimada
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfolá Vacas	75 anos

7.4. QUANTIAS BRUTAS ESCRITURADAS, DEPRECIÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos intangíveis no início e no fim do período:

Propriedades de investimento					
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Detidas para venda	Investimentos em curso	Total

Activo bruto					
Saldo em 31-12-2013	132 900	582 000			714 900
Adições					0
Revalorizações					0
Abates					0
Transferências					0
Saldo em 31-12-2014	132 900	582 000	0	0	714 900
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2013	1 768	7 741			9 508
Adições	1 768	7 741			9 508
Revalorizações					0
Abates					0
Transferências					0
Saldo em 31-12-2014	3 535	15 481	0	0	19 016

Perdas por imparidade acumuladas					
Activo intangível líquido	129 365	566 519	0	0	695 884

Propriedades de investimento					
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Detidas para venda	Investimentos em curso	Total

Activo bruto					
Saldo em 31-12-2012					0
Adições	132 900	582 000			714 900
Revalorizações					0
Abates					0
Transferências					0
Saldo em 31-12-2013	132 900	582 000	0	0	714 900
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2012					0
Adições	1 768	7 741			9 508
Revalorizações					0
Abates					0
Transferências					0
Saldo em 31-12-2013	1 768	7 741	0	0	9 508

Perdas por imparidade acumuladas					
Activo intangível líquido	131 132	574 259	0	0	705 392

Unidade monetária: EURO

7.5. EXISTÊNCIA DE QUANTIAS DE ESCRITURADAS DE ACTIVOS INTANGÍVEIS CUJA TITULARIDADE ESTÁ RESTRINGIDA E AS QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS INTANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIAS DE PASSIVOS

A titularidade dos activos intangíveis divulgados decorre da forma com a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer activos intangíveis dados como garantias de passivos.

8. AGRICULTURA

8.1. DESCRIÇÃO DE CADA GRUPO DE ACTIVOS BIOLÓGICOS

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como activos biológicos:

i. Plantações:

a. Florestais (compostas essencialmente pelo montado de sobre e pelo pinhal);

b. Vinha;

c. Olival; e

d. Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;

ii. Animais:

a. Bovinos; e

b. Equinos.

São reconhecidos como Activos biológicos consumíveis aqueles que:

i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou

ii. Estejam para ser vendidos como activos biológicos.

8.2. MÉTODOS E PRESSUPOSTOS SIGNIFICATIVOS APLICADOS NA DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR DE CADA UM DOS GRUPOS DO PRODUTO AGRÍCOLA NO PONTO DE COLHEITA E DE CADA UM DOS GRUPOS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS

O justo valor dos Activos biológicos foi determinado a partir

i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;

ii. Do valor de mercado conhecido em transacções recentes;

iii. A partir de referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos disponíveis no IVV e a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE.

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos nas notas 3.1.4.1 e 3.1.4.2.

8.3. ACTIVOS BIOLÓGICOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR NO FIM DO PERÍODO

Quantia de Activos biológicos escriturada no final do período

Activos biológicos ao Justo valor			
Descrição	Não Correntes	Correntes	Total

Animais			
Saldo em 31-12-2013	658 531	796 785	1 455 316
Aumentos de justo valor	92 200	572 170	664 370
Diminuições de justo valor	143 347	613 180	756 527
Saldo em 31-12-2014	607 384	755 775	1 363 159

Activos biológicos ao Justo valor			
Descrição	Não Correntes	Correntes	Total

Animais			
Saldo em 31-12-2012	735 558	849 175	1 584 733
Aumentos de justo valor	82 600	526 410	609 010
Diminuições de justo valor	159 626	578 800	738 426
Saldo em 31-12-2013	658 531	796 785	1 455 316

Unidade monetária: EURO

Inclui as variações de justo valor reconhecidas em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, decorrentes da venda de activos biológicos de produção, para efeitos de apuramento de mais-valias, devido à possibilidade do reinvestimento dos valores de realização.

Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento de colheita

Justo valor no ponto de colheita		
Descrição	Períodos	
	2014	2013

Animais	1 363 159	1 455 316
Plantas	2 758 409	2 743 056
Total	4 121 568	4 198 372

Unidade monetária: EURO

8.4. EXISTÊNCIA E QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS CUJA POSSE SEJA RESTRITA E QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS PENHORADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre de activos biológicos.

8.5. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS RELACIONADOS COM A ACTIVIDADE AGRÍCOLA

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:

- i. Risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
 - ii. Risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
 - iii. Risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.
- O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

Risco de crédito

é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira.

A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

Risco de financiamento

é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

8.6. ACTIVOS BIOLÓGICOS MENSURADOS, NO FIM DO PERÍODO, AO CUSTO MENOS DEPRECIAÇÃO ACUMULADA E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do custo foram descritos na nota 3.1.4.

8.7. RAZÃO POR QUE NÃO PODEM SER FIAVELMENTE MENSURADOS AO JUSTO VALOR

As razões foram divulgadas na nota 3.1.4.

8.8. MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO E VIDAS ÚTEIS USADAS

Os Activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobre e pinhal	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

8.9. QUANTIA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Reconciliação das quantias escrituradas em activos biológicos mensurados ao custo no início e no fim do período:

Activos biológicos ao Custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total

Plantas			
Saldo em 31-12-2013	4 432 882	0	4 432 882
Adições		251 902	251 902
Revalorizações			0
Abates	345 019		345 019
Transferências			0
Saldo em 31-12-2014	4 087 863	251 902	4 339 765
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2013	2 179 871	0	2 179 871
Adições	196 951		196 951
Revalorizações			0
Abates	253 359		253 359
Transferências			0
Saldo em 31-12-2014	2 123 463	0	2 123 463

Perdas por imparidade acumuladas			
Activo fixo tangível líquido	1 964 400	251 902	2 216 302

Activos biológicos ao Custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total

Plantas			
Saldo em 31-12-2012	4 227 131	209 900	4 437 031
Adições		33 212	33 212
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências	205 751	-243 112	-37 361
Saldo em 31-12-2013	4 432 882	0	4 432 882
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2012	1 972 199		1 972 199
Adições	207 672		207 672
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
Saldo em 31-12-2013	2 179 871	0	2 179 871

Perdas por imparidade acumuladas			
Activo fixo tangível líquido	2 253 011	0	2 253 011

Unidade monetária: EURO

8.10. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

RPU

É um regime de apoio aos agricultores, que substituiu os apoios directos anteriormente concedidos ao abrigo de vários regimes, nomeadamente ajuda às culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, lúpulo, extensificação, bovinos machos, abate de bovinos adultos, ovinos e caprinos e prémios complementares, por um único regime de ajuda desligado total ou parcialmente da produção. Em Portugal, genericamente, optou-se por um desligamento total da produção para os mencionados regimes de apoio directo;

Vacas Aleitantes

Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar, de apoio ao sector bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação “carne” ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno;

Produção Integrada

Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosequem um conjunto de específico de práticas agrícolas. Produção integrada é um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável;

Conservação do Solo

Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaías de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaías que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;

Modo de Produção Biológico

Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria

de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural;

Raças Autóctones

Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones.

Subsídios governamentais		
Descrição	Períodos	
	2014	2013
RPU (direitos de superfície directos)	1 263	1 169
Vacas Aleitantes	423	391
Pagamento Complementar Arroz e Milho	35	16
Produção Integrada	80	84
Conservação do Solo	12	12
Modo de Produção Biológico	112	116
Raças Autóctones	13	12
Outros	90	22
Total	4 121 568	4 198 372

Outros subsídios	5	
Total	2 032	1 823

Unidade monetária: EURO

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

8.11. CONDIÇÕES NÃO CUMPRIDAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS LIGADAS AOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais. 8.12 – Diminuições significativas que se esperam no nível de subsídios governamentais

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual da nova PAC (Política Agrícola Comum), Portugal conseguiu no 1.º pilar (Ajudas Diretas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos atuais 186 euros/ha para os cerca de 200 euros/ha até 2020. Ao abrigo das novas regras de convergência, em 2019, nenhum Estado-Membro deverá receber menos de 75% da média europeia e nenhum agricultor receberá menos de 60% da média nacional. A nova PAC prevê também um “mecanismo de travão” para assegurar que as perdas ao nível de cada agricultor não sejam superiores a 30%. O esforço de convergência será suportado pelos agricultores que recebem acima da média.

Com os dados disponíveis, mantendo-se ainda algumas matérias por esclarecer e por regulamentar, apesar das alterações estruturais introduzidas nos regimes de ajudas a vigorar entre 2015-2020, globalmente a Companhia das Lezírias deverá manter o nível de subsídios que tem recebido até ao presente.

Sectorialmente verificamos alguns impactos negativos significativos, com destaque para a ajuda às “vacas aleitantes” em consequência da extinção do regime anterior. Em contraponto é reforçado o montante recebível através da fórmula de cálculo do novo RPB (Regime de Pagamento Base).

RPB - é um novo regime de apoio aos agricultores, instituído pelo Reg. (UE) n.º 1307/2013, que veio substituir o extinto RPU (Regime de Pagamento Único).

O recebimento das ajudas no âmbito do RPB fica condicionado ao cumprimento das regras do Greening.

Greening - é um pagamento destinado a apoiar três práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente de forma a promover a melhoria do desempenho ambiental da nova PAC.

Este pagamento tem por base a obrigatoriedade do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente em toda a superfície elegível da exploração e não apenas na superfície elegível utilizada para ativação de direitos do RPB.

As três práticas abrangidas pelo Greening são:

- i. Diversificação das culturas;



- ii. Manutenção dos prados permanentes;
- iii. Superfície de interesse ecológico.

A “diversificação de culturas” visa a melhoria do desempenho ambiental através da melhoria da qualidade dos solos pela prática de rotação de culturas na mesma terra arável.

A “manutenção de prados permanentes” é uma prática que tem como objetivo o benefício ambiental positivo que estas superfícies representam em particular na fixação do carbono.

“Prados permanentes” (prados permanentes e pastagens permanentes) são as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas naturais (espontâneas) ou cultivadas (semeadas) que não tenham sido incluídas no sistema de rotação da exploração por um período igual ou superior a cinco anos; pode incluir outras espécies, tais como arbustos e/ou árvores, suscetíveis de servir de pasto desde que a erva e outras forrageiras herbáceas se mantenham predominantes, bem como, caso os Estados-Membros assim decidam, terras suscetíveis de servir de pasto e que fazem parte das práticas locais estabelecidas quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem tradicionalmente nas zonas de pastagem.

As “superfícies de interesse ecológico” têm como principal objetivo salvaguardar e melhorar a biodiversidade nas terras aráveis das explorações agrícolas.

9. PARTES

RELACIONADAS

9.1. RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE

PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade.

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada.

Sede da empresa-mãe

Avenida Defensores de Chaves, em Lisboa

Transacções com a empresa-mãe

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo accionista.

- Transacções e saldos pendentes

Descrição	Períodos	
	2014	2013
Transacções		
Clientes e outros devedores		
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Activos		
Passivos		177441
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

Unidade monetária: EURO

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquire-se através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura - sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que é efectuada a venda da totalidade da produção de arroz.

- Transacções e saldos pendentes

Descrição	Períodos	
	2014	2013
Transacções		
Clientes e outros devedores	2 063 771	1 845 793
Fornecedores e outros credores	578 003	545 211
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores	833 422	1 225 532
Fornecedores e outros credores		83
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

Unidade monetária: EURO

9.2. RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS ASSOCIADAS

9.2.1. ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 27,1217%.

Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

Transacções com a empresa associada

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

9.2.2. CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

Sede da empresa associada

Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

Transacções com a empresa associada

- Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Não existem transacções com esta associada dado não ter iniciado a sua actividade operacional.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA

PATRIMONIAL

Investimentos em associadas

Descrição	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2014	1 239 886	1 956 435	198 067	42 075	59 420
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			

Descrição	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2013	1 239 886	1 775 713	179 481	-9 026	53 844
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1 000	1 000			

Unidade monetária: EURO

11. OUTROS

INVESTIMENTOS

Participações financeiras - outros métodos

Empresa	2014				2014			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499		499		499	17
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5		5		5		5	
Coop. Agrícola Polivalente do Porto Alto	125		125		125		125	
Lusitanus, S.A.	4 988		4 988		4 988		4 988	
Pec-Tejo, S.A.	700 343	640 343	60 000		700 343	640 343	60 000	
Animaforum	500		500		500		500	
Cerealplus	5		5		5		5	
Total	706 464	640 343	66 121	0	706 464	640 343	66 121	17

Unidade monetária: EURO

A Pec-Tejo, S.A. encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à empresa no âmbito da partilha.

Outros activos financeiros

As obrigações do tesouro encontram-se a caucionar um sinistrado de acidentes de trabalho, cujo sinistro ocorreu em 07/12/1958, antes da existência de seguro de acidentes de trabalho, cujo processo se encontra à guarda do Tribunal de Trabalho de Tomar.

Descrição	2014			2013		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Obrigações - Consolidado 3% 1942	2 397		2 397	2 397	858	1 539
Fundo de Compensação do Trabalho	299		299	7		7
Total	2 696	0	2 696	2 405	858	1 547

Unidade monetária: EURO

12. INVENTÁRIOS

As políticas contabilísticas adoptadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio usada, encontram-se descritas na nota 3.1.8.

Quantia escriturada de inventários

Rubricas	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	980 064		980 064	890 192		890 192
Produtos acabados e intermédios	306 881		306 881	249 106		249 106
Produtos e Trabalhos em Curso	132 813		132 813	169 450		169 450
Total	1 419 758	0	1 419 758	1 308 749	0	1 308 749

Unidade monetária: EURO

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2013	890 192	249 106	169 450
Compras	2 193 819		
Regularizações	742 971	-1 972 261	
Saldo em 31-12-2014	980 064	306 881	132 813
Gastos no período	2 846 918	-1 914 487	-36 637

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2012	904 369	285 687	238 374
Compras	2 217 616		
Regularizações	709 167	-1 963 769	
Saldo em 31-12-2013	890 192	249 106	169 450
Gastos no período	2 940 959	-2 000 349	-68 924

Unidade monetária: EURO

Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.

13. INSTRUMENTOS

FINANCEIROS

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.1.9, 3.1.12 e 8.5.

13.1. Activos financeiros

O detalhe dos activos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Activos financeiros						
Clientes	2 792 474	599 113	2 193 360	2 052 505	596 957	1 455 548
Accionistas e sócios	18 824	18 824	0	72 053	18 209	53 844
Outras contas a receber	3 974 611	67 461	3 907 150	2 713 669	49 166	2 664 504
Total de activos financeiros	6 785 908	685 398	6 100 510	4 838 228	664 332	4 173 896
Passivos financeiros						
Fornecedores	539 780		539 780	668 537		668 537
Adiantamentos de clientes	0		0	40 000		40 000
Outras contas a pagar	496 332		496 332	667 446		667 446
Total de passivos financeiros	1 036 112	0	1 036 112	1 375 982	0	1 375 982

Unidade monetária: EURO

A rubrica “Outras contas a receber” registou um incremento significativo no presente exercício. Inclui 2.509.130,06 Euros correspondentes aos pagamentos efectuados pela Companhia das Lezírias, em nome e por conta da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência do processo de liquidação da Fundação Alter Real (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro). Tal resultou das instruções emanadas pelo Acionista e pela Tutela em cumprimento das orientações proferidas através do Despacho n.º 938/14-SET, de 26 de Maio, de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

13.2. Activos dados em garantia ou penhor

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22.371,07 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da acção emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira, destinado a garantir o pagamento das pensões futuras devidas.

13.3. Compromissos financeiros que não figuram no balanço

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projecto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, actualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Actualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 9.875,36 euros, a serem pagos em 16 anuidades de 617,21 euros.

A Companhia das Lezírias efectuou um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) relativamente ao período de Julho de 2013 no valor de 201.509,95 Euros, tendo este valor sido creditado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 08/01/2014. Na sequência do pedido de reembolso, a AT efectuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013, cujo relatório, datado de 13 de Maio de 2014, recebido em 21 de Maio, conclui genericamente pela dedutibilidade do IVA mas, simultaneamente, também pela existência de IVA por liquidar no montante de 686.825,71 Euros, (respectivamente 304.906,72 Euros + 381.918,99 Euros), pela dedução indevida de 18.800,87 (respectivamente 6.963,84 Euros + 11.837,03 Euros) e ainda pela dedução indevida de imposto, sobre uma nota de crédito emitida a cliente em Dezembro de 2013, no valor de 2.760,00 Euros. Ou seja, o relatório considerou um total de imposto em falta no montante de 708.386,58 Euros. A Companhia das Lezírias na sequência da recepção das respetivas notas de liquidação apresentou os correspondentes meios de defesa.

Relativamente ao IVA por liquidar alegou a AT “Falta e Liquidação de IVA em Locações de Bens Imóveis”, com o fundamento de que “no que se refere à locação de imóveis, da análise efectuada aos contratos de arrendamento celebrados entre a CL e diversas entidades, nos períodos de 2012 e 2013, conclui-se que, alguns desses contratos de arrendamento rural, nomeadamente os referentes aos prédios sitos na zona da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, tratam-se de locações temporárias de cedência de exploração a título oneroso, operações não enquadráveis no n.º 29, do art.º 9 do Código do IVA, mas sim prestações de serviços sujeitas a IVA, de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Código de IVA, conjugada com o n.º 1 do artigo 4.º...”.

A Companhia das Lezírias não pode concordar, e não concorda, com a interpretação e conclusões da AT, decorrentes de uma deficiente percepção, apreensão e qualificação jurídica dos factos em causa e do direito aplicável. Não são efectivamente prestados quaisquer serviços a estes arrendatários, limitando-se o relacionamento contratual ao arrendamento das terras, pelo que sobre o valor da renda agrícola cobrada pela Companhia das Lezírias não deverá incidir IVA, nos termos do n.º 29 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Os sistemas e infraestruturas de rega existentes nas Lezírias Norte e Sul são propriedade do Estado, isto é propriedade pública, geridos pela Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira ao abrigo de contrato de concessão. Não são propriedade da CL.

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Descrição	31/12/2014	
	Corrente	Corrente

Activo		
Imposto sobre o rendimento	316 423	276 385
Imposto sobre o valor acrescentado	262 482	253 015
Total	578 906	529 400

Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado	177 906	
Contribuições para a Segurança Social	45 800	45 298
Outros	32 734	24 443
Total	256 439	69 741

Unidade monetária: EURO

A CL limita-se, a pedido da Associação, a fazer a cobrança aos seus rendeiros dos montantes resultantes da prestação de serviços exclusivamente prestados pela Associação, entregando a essa mesma Associação, os valores facturados em termos de taxas de exploração e conservação.

Quanto à dedução indevida de IVA, a AT fundamentou tal entendimento relativamente à dedução do imposto efectuado em aquisições relacionados com “viaturas ligeiras de mercadorias” entre 1 de Janeiro de 2012 e 15 de Outubro de 2013. Considerou que tais operações “estão excluídas do direito à dedução de IVA, uma vez que as características desses bens, os torna não essenciais à actividade produtiva ou facilmente utilizados em consumos particulares”, por aplicação do esclarecimento prestado através do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

Também nesta matéria não pode a Companhia das Lezírias concordar com a interpretação e conclusões da AT pois as referidas despesas facturadas encontram-se diretamente relacionadas com o exercício da atividade sujeita a imposto, não se encontrando abrangidas por nenhuma das exclusões previstas no artigo 21.º do CIVA.

Por outro lado considera que se encontra vedada a aplicação desta interpretação, constante no Ofício Circulado de 16 de Outubro de 2013, aos períodos tributários de 2012 e 2013, por força dos princípios gerais de segurança jurídica e de proibição de retroatividade da lei fiscal.

Em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, a Companhia das Lezírias optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 858.689,32 Euros à Autoridade Tributária em Outubro de 2014 (ver nota 28).

Através do despacho sobre a reclamação graciosa apresentada, a AT indeferiu parcialmente o pedido, dando razão à Companhia das Lezírias relativamente à reclamação sobre a dedução do imposto na nota de crédito, encontrando-se anuladas as respectivas liquidações, mantendo o entendimento quanto às outras duas matérias. Mantém-se assim em litígio o montante de 705.626,58 Euros.

Em consequência a Companhia das Lezírias apresentou em Fevereiro de 2015 um processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA feitas pela AT junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e não constituiu qualquer provisão para este efeito, uma vez que não considera procedentes essas liquidações adicionais, não esperando quaisquer impactos patrimoniais significativos do desfecho deste processo.



15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Activos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Activos por impostos diferidos	31/12/2012	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2012 (n-1)	Reexpressões
			Alteração taxa	Período		

Transição SNC	14 883		-1 123	-6 880	6 880	
Imparidade de créditos	8 066		-115	-609	7 342	
Responsabilidade complementos de reforma	717 472		-54 149	-89 040	574 283	
Imparidade de investimentos financeiros	170 072		-12 836	-142	157 094	
Investimentos	677 612	-580 196	-7 352	17 470	107 534	
Subsídios ao investimento	2 049		-155		1 894	
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0			135 919	135 919	
Total	1 590 154	-580 196	-75 730	56 718	990 946	0

Passivos por impostos diferidos	31/12/2012	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2012 (n-1)	Reexpressões
---------------------------------	------------	---	--------------------------------------	--	------------------	--------------

Reinvestimento dos valores de realização	92 419		-6 975	-28 960	56 483	
Subsídios ao investimento	352 972		-26 639	-19 619	306 713	
Total	445 391	0	-33 614	-48 580	363 197	0

Unidade monetária: EURO

Activos por impostos diferidos	31/12/2013	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados		31/12/2014
			Alteração taxa	Período	

Transição SNC	6 880			-6 880	0
Imparidade de créditos	7 342		-599	0	6 742
Responsabilidade complementos de reforma	574 283		-46 880		527 402
Imparidade de investimentos financeiros	157 094		-12 824	-193	144 077
Investimentos	107 534		-8 778	13 436	112 191
Subsídios ao investimento	1 894		-155		1 740
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	135 919			-135 919	0
Total	990 946	0	-69 237	-129 557	792 153

Passivos por impostos diferidos	31/12/2013	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados		31/12/2014
			Alteração taxa	Período	

Reinvestimento dos valores de realização	56 483		-4 611	-17 974	33 899
Subsídios ao investimento	306 713		-25 038	-37 584	244 091
Total	363 197	0	-29 649	-55 558	277 990

Unidade monetária: EURO

Relativamente a alterações de taxas ver nota 27.

16. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28- Benefícios dos empregados.



Benefícios pós-emprego	31/12/2014	31/12/2013
------------------------	------------	------------

Responsabilidades no início do período	2 344 011	2 707 440
Custo de juros		179 174
Ganhos e perdas actuariais		-345 412
Benefícios pagos		-197 190
Responsabilidades no fim do período	2 344 011	2 344 011

Unidade monetária: EURO

No presente exercício o Conselho de Administração entendeu não proceder à realização do estudo actuarial destinado a quantificar o valor das responsabilidades à data de balanço, por considerar que não se verificavam alterações materiais que o justificassem.

Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efectuado, reportado a 31 de Dezembro de 2013:

Tábua de mortalidade

TV 88/90

Tábua de invalidez

EVK 80 (50%)

Taxa de desconto

3,75%

TAXA DE CRESCIMENTO

Salários

0,00%

Diuturnidades

0,00%

Pensões

0,00%

Taxa de revalorização dos salários SS

0,00%

Taxa de inflação

1,00%

17. LOCAÇÕES

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de renting, tendo registado como gasto no período de 11.317,97 Euros.

18. RÉDITO

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.1.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

Benefícios pós-emprego	31/12/2014	31/12/2013
------------------------	------------	------------

Vendas	5 088 788	4 616 547
Produtos agrícolas	1 802 449	1 797 200
Vinhos e derivados	1 116 743	1 063 129
Produtos florestais	1 173 254	864 167
Activos biológicos	996 342	892 051

Prestações de serviços	276 004	218 442
Caça	71 295	74 464
Agro-turismo	193 830	122 287
Outros	10 879	21 692
Total	5 364 791	4 834 989

Unidade monetária: EURO

19. FORNECIMENTOS E

SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
----------	------------	------------

Subcontratos	996 945	945 412
Serviços especializados	1 245 396	1 036 934
Trabalhos especializados	332 661	290 088
Conservação e reparação	530 309	451 574
Outros	382 426	295 272
Energia e fluidos	261 899	275 261
Serviços diversos	386 710	345 025
Outros	159 950	161 772
Total	3 050 900	2 764 004

Unidade monetária: EURO

20. GASTOS

COM O PESSOAL

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Órgãos sociais		
Remunerações	201 163	191 636
Encargos	52 762	50 454
Pessoal		
Remunerações	1 740 269	1 659 803
Encargos	386 087	371 218
Benefícios pós-emprego	0	-363 429
Pensões de reforma e sobrevivência	190 914	200 022
Outros gastos	61 464	57 973
Total	2 632 659	2 167 676

Unidade monetária: EURO

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício de 2014 foi de 111.

No exercício de 2013 foi de 101.

De sublinhar que o aumento registado foi devido à integração, em Agosto de 2013, de pessoal na extinta Fundação Alter Real.

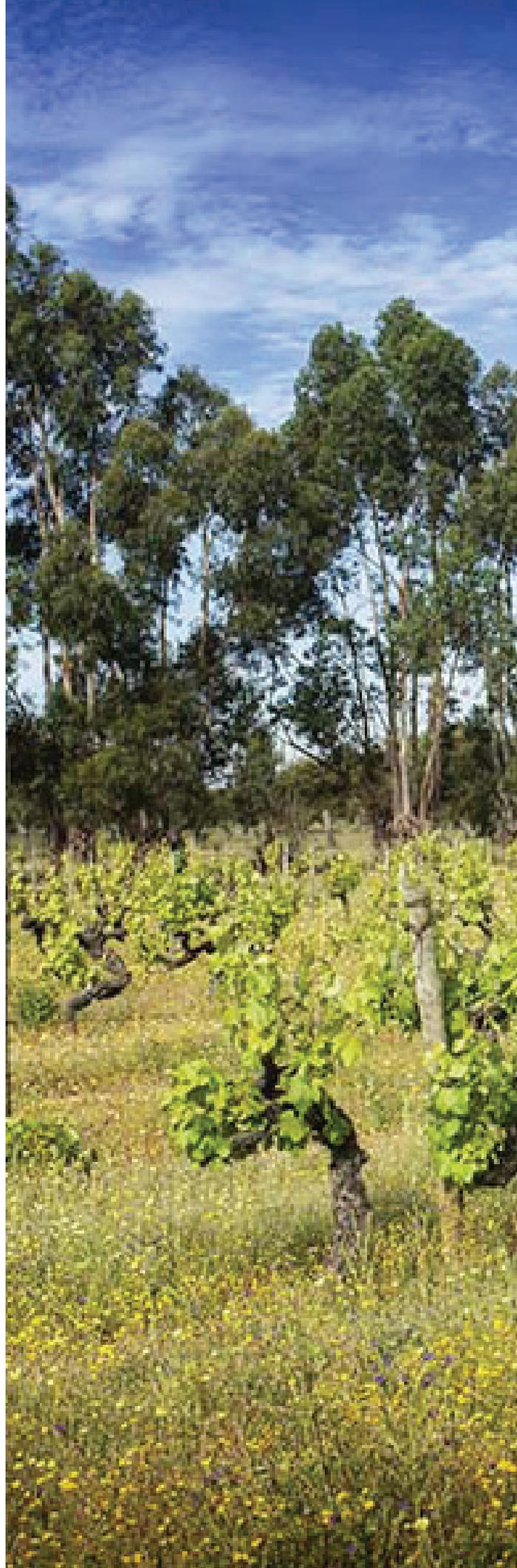
Caso tal não tivesse ocorrido, o número médio de pessoas em 2014 seria de 94 e em 2013 de 95.

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

Órgão Social	31/12/2014	31/12/2013
Mesa da Assembleia-geral	830	302
Conselho de Administração	253 095	241 788
Revisor Oficial de Contas	13 800	13 800

Unidade monetária: EURO

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 16.



21. IMPARIDADE

DE ACTIVOS

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Imparidade de dividas a receber	31/12/2012	Reconhecidas nos resultados durante o período		31/12/2013	Reconhecidas nos resultados durante o período		31/12/2014
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Clientes	595 642	1 363	48	596 957	3 205	1 049	599 113
Accionistas/sócios	18 209			18 209	615		18 824
Outras contas a receber	39 511	11 149	1 495	49 166	21 851	3 556	67 461
Total	653 362	12 513	1 543	664 332	25 671	4 605	685 398

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31/12/2012	Reconhecidas nos resultados durante o período		31/12/2013	Reconhecidas nos resultados durante o período		31/12/2014
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Participações financeiras- outros métodos	640 343			640 343			640 343
Outros activos financeiros	1 439		581	858		858	0
Total	641 781	0	581	641 201	0	858	640 343

Unidade monetária: EURO

22. AUMENTOS/REDUÇÕES

DE JUSTO VALOR

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Aumentos/reduções de justo valor	31/12/2014	31/12/2013
----------------------------------	------------	------------

Ganhos por aumentos de justo valor		
Activos biológicos consumíveis	3 299 829	3 269 466
Activos biológicos de produção	86 200	82 600
Total	3 386 029	3 352 066

Perdas por reduções de justo valor		
Activos biológicos consumíveis	613 180	547 800
Activos biológicos de produção	98 101	104 023
Total	711 281	651 823

Unidade monetária: EURO

A determinação do justo valor foi efectuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.

23. OUTROS RENDIMENTOS

E GANHOS

Os “Outros rendimentos e ganhos” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos suplementares	153 874	208 561
Ganhos em inventários	13 809	85 657
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	2 421 679	2 367 988
Imputação de subsídios para investimentos	157 124	172 994
Juros obtidos	26 116	29 869
Outros rendimentos e ganhos	137 633	76 230
Total	2 910 235,41	2 941 297,92

Unidade monetária: EURO

24. OUTROS GASTOS

E PERDAS

Os “Outros gastos e perdas” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Outros gastos e perdas	31/12/2014	31/12/2013
Impostos	57 439	31 812
Perdas em inventários	50 057	148 322
Outros	173 626	486 117
Total	281 122	666 251

Unidade monetária: EURO

25. GASTOS/REVERSÕES DE

DEPRECIAÇÕES E DE

AMORTIZAÇÕES

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2014	31/12/2013
Propriedades de investimento (mensuradas ao custo)		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 135	3 135
Total	3 135	3 135

Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	66 230	67 934
Edifícios e outras construções	605 659	626 752
Equipamento básico	179 342	192 262
Equipamento de transporte	50 779	70 047
Equipamento administrativo	41 486	47 662
Equipamentos biológicos	6 319	4 525
Outros activos fixos tangíveis	19 149	19 318
Total	968 963	1 028 500

Activos intangíveis		
Usufruto FAR DL 109/2013	9 508	9 508
Total	9 508	9 508

Activos biológicos (mensurados ao custo)		
Plantações	196 951	207 672
Total	196 951	207 672

TOTAL	1 178 557	1 248 815
--------------	------------------	------------------

Unidade monetária: EURO

26. JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” e “Gastos e perdas de financiamento” reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31/12/2014	31/12/2013
--	------------	------------

Juros obtidos		
Total	0	0

Gastos e perdas de financiamento	31/12/2014	31/12/2013
----------------------------------	------------	------------

Juros suportados	321	
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Total	321	0

Unidade monetária: EURO

A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.1.16.3.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia das Lezírias encontra-se sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O valor do imposto corrente do exercício de 2014 é calculado à taxa anual 23%, acrescida de Derrama.

A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 24,5%.

O cálculo do imposto diferido do exercício de 2013 foi apurado com base na taxa de 24,5%.

O cálculo do imposto diferido do exercício de 2014, com a publicação da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano 2015, que alterou taxa anual de 23% para 21%, mantendo a taxa de Derrama, foi apurado com base na taxa de 22,5%.

A parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000 de Euros fica sujeito à Derrama Estadual de 3,0%.

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31/12/2014	31/12/2013
--	------------	------------

Resultado antes de impostos	1 284 354	661 961
Imposto sobre o rendimento do período	240 025	49 344
Derrama	15 654	2 961
Tributações autónomas	44 885	39 434
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	-155 780	-34 541

Imposto corrente	144 783	57 198
Imposto diferido	113 586	-63 183
Imposto efectivo sobre o rendimento	258 369	-5 985

Taxa efectiva de imposto	20,1%	-0,9%
---------------------------------	--------------	--------------

Unidade monetária: EURO

28. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia (1) bancária no valor de 2.493,99 Euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantias (2) bancárias no valor de 45.000,00 Euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gásóleo;
- Garantia (1) bancária no valor de 858.689,32 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA (ver nota 14).

O TÉCNICO OFICIAL

DE CONTAS



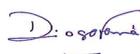
Rui Manique de Brito

O CONSELHO DE

ADMINISTRAÇÃO



António Miguel Semedo Pimentel Saraiva
(Presidente)



Diogo Supico de Faria e Silva
(Vogal)



João Carlos Caldeira Gonçalves
(Vogal)

Samora Correia, 24 de Março de 2014

CERTIFICAÇÃO LEGAL

DAS CONTAS



RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 43.326.587 euros e um total de capital próprio de 39.302.715 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.025.984 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 26 de Março de 2015

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)

RELATÓRIO E PARECER DO

FISCAL ÚNICO



RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, durante o exercício de dois mil e catorze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, e os efeitos do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional para o período compreendido entre 1 de Junho e 12 de Setembro de 2014. Foi ainda verificado o cumprimento da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSP, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida. Apreciámos ainda o relatório do governo societário.

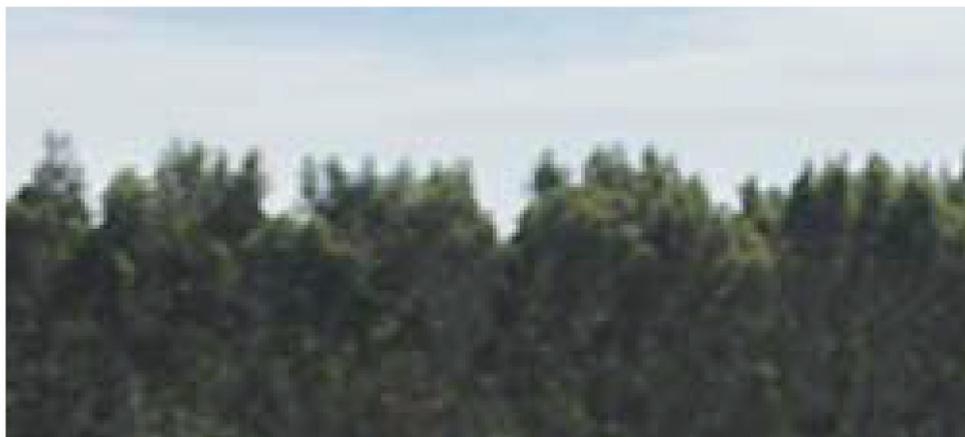
Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2014, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, Lda
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)



COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.

Largo 25 de Abril, n.º 17 | 2135-318 Samora Correia
Tel.: 00 351 263 650 600 | Fax: 00 351 263 650 619
E-mail: lezirias@cl.pt | www.cl.pt





Companhia das Lezírias, S.A.

**Relatório
de
Governo
Societário**

2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2014



Índice

I. Missão, Objectivos e Políticas	3
II. Estrutura de capital	5
III. Participações Sociais e Obrigações detidas	5
IV. Órgãos Sociais e Comissões	6
A. Mesa da Assembleia Geral	6
B. Administração e Supervisão	6
C. Fiscalização	10
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	10
E. Auditor Externo	11
V. Organização Interna	12
A. Estatutos e Comunicações	12
B. Controlo interno e gestão de riscos	12
C. Regulamentos e Códigos	14
D. Deveres especiais de informação	14
E. Sítio da Internet	15
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	15
VI. Remunerações	16
A. Competência para a determinação	16
B. Comissão de Fixação de Remunerações	16
C. Estrutura das Remunerações	17
D. Divulgação das Remunerações	17
VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras	18
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	20
IX. Avaliação do Governo Societário	21



Relatório de Governo Societário

I. Missão, Objectivos e Políticas

1. A Companhia das Lezírias (CL) na sua qualidade de maior empresa agrícola portuguesa tem como missão fundamental a gestão rentável e eficiente do seu património agrícola e ambiental, no respeito pela biodiversidade e pelos valores do ambiente.
2. Temos, portanto, como objectivos principais, a criação sustentada de valor para todos os *stakeholders* envolvidos, bem como a manutenção e desenvolvimento de uma área de preservação ambiental de grande relevância no contexto nacional.

Foi estabelecido pelo actual Conselho de Administração como objectivo para o triénio 2012/2014 uma subida sustentada do resultado líquido sempre tendo em atenção a valorização e preservação do meio ambiente. Conforme se poderá constatar pela leitura do relatório do Conselho de Administração, tal desiderato está a ser atingido. Efectivamente os resultados líquidos tiveram a seguintes evolução:

2012	2013	2014
629.764 €	667.946 €	1.025.984 €

A acrescentar aos objectivos de melhoria dos resultados operacionais definidos pelo accionista e estratégicos pela tutela sectorial, 2014 foi o primeiro ano completo de gestão da Coudelaria de Alter pela Companhia das Lezírias, no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, que delegou e transferiu para a Companhia das Lezírias, um conjunto de atribuições relacionadas com a gestão dos efectivos equinos e dos patrimónios imobiliários daquela Coudelaria.

A integração da Coudelaria de Alter pela CL traduziu-se, apesar das melhorias introduzidas na sua gestão, no *apport* à Companhia de uma actividade que produz prejuízos de exploração o que, portanto, valoriza ainda mais os resultados obtidos em 2013 e 2014.

Coudelaria de Alter	2013	2014
Resultados antes de impostos	-244.970 €	-448.913 €



No que respeita ao grau de cumprimento dos objectivos de gestão definidos pelo acionista, apresentamos quadro resumo dos mesmos, também plasmado no Relatório do Conselho de Administração.

Objetivos	Fonte / Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Observações
Racionalização e redução de Custos	(FSE + Gastos com Pessoal ^(a)) / Volume de Negócios	Valor ano n < valor ano n-1	-3,0%	Cumprido
Endividamento	Dívida anual a Fornecedores	< 15% Volume de Negócios	10,1%	Cumprido
Potenciar níveis de Produtividade	EBIT / N ^o total de Trabalhadores	Valor ano n > valor ano n-1	+95,9%	Cumprido
Remuneração do capital acionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Valor ano n > valor ano n-1	+50,6%	Cumprido
Receitas das Actividades do Agroturismo	Turismo + EVOA + Cinegética ^(b)	Valor ano 2014 > 400.000 €	256.582	Não Cumprido
Receita da Venda de Vinhos e Derivados	Vendas de Vinhos e Derivados / Vendas Totais	Valor ano n > valor ano n-1	-4,7%	Não Cumprido

(a) Para efeitos de comparabilidade, no ano 2013 foi deduzido o efeito da variação com responsabilidades com complementos de reformas.

(b) Inclui visitação, alojamento, atividades equestres, colaboração com as escolas e atividade cinegética.

- No que respeita aos factores chave de que dependem os resultados da empresa, matéria que foi pormenorizadamente explanada em sede de Relatório do Conselho de Administração, poderíamos salientar os seguintes:
 - Evolução dos preços dos produtos produzidos pela empresa e dos serviços prestados;
 - Aumento das produtividades por hectare das produções agrícolas;
 - Boa negociação com os fornecedores de matérias-primas e de serviços;
 - Contenção dos custos fixos, designadamente pessoal;
 - Capacidade de promover uma subida sustentada das rendas por hectare junto dos nossos rendeiros;
 - Optimização da capacidade de majoração dos subsídios a receber do IFAP e do PDR2020.
- Além do crescimento dos resultados líquidos já referido, gostaríamos de salientar a excelente imagem de que goza a Companhia das Lezírias, no que respeita à qualidade dos seus produtos e dos serviços que presta e ao cumprimento rigoroso das suas obrigações com os fornecedores e demais *players*, designadamente no que respeita a prazos de pagamento. Podemos afirmar com toda a segurança que a CL é sinónimo de qualidade, fiabilidade e honorabilidade, sendo pois uma empresa de referência no Sector Empresarial do Estado.

No que respeita ao serviço público a prestar pela empresa, tal facto prende-se com a preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional.



II. Estrutura de capital

1. O capital social da Companhia das Lezírias é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.
É detido na sua totalidade (100%) pela **Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.**
2. De acordo com o artigo 4.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, o capital social é representado por acções do tipo A e do tipo B, sendo todas obrigatoriamente nominativas. As acções do tipo A só podem ser detidas pelo Estado, por pessoas colectivas de direito público ou por outras entidades que, por imposição legal, devem pertencer ao sector público. O capital social deve ser detido por estas entidades em cinquenta e um por cento. As acções do tipo B serão nominativas ou ao portador em regime de registo, podendo ser detidas por entidades públicas ou privadas.
3. Dada a natureza de acionista único da Companhia das Lezírias, não existem acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. À data de 31 de Dezembro de 2014 a Companhia da Lezírias era titular das seguintes participações qualificadas noutras entidades;

Denominação Social	Capital Social	
	Valor	% Detida
ORIVÁRZEA - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	2.500.000,00	27,12%
CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.	5.000,00	20,00%

2. A Companhia das Lezírias não procedeu à aquisição nem à alienação de quaisquer participações sociais, bem como não procedeu à participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
3. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detêm acções ou obrigações da empresa;
4. Não existem relações de natureza comercial entre o acionista único e a sociedade. Existe apenas a relação acionista.
Ver mais informação no capítulo VII.



IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

- Os membros da Mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.

O presidente da mesa, Armando José Cordeiro Sevinate Pinto, foi nomeado para completar o mandato 2012 a 2014 na assembleia realizada no dia 12/04/2013.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruta (€)
2012 - 2014	Presidente	Armando Sevinate Pinto	500,00	500,00
2012 - 2014	Secretário	Sara Pereira	330,00	330,00

- A Companhia das Lezírias tem como único acionista a Parpública, SGPS, S.A., sendo por definição todas as decisões tomadas por maioria qualificada.
De salientar que os estatutos são omissos no que respeita a maiorias qualificadas, donde se remete para o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

B. Administração e Supervisão

- A Companhia das Lezírias tem como modelo de governo societário um Conselho de Administração;
- Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los;
- O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012 - 2014	Presidente	António Saraiva	Administrador	1	
2012 - 2014	Vogal	Diogo Faria	Administrador	1	
2012 - 2014	Vogal	João Caldeira	Administrador	1	



4. Todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas, a tempo integral;
5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Presidente: Eng. António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Licenciado em Agronomia, na especialidade de agropecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, UTL – Lisboa; Graduiu-se em Excelência da Marketing e Vendas pelo INSEAD (Fontainebleu), em França; completou o Agribusiness Seminar pela Harvard Business School (Boston), nos EUA; fez diversas formações em liderança das quais se destaca a conclusão do Leadership Development Program pelo Centre for Creative Leadership (Greensboro), dos EUA; formou-se em Product Management pela Bradford University (Bradford), no Reino Unido.

Foi responsável de Supply Chain na Syngenta Iberia em Madrid (desde 2008). Foi Director Geral da Syngenta C.P., Lda. em Portugal entre 2000 e 2008. Teve uma carreira de Marketing e Vendas na Zeneca Agro em Portugal e Espanha nas áreas da Gestão de Produto, Direção de Vendas, Direção de Marketing (Madrid) e Direção Comercial.

Foi Presidente da Direção da Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas (ANIPLA) entre 2001 e 2009. Foi Presidente da Direção e fundador do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos em Agricultura (SIGERU) de 2004 a 2009, que gere os resíduos de embalagens vazias de fitofármacos (VALORFITO). Foi membro da Direção do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB).

Vogal: Dr. Diogo Supico de Faria e Silva

Licenciado em Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa – 1970/1975

Fez diversas formações complementares em direcção geral, marketing, direcção financeira, fiscalidade, análise de projectos de investimento, análise de mercados financeiros e de capitais e em modelos de avaliação de empresas.

Carreira Profissional:

1976/1984 – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Técnico da Direcção de Acções Colectivas

1984/1985 – Crédit Lyonnais Portugal, Adjunto da Direcção Comercial

1985/1986 – Engil Imobiliária, Lda., Director Financeiro e Administrativo

1986 – Grupo IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, Responsável pelo acompanhamento e controle de várias empresas do Grupo.

1989/1990 – Soginpar – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA., Director Geral

1990/1995 – Sulpedip, SA, actual PME Investimentos, Administrador

1995/1998 – Soset, SA, Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal, Administrador

1995/1996 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador



Companhia das Lezírias, S.A.

1996/2000 – IPE Holding, Lançamento da área internacional do Grupo, designadamente nos PALOP, tendo sido Administrador de várias empresas participadas

2000/2002 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador

2002/2010 – SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Presidente do Conselho de Administração

Nov 2002/Janeiro 2003 – EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., Administrador

2000/2010 – Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola, Membro da Direcção Executiva

Nov 2010/Out 2011 – Guedol, Engenharia, SA, Administrador

Fev 2012 – Companhia das Lezírias, SA, Administrador

Vogal: Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e com Pós-Graduação em Gestão pela mesma Universidade.

Exerceu funções de Direcção Financeira e de Administração em empresas internacionais nas indústrias dos sistemas de informação, produtos de grande consumo e telecomunicações.

Exerceu funções nas áreas de Controlo de Gestão e Direcção Financeira no grupo Olivetti, em Portugal e em Espanha.

Teve responsabilidades regionais (Ibérica e posteriormente França e Benelux) enquanto quadro financeiro de topo na estrutura europeia da Reckitt Benckiser.

Foi Director Financeiro na Vodafone Portugal e mais tarde Director de Gestão de Risco com responsabilidade sobre as áreas de Segurança da Informação, Gestão de Crédito e Fraude. Nos últimos dois anos exerceu funções como consultor de empresas na esfera da optimização de custos e melhoria da eficiência operacional.

6. Nenhum dos membros do órgão de administração detém participações patrimoniais, nem mantém quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócios, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, pelo que foi apresentada pelos mesmos declaração ao Conselho de Administração e aos órgãos de fiscalização da empresa bem como à IGF, nos termos legalmente exigidos;
7. Os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único;
8. Pelouros e repartição de competências dos membros do Conselho de Administração:

Presidente: Eng. António Saraiva

- Representação externa da CL, junto de instituições e organismos públicos;
- Acompanhamento da Coordenação da Produção Florestal e Recursos Silvestres;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Produção Equina (Companhia das Lezírias e Coudelaria de Alter) e Actividades Equestres;
- Acompanhamento da Área de Comunicação e Imagem.



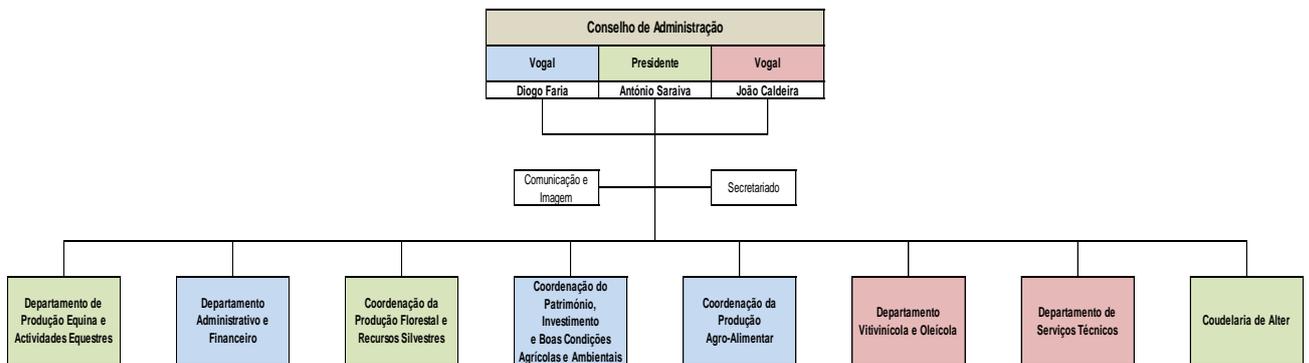
Vogal: Dr. Diogo Faria

- Relacionamento com o acionista Parpública, SGPS;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento Administrativo e Financeiro;
- Coordenação e acompanhamento da Coordenação do Património, Investimentos e Boas condições Agrícolas e Ambientais;
- Coordenação e Acompanhamento da Coordenação da Produção Agrícola e Animal.

Vogal: Dr. João Caldeira

- Coordenação e acompanhamento do Departamento Vitivinícola e Oleícola;
- Coordenação e acompanhamento do Departamento de Serviços Técnicos.

À repartição de pelouros e competências, corresponde o seguinte organigrama:



9. Funcionamento do Conselho de Administração Executivo:

- a) O conselho durante o ano de 2014 reuniu 14 vezes, estando presentes todos os membros em todas as reuniões;
- b) Outros cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho de Administração (em nenhum destes cargos há lugar ao recebimento de qualquer tipo de retribuição, seja a que título for):
 - i. O Presidente do Conselho de Administração cumpre ainda, por inerência de funções e de acordo com os estatutos das entidades participadas, a presidência da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA LEZÍRIA GRANDE DE VILA FRANCA DE XIRA;
 - ii. O Presidente do Conselho de Administração acumula funções de Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração da ORIVÁRZEA - ORIZICULTORES DO RIBATEJO, S.A.



- iii. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA PRETA.
- iv. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente do Conselho Fiscal da TAPADA NACIONAL DE MAFRA.
- c) A avaliação do desempenho dos administradores executivos é feita pelo acionista. Os administradores executivos tiveram que atingir os objectivos de gestão contratualizados com o Estado e que já atrás se reproduziram;
- d) A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.

C. Fiscalização

1. O órgão de fiscalização da Companhia das Lezírias é composto por um Fiscal Único. É ainda nomeado um Fiscal Único Suplente. Ambos devem ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.
O Fiscal Único exerce as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.
Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substituí-los.
2. Conforme já referido, a empresa tem apenas Fiscal Único que, sendo ROC, mantém por definição uma relação de independência no exercício das funções.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. O cargo de revisor oficial de contas da Companhia das Lezírias é desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas Patrício, Moreira, Valente & Associados – SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 e registada na CMVM sob o n.º 196, representada por José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC n.º 1034).
O revisor oficial de contas suplente da sociedade é Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320);
2. O Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (artigo 54.º), impõe, a título de requisito de independência, a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas dispondo que os revisores oficiais de contas designados para o exercício da revisão legal das contas são inamovíveis antes de terminado o mandato ou, na falta de indicação deste



Companhia das Lezírias, S.A.

ou de disposição contratual, por períodos de quatro anos, salvo com o seu expreso acordo, manifestado por escrito, ou verificada justa causa arguível nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e na legislação respectiva para as demais empresas ou outras entidades.

No mandato iniciado em 2012, procedeu-se à nomeação dos representantes da Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC junto da Companhia das Lezírias, cumprindo-se, dessa forma, a rotatividade legalmente imposta no que diz respeito ao Revisor Oficial de Contas da empresa.

3. O revisor oficial de contas exerce funções na Companhia das Lezírias desde o ano 2012;

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012 - 2014	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	Fiscal Único	1	
2012 - 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	Fiscal Único Suplente	--	

4. O ROC e a SROC não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia das Lezírias.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2012 - 2014	ROC	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	15.360,00	15.360,00
2012 - 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	--	--

Nota: Pago através de factura da SROC.

E. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.



V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos está sujeita às regras relevantes nesta matéria constantes da lei, designadamente no artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais e do previsto no artigo 10.º dos Estatutos;
2. Os acionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* da Companhia das Lezírias podem comunicar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, de forma a prevenir, impedir ou permitir a sanção de irregularidades potencialmente causadoras de efeitos adversos à Companhia das Lezírias. As comunicações terão um tratamento confidencial;
3. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional são os adequados a este objectivo, conforme se pode constatar pela análise do documento intitulado “Política de Gestão de Risco de Fraude” que se encontra disponível para consulta através do *site* de internet da CL em www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa são os adequados a este objectivo.
Os investimentos são decididos pelo Conselho de Administração sob proposta do director do departamento em causa, bem como, nalguns casos, do director do departamento de serviços técnicos.
A implementação dos investimentos é acompanhada pelos directores intervenientes.
Saliente-se que, em termos históricos e em termos gerais, os custos reais foram inferiores aos custos orçamentados.
A dimensão e complexidade da empresa não justifica medidas adicionais relevantes de controlo nesta matéria, para além da intervenção dos administradores, directores e técnicos.
Convém salientar que a empresa dispõem de contabilidade analítica, devidamente pormenorizada, que apura os desvios dos proveitos e dos custos entre o real, o período homólogo do ano anterior e o orçamentado;



2. Atendendo à dimensão da empresa, não existem quaisquer comissões pessoas, órgãos ou comissões com responsabilidades autónomas pela auditoria interna.
A CL é auditada pelo seu ROC, pela Auditoria Interna da Parpública, pela IGF e pela auditoria do Ministério da Agricultura e do Mar;
3. Dependente do ponto V.A.3: Documento “Política de Gestão de Risco de Fraude”;
4. Considerando o explicitado no ponto 2, não existem quaisquer relações de dependência hierárquica e/ou funcional;
5. Considerando o explicitado nos pontos 2 e 4, não existem quaisquer outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos;
6. Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:
 - a) Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:
 - i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
 - ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
 - iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.
O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.
 - b) Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
 - c) Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor
O risco de liquidez não é significativo para a Empresa;



7. Dependente do ponto V.A.3;
8. Dependente do ponto V.A.3;

C. Regulamentos e Códigos

1. Não aplicável;
2. A Companhia das Lezírias adoptou um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. A CL tem registo e evidências da entrega de cópias a todos os trabalhadores e do conhecimento destes desse documento e conteúdo. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão do Código de Ética, efectuada em Novembro de 2013, através do *site* de internet da CL em www.cl.pt/Codigo_Etica.pdf.
3. A Companhia das Lezírias adoptou um plano de acção para prevenir fraudes internas e externas traduzido no regulamento sobre Política de Gestão de Risco e Fraude, que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas. Quer os trabalhadores quer os clientes e fornecedores podem ter acesso à última versão da Política de Gestão de Risco e Fraude, através do *site* de internet da CL em www.cl.pt/Politica-Gestao-Risco-Fraude.pdf.

D. Deveres especiais de informação

1. A Companhia das Lezírias reporta regularmente a informação económica e financeira através do portal do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e do portal do Tribunal de Contas;
2. O cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, quer relativamente à função acionista, quer ao público em geral, são divulgados através das plataformas indicadas no ponto anterior e através do seu sítio na internet;



E. Sítio da Internet

1. O *website* da Companhia das Lezírias está disponível em português e inglês e pode ser aceso em www.cl.pt. No separador identificado como “Empresa”, pode ser encontrada toda a informação relevante e sobre a Companhia das Lezírias.
2. Os estatutos da empresa estão disponíveis do *site* de internet da CL em www.cl.pt/htmls/pt/empresa_estatutos.shtml.
3. Relativamente às obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita, associadas à actividade da Coudelaria de Alter, não existe qualquer contrato específico sobre a natureza e condições da sua atribuição, para além das constantes na legislação que o atribuiu. Informações sobre esta matéria poderão ser obtidas no *site* da internet em www.alterreal.pt.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Coudelaria de Alter

Com a extinção da Fundação Alter Real (FAR) através da publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de Novembro, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal das raças Lusitanas, Sorraia e Garrano, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

Com o objectivo da prossecução dos fins principais da Fundação transmitidos à Companhia das Lezírias, designadamente no âmbito da preservação do património genético animal, e para esse fim, foi delgado estatuto de serviço público à Companhia das Lezírias.

Consequentemente foram delegados pelo Estado na Companhia das Lezírias os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a actividade estatutariamente já desenvolvida:

- a) A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação do património genético próprias da DGAV;



- b) A manutenção, a exploração e a preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;
 - c) O fomento e o melhoramento dos equinos da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter -Real e da Coudelaria Nacional e a divulgação da produção cavalar destas raças e linhas genéticas;
 - d) A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos da raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre...;
 - e) O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
 - f) A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.
2. O financiamento da Coudelaria de Alter é em parte assegurado pelas actividades desenvolvidas pela própria coudelaria e pelas restantes actividades da Companhia das Lezírias.

VI. Remunerações

A. Competência para a determinação

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações;
2. As despesas efectuadas por um membro de um órgão social, na Companhia das Lezírias membro do Conselho de Administração, são autorizadas por um dos outros membros;
3. Os membros do Conselho de Administração declararam formalmente que se abstêm de interferir em decisões que possam envolver os seus próprios interesses.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não se encontra designada qualquer comissão de fixação de remunerações.



C. Estrutura das Remunerações

1. A política de remunerações adoptada segue as orientações nesta matéria definidas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de Março.
As remunerações são sujeitas à aplicação das reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro. Foram também considerados os efeitos do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional entre 01/06/2014 a 12/09/2014.
2. As remunerações são fixadas pelo acionista, não tendo sido definidas quaisquer parâmetros relativos ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade;
3. Não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável;
4. Não existindo componente variável de remuneração, consequentemente, não há diferimento da mesma;
5. Não está definido qualquer tipo de prémios a atribuir;
6. Os administradores da Companhia das Lezírias não estão abrangidos por qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da sociedade:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual Auferida		
			Fixa (€)	Variável (€)	Bruto Pago (€)
2012 - 2014	Presidente	António Saraiva	76.956,69	--	76.956,69
2012 - 2014	Vogal	Diogo Faria	61.565,29	--	61.565,29
2012 - 2014	Vogal	João Caldeira	61.565,30	--	61.565,30
Total			200.087,28	--	200.087,28

2. Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da Companhia das Lezírias, pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;



3. Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros da empresa ou sob a forma de prémios;
4. Não são devidas nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos;
5. Quanto aos valores atribuídos aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, ver o capítulo IV, ponto D.4;
6. Quanto aos valores atribuídos aos membros da mesa da assembleia geral da sociedade, que reuniu uma vez durante o ano, ver o capítulo IV, ponto A.1.

VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras

1. As transacções efectuadas com partes relacionadas decorrem da actividade normal da sociedade, não gerando conflitos de interesses de qualquer natureza.

Transacções com a empresa-mãe: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo acionista, que no exercício objecto deste relato ascenderam a € 122.000,00.

Não se efectuaram quaisquer transacções com a Parpública durante o presente exercício. Apenas foi realizado o pagamento de dívida relativa a prestação de serviços de administração, ocorridos em exercícios anteriores, conforme acordo de pagamento. O valor total pago durante o exercício foi de € 177.441,37, encontrando-se a dívida totalmente liquidada.

Transacções com a empresa associada: Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquirimos através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.



É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que efetuamos a venda da totalidade da nossa produção de arroz.

Descrição	Períodos	
	2014	2013
Transacções		
Clientes e outros devedores	2.063.771	1.845.793
Fornecedores e outros credores	578.003	545.211
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores	833.422	1.225.532
Fornecedores e outros credores		83
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

Os mecanismos implementados para controlo das transacções com as partes relacionadas, considerando que as mesmas decorrem da actividade normal, correspondem aos processos correntes aplicados às transacções com as restantes entidades com quem nos relacionamos.

2. Informação sobre outras transacções:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços: A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

Assim a CL abre concurso para a aquisição da generalidade das matérias-primas e de prestadores de serviços, procurando obter, um mínimo de três propostas. A opção normalmente recai na proposta com melhor preço, excepto se houver questões de qualidade de produto ou de fiabilidade do fornecedor.

b) Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado: Todas as transacções efectuadas pela CL estão de acordo com as normais regras de funcionamento do mercado de concorrência.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos: Não existem quaisquer fornecedores com aquisições relevantes superiores a 1 milhão de euros.

Entidade	Tipo de Serviço
Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Agrícolas
António B. Simões & Filhos, Lda.	Agrícolas



VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

1. A sustentabilidade futura da CL tem estado sempre subjacente à actividade da CL desenvolvida pelo Conselho de Administração e trabalhadores da empresa.

Como empresa agrícola que é, enfrenta as ameaças e oportunidades inerentes ao sector de actividade em que opera, havendo a realçar as que decorrem do novo regime de ajudas agrícolas a vigorar em 2015, dado o peso que esta receita tem nos resultados operacionais.

Compete ao Conselho de Administração e empregados da CL, melhorar continuamente os seus níveis de eficiência e desenvolvimento, de modo a permitir a ultrapassagem de situações mais adversas, e a melhorar continuamente os resultados da empresa, numa óptica de médio e longo prazo.

Desde sempre, tem a CL pautado a sua actuação por uma grande atenção em relação aos recursos humanos, procurando estimular o mérito e o bem-estar dos colaboradores.

A criação de valor para o accionista, valorizando os activos da CL e procurando melhorias de eficiência nas várias actividades e vertentes está naturalmente subjacente à actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e os colaboradores da empresa.

A estratégia adoptada, ao longo do exercício de 2014, foi devidamente explanada no Relatório do Conselho de Administração, e permitiu que fossem alcançados os resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras, verificando-se a ultrapassagem de várias metas previamente fixadas.

2. A Companhia das Lezírias melhorou em 2014, todos os seus indicadores económico-financeiros, preservando sempre o meio ambiente, a qualidade dos seus produtos e dos seus métodos de produção.

- 3.

- a) A Companhia das Lezírias procura desde sempre pautar a sua actividade pelo respeito devido aos seus trabalhadores, bem como às forças sociais e económicas da região onde se insere.

Mantém igualmente uma grande preocupação no que respeita à qualidade dos seus produtos, procurando ser uma referência no mercado.



- b) A Companhia das Lezírias cumpre escrupulosamente todos os normativos legais e administrativos no que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial. A Companhia das Lezírias adopta permanentemente políticas de protecção ambiental, sendo sobejamente conhecidas estas preocupações.
- c) De um total de 106 trabalhadores 31 são mulheres e 75 homens. No que respeita a admissões e promoções existe uma efectiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres.
- d) Como se sabe, o sector agrícola é um sector em que há uma grande predominância de mão-de-obra masculina, sendo de realçar a percentagem de trabalhadoras femininas (cerca de 30% do total), na Companhia. Há muito tempo que está implementada uma política de meritocracia assente na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género do trabalhador.
- e) As políticas de recursos humanos definidas pela Companhia das Lezírias, privilegiam o desenvolvimento e o estímulo do trabalhador, procurando valorizá-lo e trata-lo com todo o respeito e integridade.
- f) A Companhia das Lezírias procura estar permanentemente na vanguarda, no que respeita à qualidade técnica e tecnológica dos seus processos de produção no sentido da optimização da qualidade dos seus produtos e da redução dos custos. No presente e no futuro, a Companhia das Lezírias está e estará permanentemente orientada para a maximização do resultado líquido, e para uma elevada remuneração do seu acionista, como aliás a evolução dos resultados bem demonstra. Como reafirmado inúmeras vezes, a CL faz um esforço diário no sentido de melhorar a qualidade dos seus produtos, melhorar o relacionamento com *stakeholders*, melhorar os canais de distribuição, de modo a tornar exequível uma subida permanente e sustentável dos seus resultados líquidos. Este aumento dos resultados conduzirá, obviamente, a um acréscimo sustentado dos dividendos a pagar ao acionista Parpública, SGPS, S.A.

IX. Avaliação do Governo Societário

1. A CL cumpre com todos os Princípios de Bom Governo. A respectiva avaliação encontra-se divulgada no capítulo 6 do relatório e contas - Divulgação do Cumprimento das Orientações Legais, ponto 5.14 nas páginas 31 a 33.
2. Não existem informações adicionais além das constantes no presente relatório.